

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA

Liduina Salviano de Matos

ENTRE EMOÇÕES E SENTIMENTOS: A ESPERA PELA ADOÇÃO POR CASAIS
HOMOAFETIVOS

Santa Cruz do Sul

2026

Liduina Salviano de Matos

**ENTRE EMOÇÕES E SENTIMENTOS: A ESPERA PELA ADOÇÃO POR CASAIS
HOMOAfetivos**

Trabalho final de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado Profissional, Área de Concentração em Saúde Mental e Práticas Sociais, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Steindorf Saraiva.

Santa Cruz do Sul

2026

CIP - Catalogação na Publicação

Matos, Liduina Salviano de

Entre emoções e sentimentos : a espera pela adoção por casais
homoafetivos / Liduina Salviano de Matos. – 2026.

170f. : il.

Trabalho Final de Curso (Mestrado Profissional em Psicologia)
– Universidade de Santa Cruz do Sul, 2026.

Orientação: Prof. Dr. Eduardo Steindorf Saraiva.

1. Adoção. 2. Famílias homoafetivas. 3. Emoções e sentimentos.
4. Processo adotivo. 5. Fenomenologia. I. Saraiva, Eduardo
Steindorf . II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Liduina Salviano de Matos

**ENTRE EMOÇÕES E SENTIMENTOS: A ESPERA PELA ADOÇÃO POR CASAIS
HOMOAFETIVOS**

Este Trabalho final foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado Profissional da Universidade de Santa Cruz do Sul, linha de pesquisa Práticas Sociais, Organização e Cultura, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Prof. Dr. Eduardo Steindorf Saraiva
Professor Orientador - UNISC

Profa. Dra. Ana Luísa Teixeira de Menezes
Professora convidada - UNISC

Profa. Dra. Carina Nunes Bossardi
Professora convidada - UNIVALI

Santa Cruz do Sul

2026

AGRADECIMENTOS

A Deus por sustentar minha fé e minha determinação. Agradeço por me conceder a vitalidade necessária para transformar sonhos em realidade e por ser o alicerce que me permitiu atravessar cada etapa desta trajetória com esperança e resiliência.

Aos meus queridos pais, Antônia e Otacílio (*in memoriam*). Agradeço pela base sólida e pela educação que me permitiram chegar até aqui. Sou imensamente grata pelo incentivo constante e por terem acreditado em minha capacidade, mesmo diante dos maiores desafios.

Ao Prof. Dr. Eduardo Steindorf Saraiva, por sua orientação precisa e pelo apoio constante ao longo desta jornada. Agradeço a confiança depositada em mim e por incentivar o desenvolvimento desta pesquisa. Seu olhar atento e humano foi fundamental para que este estudo de temática tão sensível pudesse florescer.

Ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, instituição onde desempenho meu ofício como psicóloga, pela oportunidade de vivenciar aprendizados diários e desafios que impulsionam meu crescimento profissional. Agradeço, em especial, pela autorização e pelo apoio institucional concedidos, fundamentais para a viabilização deste estudo.

À Excelentíssima Juíza de Direito, Dra. Ticiane Rafael Xenofonte Peixoto de Oliveira, minha sincera gratidão. Sua sensibilidade e apoio nas questões afetas à adoção, à infância e à juventude foram fundamentais para que este estudo e minha prática profissional caminhassem lado a lado.

Às servidoras do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Sheila Gomes da Silva e Maria Quitéria Nunes da Silva, expresso minha sincera gratidão. Obrigada pela valiosa interlocução na indicação dos casais habilitados à adoção em suas respectivas comarcas e pela pronta disponibilidade.

Aos meus colegas de mestrado, pela caminhada compartilhada. Obrigada pelos risos nos momentos de descontração e por tornarem os dias de estudo muito mais leves e significativos. Por fim, minha profunda gratidão a cada casal que aceitou o convite para trilhar este caminho comigo. Obrigada por terem aberto as portas de suas vivências e por confiarem a mim suas histórias, emoções e sentimentos. Esta construção só foi possível porque houve entrega, escuta e, acima de tudo, a generosidade de vocês.

Por trás de cada espera pela adoção no universo da homoafetividade, existe uma história de coragem para romper barreiras, esperança renovada e um desejo incondicional que floresce na diversidade. São trajetórias repletas de emoções e sentimentos que tocam a alma e nos fazem repensar o amor em sua forma mais pura: aquela que transcende gêneros e convenções para simplesmente acolher uma nova vida.

Liduina.

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Mestrado Profissional, estando vinculada à linha de pesquisa Práticas Sociais, Organizações e Cultura, e teve como objetivo compreender as emoções e sentimentos vivenciados por casais homoafetivos durante as etapas processuais de habilitação e inserção no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), que englobam o período de espera da adoção. A investigação adotou a abordagem fenomenológica com a realização de entrevistas semiestruturadas em três comarcas do interior do Estado de Pernambuco, com a participação de quatro casais homoafetivos. A análise de dados foi orientada em termos teóricos pela perspectiva fenomenológico-existencial de Maurice Merleau-Ponty, a qual possibilitou compreender a experiência subjetiva de casais legalmente habilitados, que aguardam a adoção na fila de espera do SNA. Para a sistematização e categorização dos conteúdos, adotou-se a análise fenomenológica proposta por Martins e Bicudo. Essa combinação possibilitou compreender o fenômeno investigado, especialmente no que refere às diferentes afetividades que emergem da experiência vivida e da relação corpo-mundo no contexto da espera pela concretização da homoparentalidade adotiva. Subsequentemente, a investigação revelou que determinantes históricos e socioculturais impactam a vivência da espera e a idealização filial, ensejando transformações dinâmicas nos afetos ao longo do rito processual jurídico. Além disso, constatou-se a atuação positiva da equipe técnica na trajetória de todos os participantes, o que os leva a se sentirem seguros e acolhidos no contexto do Judiciário. Como desdobramento da etapa empírica, realizou-se, concomitantemente à coleta de dados, uma intervenção de caráter informativo e orientativo junto aos casais. Tal ação contemplou temáticas pertinentes à adoção que transcendiam o roteiro semiestruturado de entrevista originalmente proposto. Outrossim, como produto técnico, elaborou-se uma cartilha informativa destinada a pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ que desejam adotar, com o intento de orientar e informar sobre o processo adotivo, promovendo acesso adequado à informação, fortalecendo a cidadania e incentivando práticas inclusivas. Concluiu-se que, apesar da adoção ser regulamentada em âmbito nacional, a vivência prática se revela desigual, na qual preconceitos arraigados, ainda que ocultos, permeiam as instituições e as interações sociais. Esse cenário de insegurança leva diversos pretendentes a postergar ou renunciar ao processo de adoção por meio da via legal.

Palavras-chave: Adoção. Famílias homoafetivas. Emoções e sentimentos. Processo adotivo. Fenomenologia.

ABSTRACT

This research is part of the Postgraduate Program in Psychology at the University of Santa Cruz do Sul (UNISC), Professional Master's Degree, and is linked to the research line Social Practices, Organizations and Culture. Its objective was to understand the emotions and feelings experienced by same-sex couples during the procedural stages of qualification and inclusion in the National Adoption and Foster Care System (SNA), which includes the waiting period for adoption. The investigation adopted a phenomenological approach, conducting semi-structured interviews in three districts in the interior of the State of Pernambuco, with the participation of four same-sex couples. Data analysis was theoretically guided by the phenomenological-existential perspective of Maurice Merleau-Ponty, which allowed for an understanding of the subjective experience of legally qualified couples awaiting adoption on the SNA waiting list. For the systematization and categorization of the data, the phenomenological analysis proposed by Martins and Bicudo was adopted. This combination made it possible to understand the investigated phenomenon, especially regarding the different affectivities that emerge from the lived experience and the body-world relationship in the context of waiting for the realization of adoptive same-sex parenting. Subsequently, the investigation revealed that historical and sociocultural determinants impact the experience of waiting and filial idealization, leading to dynamic transformations in affections throughout the legal procedural process. Furthermore, the positive role of the technical team in the trajectory of all participants was observed, leading them to feel safe and welcomed within the judicial context. As a follow-up to the empirical stage, an informative and guidance intervention was carried out concurrently with the data collection. This action addressed themes relevant to adoption that went beyond the originally proposed semi-structured interview script. Furthermore, as a technical product, an informative booklet was developed for LGBTQIAPN+ people who wish to adopt, with the intention of guiding and informing them about the adoption process, promoting adequate access to information, strengthening citizenship, and encouraging inclusive practices. It was concluded that, despite adoption being regulated nationally, practical experience reveals itself to be unequal, in which ingrained, albeit hidden, prejudices permeate institutions and social interactions. This scenario of insecurity leads many prospective adoptive parents to postpone or renounce the adoption process through legal means.

Keywords: Adoption. Same-sex families. Emotions and feelings. Adoption process. Phenomenology.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados sociodemográficos dos casais	56
Tabela 2 - Resultado da análise nomotética	57
Tabela 3 – Análise fenomenológica conjunta do casal 1	60
Tabela 4 – Comparativo das entrevistas individuais e conjunta: dimensões, emoções e sentimentos na espera pela adoção (Casal 1).....	61
Tabela 5 – Análise Fenomenológica conjunta do Casal 2	66
Tabela 6 – Comparativo das entrevistas individuais e conjunta: dimensões, emoções e sentimentos na espera pela adoção (Casal 2).....	68
Tabela 7 – Análise Fenomenológica conjunta do Casal 3	74
Tabela 8 – Comparativo das entrevistas individuais e conjunta: dimensões, emoções e sentimentos na espera pela adoção (Casal 3).....	75
Tabela 9 – Análise Fenomenológica conjunta do Casal 4	80
Tabela 10 – Comparativo das entrevistas individuais e conjunta: dimensões, emoções e sentimentos na espera pela adoção (Casal 4).....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
APGL	Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas
ARPEN	Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNN	Cable New Network
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GAA	Grupo de Apoio à Adoção
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexual, Transsexual, Queer / Questionando, Intersexo, Assexuais / Arromânticos / Agênero, Pansexual / Polisssexual, Não-binários e mais
SNA	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJPE	Tribunal de Justiça de Pernambuco
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO TEÓRICA.....	18
2.1 A homoparentalidade no século XXI	19
2.2 Aspectos psicossociais da homoparentalidade adotiva	21
2.3 Delimitações conceituais das emoções e sentimentos	24
2.4 Dimensões afetivas da espera na adoção.....	28
2.5 A emoção como fenômeno encarnado em Merleau-Ponty	32
3 TRAJETÓRIA DA PESQUISA-INTERVENÇÃO	36
3.1 Contextualização da pesquisa	36
3.2 Perfil dos participantes	38
3.3 Critérios de inclusão e exclusão	39
3.4 Coleta de dados	39
3.5 Análise de dados.....	41
4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA-INTERVENÇÃO	44
4.1 Orientações jurídicas e processuais.....	45
4.2 Aspectos relacionados ao perfil da criança.....	48
4.3 Acompanhamento emocional e psicossocial	50
4.4 Informações sobre a realidade local e programas de apoio	53
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
5.1 Casal 1 - A espera marcada pela esperança e pelo projeto parental.....	59
5.2 Casal 2 - A espera amadurecida pela autonomia conjugal e pelo apoio coletivo	66
5.3 Casal 3 – A espera marcada pela flexibilidade e pela confiança no apoio técnico	74
5.4 Casal 4 – A espera marcada pela consciência social e pela resignificação da ansiedade	80
5.5 Síntese nomotética: algumas considerações.....	88
5.6 Interseccionalidades e práticas institucionais: a complexidade do campo adotivo	90
6 DESCRIÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO.....	91
6.1 Objetivos do produto técnico	93
6.2 Estrutura da cartilha	94
6.3 Processo de construção da cartilha	96
6.4 Implicações e desdobramentos da cartilha	98
6.5 Produto técnico	99

7 CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada 1 (individual).....	116
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada 2 (casal).....	117
APÊNDICE C – Produto técnico: cartilha	118
ANEXO A – Formulário do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento.....	151
ANEXO B – Carta de autorização da instituição.....	156
ANEXO C – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	158
ANEXO D – Termo de confidencialidade para uso de dados.....	160
ANEXO E – Parecer consubstanciado da CEP – UNISC	161
ANEXO F – Atestado de horas complementares	166
ANEXO G – Comprovante de submissão do artigo	168
ANEXO H – Comprovante de submissão do artigo pós ajustes	170

1 INTRODUÇÃO

A adoção de crianças e adolescentes é um tema complexo e global, consolidado como uma das práticas mais antigas e desafiadoras da humanidade. Historicamente, sua trajetória atravessa séculos e diferentes contextos socioculturais e religiosos. No passado, antes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, a ausência de regulamentação facilitava o processo, porém negligenciava os direitos dos adotados; estes eram frequentemente relegados à condição de 'filhos de criação' ou ilegítimos, sem o amparo jurídico que lhes garantisse o status real de filho (Porta *et al.*, 2019; Souza; Cruz, 2021).

No cenário brasileiro, a adoção constitui um procedimento rigoroso e complexo, regido pelo ECA ou Lei 8.069/1990 e atualizado pelas Leis nº 12.010/2009 e 13.509/2017. Desse modo, os processos tramitados nas Varas da Infância e da Juventude priorizam o princípio do melhor interesse da criança. Para tanto, utiliza-se o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), onde pretendentes devidamente habilitados aguardam em fila cronológica a concretização do projeto de parentalidade (Brasil, 1990; 2009; 2017).

Nessa conjuntura, é imperativo problematizar as assimetrias institucionais que permeiam o sistema. De fato, embora o arcabouço jurídico seja unificado, a operacionalização prática depende da infraestrutura das equipes interprofissionais locais, que apresentam disparidades significativas entre diferentes comarcas. Nesse sentido, a carência de profissionais qualificados, bem como a ausência de varas especializadas em certas regiões brasileiras, não constitui apenas obstáculos burocráticos, elas repercutem diretamente na subjetividade dos pretendentes, intensificando diferentes emoções e sentimentos emergidos no decorrer do processo adotivo.

Diante disso, para casais homoafetivos, essa fragilidade institucional pode ser vista como um agravante emocional, uma vez que a agilidade e a sensibilidade do suporte psicossocial são fundamentais para validar suas trajetórias e garantir que o tempo de espera não seja atravessado por incertezas. Nesse sentido, a qualificação das equipes técnicas revela-se como um pilar indispensável para assegurar que o princípio do melhor interesse da criança seja exercido em plena consonância com o respeito à diversidade das famílias contemporâneas.

No tocante ao processo judicial, iniciado com a habilitação dos pretendentes, estudos nacionais ressaltam a inexistência de um prazo determinado para sua conclusão, uma vez que o rito jurídico é composto por sucessivas etapas obrigatórias. A complexidade burocrática e o rigor dos pré-requisitos para a habilitação no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) exigem resiliência dos futuros adotantes. Frequentemente, esses entraves procedimentais e a longa permanência na fila de espera tornam-se gatilhos para sofrimentos emocionais,

manifestos por sentimentos de frustração e outros desconfortos psíquicos (Porta *et al.*, 2019; Schwochow; Frizzo, 2021; Silva, 2021).

Em contrapartida, a literatura internacional revela que diversos países adotam modelos de gestão distintos do brasileiro. Nesses contextos, agências especializadas, credenciadas pelas autoridades judiciárias, assumem a responsabilidade pelas etapas de pré-adoção, as quais incluem o recrutamento, a avaliação psicossocial e a preparação dos candidatos. No Brasil, tais atribuições permanecem centralizadas nas equipes técnicas do Poder Judiciário, vinculadas diretamente às Varas da Infância e Juventude (Eriksson, 2016; Groger; Bhagwan, 2023; Kohn-Willbridge *et al.*, 2021; Schwochow; Frizzo, 2021).

Nesse contexto, a evolução do instituto da adoção foi impulsionada pela necessidade de estabelecer normas mais rigorosas para coibir práticas ilegais, frequentemente expostas pela mídia. Paralelamente, essa transformação reflete as mudanças na sociedade contemporânea, com ênfase na expansão do conceito jurídico de família e no reconhecimento de suas múltiplas e novas configurações (Armond; Santos; Almeida, 2024; Silva, 2021; Silva; Neves, 2023).

Nesse cenário, a pluralidade das novas configurações familiares vem impulsionando o crescimento das adoções, com destaque para a modalidade homoparental, consolidada pela Resolução nº 532 de 2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Refletindo essa realidade, dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) de março de 2026 revelam um descompasso numérico significativo: enquanto 5.518 crianças e adolescentes aguardam por uma família, há um contingente de 33.662 pretendentes habilitados. Esse excedente de interessados evidencia que a maioria permanece em fila de espera por períodos prolongados antes da concretização da parentalidade adotiva.

A disparidade entre a oferta e a procura no sistema de adoção é frequentemente atribuída por especialistas à falta de convergência entre o perfil das crianças disponíveis e as expectativas dos candidatos. Visando mitigar essa discrepância, equipes interprofissionais dos Tribunais de Justiça e Grupos de Apoio à Adoção (GAAs) promovem ações de sensibilização e reflexão junto aos pretendentes. Contudo, observa-se uma persistente insatisfação por parte dos adotantes, que tendem a atribuir exclusivamente à morosidade do Judiciário a demora na concretização imediata do projeto de parentalidade (Gurgel, 2016; Porta *et al.*, 2019; Schwochow; Frizzo, 2021; Silva, 2021; Sousa, 2019).

Ressalta-se que, embora o SNA/CNJ ainda não divulgue estatísticas específicas sobre pretendentes homoafetivos, dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Gama, 2025) revelam um avanço expressivo, indicando que entre 2021 e 2023, foram registrados 50.838 filhos de casais homoafetivos no Brasil, um crescimento de

aproximadamente 113%. Corroborando essa tendência de visibilidade, a CNN Brasil (Gama, 2025) destacou, em agosto de 2025, que as adoções por casais do mesmo sexo saltaram 241,56% nos últimos cinco anos, evidenciando uma transformação profunda no perfil das famílias brasileiras.

Nesse sentido, o crescimento da adoção homoparental no Brasil e no exterior tem se mostrado determinante para a viabilização de adoções necessárias, abrangendo crianças mais velhas, adolescentes, grupos de irmãos e crianças com condições especiais de saúde. Esse fenômeno vem fomentando a produção científica, cujos estudos concentram-se, majoritariamente, na análise da competência parental e no enfrentamento dos preconceitos sociais que ainda incidem sobre as famílias constituídas por dois pais ou duas mães (Armond; Santos; Almeida, 2024; Bertocchi, 2017; Orrico; Martins; Siqueira, 2024; Takács; Szalma; Bartus, 2016).

Nesse contexto, embora a realidade brasileira acompanhe a tendência global de uma vasta produção científica sobre a adoção, observa-se uma lacuna significativa quanto à subjetividade dos pretendentes. A literatura, tanto nacional quanto estrangeira, tem explorado pouco as nuances emocionais vivenciadas durante o processo. Além disso, as pesquisas existentes concentram-se predominantemente em mulheres ou casais heterossexuais, evidenciando uma negligência acadêmica em relação à experiência emocional de casais homoafetivos ao longo das etapas adotivas.

Na prática cotidiana das equipes interprofissionais, observa-se que a motivação para a adoção diverge conforme a configuração do casal. Diante disso, candidatos heterossexuais, em sua maioria, iniciam o processo de habilitação após o esgotamento de tratamentos, buscando a adoção como alternativa diante do diagnóstico de infertilidade. Já para casais homoafetivos, a adoção surge como uma escolha direta para a concretização do projeto parental, dada a impossibilidade biológica de gestação comum ao par ou a complexidade dos métodos de reprodução assistida. De fato, independentemente da orientação sexual, os pretendentes chegam ao Setor Psicossocial com elevados níveis de ansiedade e expectativa, depositando na via legal a última esperança para o exercício da maternidade ou paternidade (Schwochow; Frizzo, 2021).

Nessa conjuntura, estudos indicam que os pretendentes se apresentam às equipes técnicas sob forte carga de ansiedade, desencadeando neles o surgimento de sentimentos negativos durante a etapa da habilitação. Esse descontentamento intensifica-se à medida que as exigências processuais avançam, tais como a burocracia documental, o escrutínio das avaliações psicossociais e a obrigatoriedade do curso preparatório, percebidos como obstáculos. Diante disso, a inclusão na fila virtual do SNA é frequentemente vivenciada como uma etapa de

incerteza que amplia o desconforto emocional (Cecílio; Scorsolini-Comin, 2018; Porta *et al.*, 2019; Schwochow; Frizzo, 2021; Silva, 2021; Souza; Cruz, 2021).

Dentre os estudos brasileiros, a pesquisa conduzida por Schwochow e Frizzo (2021), no contexto de Porto Alegre/RS, constitui a principal inspiração para o presente estudo. Embora a referida investigação tenha se concentrado em um grupo restrito de mulheres, apresentando as limitações inerentes a amostras qualitativas localizadas, seus achados foram fundamentais ao evidenciar a centralidade das emoções e dos sentimentos no percurso dos pretendentes à adoção. Em outras palavras, a relevância do estudo de Schwochow e Frizzo (2021) reside na ruptura com a abordagem meramente procedimental do Judiciário, deslocando o olhar para a subjetividade daqueles que aguardam a filiação adotiva. Todavia, a escassez de dados sobre outras configurações familiares nesse estudo prévio aponta para a necessidade premente de ampliar o escopo investigativo. Com efeito, esta pesquisa propõe avançar para além das fronteiras do estudo de 2021, buscando compreender como esses mesmos fenômenos psíquicos se manifestam em contextos mais plurais, como a adoção homoparental, preenchendo assim uma lacuna persistente na literatura científica brasileira.

Diante desse cenário, o objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender as emoções e sentimentos vivenciados por casais homoafetivos durante as etapas processuais de habilitação e inserção no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), que englobam o período de espera da adoção. Para atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: descrever as experiências afetivas desses casais ao longo do percurso adotivo; analisar, com base na fenomenologia de Merleau-Ponty, como os participantes percebem os fenômenos emocionais que surgem durante a espera pela adoção; e, por último, criar um produto técnico na forma de cartilha informativa destinada à orientação da população LGBTQIAPN+ no processo de habilitação para adoção.

Nesse sentido, a investigação proposta ancora-se na seguinte problemática: como os casais homoafetivos vivenciam suas emoções e sentimentos durante o período de espera da adoção? Para responder a esse questionamento, adota-se como referencial teórico a fenomenologia existencial de Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), que permite compreender as emoções e sentimentos experienciados pelos casais não como estados internos isolados, mas como fenômenos corporificados que emergem da relação com o mundo e com o outro.

Nesse viés, sob a ótica merleau-pontyana, a espera pela adoção é analisada enquanto uma vivência temporal e intersubjetiva, na qual o corpo próprio se projeta em direção a uma nova configuração familiar. A adoção desse referencial justifica-se pelo fato de que a fenomenologia privilegia a percepção como acesso primordial à realidade, possibilitando uma leitura sensível

da espera enquanto um campo de possibilidades existenciais, onde o afeto e o desejo de parentalidade se manifestam na concretude da experiência vivida.

O caráter inovador desta pesquisa reside na articulação dialógica entre a fenomenologia existencial de Merleau-Ponty (2018) e a produção científica contemporânea, nacional e estrangeira, sobre adoção e homoparentalidade. Embora tais campos partam de matrizes epistemológicas distintas, eles convergem na tarefa de elucidar a complexidade das emoções e sentimentos de casais do mesmo sexo durante a espera da adoção. De fato, a combinação desses referenciais viabiliza uma análise ampliada, pois ao mesmo tempo em que a fenomenologia mergulha na subjetividade e na percepção corporal dos sujeitos, os estudos sobre o tema fornecem o lastro sociocultural e jurídico necessário para contextualizar essa vivência.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e consulta aos cadastros dos participantes na plataforma do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), permitindo a caracterização sociodemográfica precisa da amostra e o mapeamento do tempo de espera institucional de cada casal. Desse modo, essa metodologia possibilita acessar tanto os contornos objetivos que moldam o processo jurídico quanto a dimensão subjetiva da espera, capturando os sentimentos e as emoções que emergem do cotidiano desses sujeitos enquanto aguardam a concretização da parentalidade adotiva.

Em estrita observância às diretrizes do mestrado profissional, esta pesquisa integrou uma vertente de intervenção direta, realizada concomitantemente à etapa de coleta de dados. Nesse sentido, o espaço das entrevistas constituiu-se também como um momento de suporte e orientação, no qual foram sanadas dúvidas emergentes sobre o trâmite jurídico, o perfil da criança e o acompanhamento psicossocial. Essa abordagem permitiu que a investigação transcendesse a coleta de informações, oferecendo aos casais subsídios práticos e informações sobre a rede de apoio local, fortalecendo-os para as especificidades do processo de adoção.

Como desdobramento da análise qualitativa e em cumprimento ao caráter aplicado deste Mestrado Profissional, a pesquisa culmina na elaboração de um produto técnico direcionado a casais homoafetivos e à comunidade LGBTQIAPN+. Nesse sentido, a compreensão de produto técnico adotada fundamenta-se nas diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), especialmente a partir do Relatório do Grupo de Trabalho de Produção Técnica, que estabelece critérios como impacto, aplicabilidade, replicabilidade e relevância social (Brasil, 2019).

Dessa forma, o material constitui um guia abrangente, no formato de cartilha informativa, que aborda desde o conceito da família plural e regulamento da adoção por casais homoafetivos

até questões específicas de identidade de gênero no Judiciário. Além de detalhar o fluxo processual e a documentação necessária para a habilitação, a cartilha oferece suporte psicossocial para o manejo da ansiedade durante a espera, incluindo uma curadoria de contatos úteis, plataformas de busca ativa e indicações culturais voltadas ao fortalecimento da parentalidade homoafetiva. Nesse viés, observa-se a consonância dessa proposta com a Plataforma eduCAPES (Brasil, 2026), na qual se encontra a recorrente disponibilização de cartilhas como produtos educacionais oriundos de pesquisas aplicadas, evidenciando sua consolidação como instrumento válido de tradução do conhecimento científico para a prática social.

Destarte, esta pesquisa justifica-se pela relevância de lançar luz sobre as nuances afetivas de casais homoafetivos que, embora devidamente habilitados e inscritos no SNA, enfrentam o hiato da espera, por ser um período marcado pela imprevisibilidade cronológica. Assim, ao invés de restringir-se aos contornos estritamente jurídicos da adoção, o estudo amplia e valoriza aspectos psicológicos e subjetivos que vão além dos trâmites processuais para alcançar a experiência vivida desses sujeitos, compreendendo como a incerteza do tempo institucional atravessa o cotidiano e a subjetividade dos pretendentes à adoção.

Em suma, a presente pesquisa não se limita à função técnica, mas mergulha na subjetividade das vivências afetivas para compreender o fenômeno da espera da adoção sob uma nova ótica. Efetivamente, o potencial transformador deste estudo reflete-se na sua capacidade de aportar novas perspectivas à literatura científica e de subsidiar a prática cotidiana de equipes interdisciplinares nos Tribunais de Justiça. Assim, ao unir o rigor acadêmico à clareza informativa, a pesquisa torna-se um referencial valioso para estudantes, operadores do Direito e para o público leigo interessado na causa da adoção.

Nos capítulos seguintes, apresenta-se, inicialmente, a fundamentação teórica que sustenta a pesquisa, onde se aborda em tópicos a homoparentalidade no século XXI, os conceitos de emoção e sentimento, na visão de diferentes autores, e a emoção com base nos pressupostos de Merleau-Ponty (2018). Adicionalmente, no mesmo capítulo, abordam-se as dimensões afetivas da espera pela adoção e os aspectos psicossociais da homoparentalidade adotiva.

Na sequência detalha-se a metodologia qualitativa adotada, destacando a abordagem fenomenológica. Posteriormente, é apresentado o capítulo dedicado à intervenção realizada com os participantes na ocasião das entrevistas e, em seguida, os resultados e discussão da pesquisa empírica, sistematizados em forma de artigo científico submetido para a publicação na Revista Psicologia, Diversidade e Saúde.

Em seguida, dedicou-se um capítulo à descrição do produto técnico, finalizando com a apresentação da cartilha orientativa, desenvolvida a partir das demandas observadas durante a etapa da intervenção. O material produzido destina-se a casais homoafetivos e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ que desejam adotar, e tem como propósito garantir acesso qualificado à informação, fortalecer a cidadania e promover práticas inclusivas na adoção de crianças e adolescentes.

2 REVISÃO TEÓRICA

A espera na adoção não é apenas um intervalo de tempo vazio, mas um tempo vivido, repleto de experiências diversas, frutos das emoções e sentimentos que constituem o cerne da afetividade humana. Para compreender esse percurso, é fundamental, primeiramente, distinguir e definir essas particularidades, afastando-as de uma leitura puramente instintiva e situando-as no âmbito da subjetividade e da relação, que se constrói no encontro com o outro.

Segundo a perspectiva fenomenológica de Maurice Merleau-Ponty (2018), a afetividade deixa de ser um fenômeno particular e isolado, sendo uma maneira de "estar no mundo". Para o filósofo, o corpo não é apenas um objeto biológico, visto que é por meio dele que percebemos o mundo e é a partir dele que somos sensíveis. Dessa forma, a espera pela adoção é vivenciada no corpo e projetada no horizonte da vida. É na intercorporeidade das experiências com o outro, seja no compartilhamento com o cônjuge ou na relação imaginada com o filho, que os sentimentos ganham forma. Essa conexão ocorre mesmo no vazio da espera pela criança, onde a sua ausência física se torna uma presença simbólica marcante, sustentada pelo desejo do encontro.

Este capítulo organiza-se em cinco eixos centrais e complementares. Inicialmente, discute-se a homoparentalidade no século XXI, com ênfase na pluralidade das configurações familiares contemporâneas e nos arranjos da comunidade LGBTQIAPN+. Em seguida, examinam-se os aspectos psicossociais da adoção homoparental, abordando a competência emocional dos casais homoafetivos na criação dos filhos, mesmo ainda existindo o preconceito social contra a homoparentalidade.

A fundamentação teórica prossegue com a delimitação conceitual das emoções e sentimentos sob diferentes perspectivas literárias, culminando na análise das dimensões afetivas da espera na adoção, à luz de produções nacionais e estrangeiras. Assim, o capítulo conclui ao discutir a emoção como fenômeno encarnado em Merleau-Ponty (2018), explorando as bases fenomenológicas apresentadas em sua obra *Fenomenologia da Percepção*. Por fim, o intuito deste capítulo é proporcionar ao leitor uma compreensão das circunstâncias que estão por trás das emoções e sentimentos experimentados pelos casais homoafetivos durante o período de espera da adoção.

2.1 A homoparentalidade no século XXI

A instituição familiar foi, por muitos séculos, o pilar do patriarcado, sistema que ainda hoje exerce influência ao impor valores machistas. Em resposta a essas múltiplas formas de violência e exclusão, as populações atingidas, por se sentirem oprimidas, começaram a articular movimentos de reivindicação por mudanças, reconhecimento e visibilidade. Nesse panorama, o final do século XX (décadas de 1970, 1980 e 1990) foi marcado pelo surgimento de movimentos reivindicatórios ao redor do globo, nos quais as minorias começaram a lutar por maior visibilidade, reconhecimento e direitos em uma sociedade caracterizada pelo machismo, racismo e homofobia.

O movimento feminista e o movimento de gays e lésbicas se destacam entre os muitos movimentos que lutam por mudanças sociais, defendendo direitos e garantias para constituir família por meio da legalização do casamento homoafetivo e da adoção de crianças, expandindo a noção de família além dos padrões heteronormativos. Nesse contexto, o termo homoafetivo, que se refere às relações de afeto e carinho entre indivíduos do mesmo sexo ou gênero, foi cunhado por Maria Berenice Dias (2000) em sua obra *União Homossexual: o preconceito e a justiça*. A autora, ex-desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, é hoje uma das principais referências em direitos LGBTQIAPN+ no Brasil.

Nesse cenário, a partir do século XXI, as mudanças na sociedade se tornaram mais visíveis, sendo examinadas pelos campos da sociologia, psicologia, direito e antropologia. Essas matérias destacam as várias maneiras de definir as diferentes configurações familiares que surgiram dos novos arranjos, e que gradualmente começaram a ser evidenciadas. Nesse sentido, conforme Silva e Neves (2023), o conceito de família tem passado por constantes transformações, reverberando as dinâmicas da sociedade na qual está inserido. Tais mutações são influenciadas por fatores culturais, religiosos e políticos que delimitam o que se compreende por configuração familiar em cada contexto histórico.

Nessa perspectiva, Silva *et al.* (2018) enfatizam que, desde o final do século XX e início do século XXI, novas configurações familiares têm dado origem a diferentes modalidades de família, tornando essencial o reconhecimento dessas novas estruturas no cenário nacional. Nesse contexto, Caputti (2011) identificou os modelos de família mais comuns na sociedade no início dos anos 2000. A referida autora destacou os seguintes tipos: família nuclear, composta tradicionalmente por um casal e seus filhos; família extensa, que abrange parentes consanguíneos ou por afinidade; família adotiva, formada por casais ou indivíduos solteiros que

se tornam legalmente pais de uma criança não biológica; e família homoafetiva, composta por casais homossexuais.

Sob outro enfoque, Silva *et al.* (2020) identificou diferentes tipos de família: a família matrimonial, constituída por meio do casamento de um casal; a família monoparental, em que um único genitor é responsável pelos cuidados, criação e sustento dos filhos; a família pluriparental, em que pessoas de diferentes famílias convivem em um contexto de múltiplos vínculos parentais; a família anaparental, que não conta com as figuras parentais tradicionais (pai e mãe); a família eudonista, em que os membros buscam felicidade e realização pessoal, independentemente de vínculos biológicos; a família informal, formada pela união estável de duas pessoas hetero ou homoafetivas; e a família paralela, em que um indivíduo mantém dois relacionamentos afetivos e familiares simultaneamente, com características de união estável ou casamento. Também há a família homoafetiva, em que casais homoafetivos lideram o núcleo familiar.

Efetivamente, entre as famílias contemporâneas mais mencionadas nas pesquisas sobre parentalidade, a família homoparental se sobressai por ser formada por casais com a mesma identidade de gênero. Nesse universo, o termo homoparental origina-se do neologismo francês *homoparenté*, introduzido na França em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL). Naquele período, os membros da APGL buscavam definir as condições de famílias homoafetivas no contexto da adoção e parentalidade, com ampla divulgação e impacto na mídia (Bertocchi, 2017; Ribeiro; Granato, 2021; Tannuri; Silva, 2019; Uziel, 2007).

A propósito, Bosisio e Ronfani (2015) classificam as famílias homoafetivas de diferentes formas, como por exemplo, famílias com filhos biológicos de um dos parceiros, obtidos em relacionamentos anteriores; famílias com filhos por inseminação artificial ou gestação de substituição; arranjos multiparentais envolvendo acordos entre casais gays e casais lésbicos; famílias que compartilham a parentalidade por meio de novas tecnologias reprodutivas; e casais com a mesma identidade de gênero, com filhos adotivos. Isso indica que a diversidade de arranjos familiares abrange novas e variadas formas de convivência, distanciando-se de valores anteriormente estabelecidos por famílias tradicionais. Essa realidade vem refletindo mudanças nas interações, nas responsabilidades e nas formas de expressão (Silva; Neves, 2023; Tognon; Hamparlam, 2017).

Nessa conjuntura, observa-se que a legitimidade das configurações familiares contemporâneas reside mais na qualidade dos vínculos afetivos do que na conformidade com modelos biológicos ou rígidos padrões morais. Nesse sentido, à medida que o afeto se consolida como o eixo central das relações, a estrutura familiar deixa de ser um molde estático para tornar-

se um espaço fluido de cuidado e suporte mútuo, exigindo que as instituições sociais e o direito se adaptem a essa pluralidade inerente à sociedade atual.

Assim, diante da trajetória atual da família homoparental, constata-se que sua legitimação não representa uma reconfiguração de papéis, que vão além de um marco jurídico. No entanto, essa inclusão social não acontece sem conflitos, pois as famílias enfrentam as marcas de um contexto ainda permeado por normas tradicionais. Por isso, é fundamental investigar os aspectos psicossociais da homoparentalidade adotiva, examinando como esses arranjos familiares interagem com o contexto social e como as questões psicológicas influenciam essas interações, para entender de que forma essas estruturas impactam a realidade das famílias que buscam a filiação, como se verá adiante.

2.2 Aspectos psicossociais da homoparentalidade adotiva

A adoção, independentemente da identidade sexual de quem a realiza, tem sido objeto de crescente pesquisa como um fenômeno complexo que envolve fatores emocionais, psicossociais e institucionais. Pesquisas na área evidenciam que configurações parentais homoafetivas apresentam competência no desenvolvimento e criação dos filhos de maneira equivalente às estruturas heterossexuais, sobretudo no que tange ao estabelecimento de vínculos afetivos, aos cuidados cotidianos e ao suporte emocional oferecido às crianças (Fonseca; Lomando, 2019; Ogaki; Piccinini, 2023).

Do ponto de vista psicológico, uma boa parentalidade não está relacionada ao gênero ou à identidade sexual dos cuidadores, mas sim à regularidade e à permanência nos cuidados, à sensibilidade emocional e à criação de um ambiente seguro e estimulante que favoreça o pleno desenvolvimento da criança. Diante disso, a literatura aponta que famílias homoparentais costumam adotar um cuidado mais colaborativo, distribuindo equitativamente as responsabilidades que tradicionalmente são atribuídas a papéis maternos ou paternos (Ogaki; Piccinini, 2023; Rosa; Pessôa, 2019).

Nesse contexto, a adoção em famílias homoafetivas é influenciada por fatores externos, como apoio social, aceitação institucional e a presença de noções preconcebidas ou estigmas. Esses fatores têm potencial para impactar não apenas o bem-estar dos cuidadores, mas também o desenvolvimento psicológico da criança (Berres; Gomide; Azevêdo, 2023; Silva; Sousa; Fernandes-Eloi, 2017).

Dessa forma, a psicologia transcende as competências parentais internas, considerando também o contexto social e cultural da família, ao implementar intervenções e políticas de

suporte que fortalecem os vínculos e atenuam as fragilidades. De fato, a homoparentalidade adotiva não apresenta nenhum impedimento ao desenvolvimento saudável da criança, ressaltando a necessidade de abandonar estereótipos e valorizar, sobretudo, o cuidado intencional, afetivo e estruturado como o que realmente determina a qualidade da parentalidade (Fonseca; Lomando, 2019; Ogaki; Piccinini, 2023; Rosa; Pessôa, 2019).

Nesse sentido, sob a perspectiva da adoção, é pertinente destacar o estudo de Berres, Gomide e Azevêdo (2023), que investiga as motivações, desafios e experiências de casais homoafetivos e heteroafetivos na adoção. Os autores sugerem que, apesar das similaridades estruturais entre o desejo de adoção e a parentalidade, casais homoafetivos enfrentam barreiras adicionais, sobretudo preconceitos sociais e dificuldades institucionais. Esse fato realça a importância de elevar a visibilidade e oferecer dados mais claros para que se possa planejar um suporte adequado.

Diante dessa realidade, Tannuri e Silva (2019) enfatizam que, apesar dos avanços legislativos sugerirem a criação de um ambiente social justo e igualitário para pessoas homoafetivas e famílias homoparentais, a realidade revela que a sociedade brasileira ainda está distante de efetivar essas melhorias tanto na prática quanto na lei. Além disso, esses autores destacam que, apesar dos avanços na legislação que indicam a construção de um ambiente social, justo e igualitário para pessoas homoafetivas e famílias homoparentais, o dia a dia evidencia uma realidade de estagnação.

Nessa conjuntura, estudos nacionais e estrangeiros destacam o medo disseminado pelo conhecimento popular quanto à identificação sexual de crianças criadas em famílias homoparentais. Esse temor fortalece o discurso acerca dos papéis de gênero ao alegar que as crianças poderão se tornar homossexuais no futuro e que enfrentarão prejuízos no desenvolvimento psicossocial em razão da ausência de uma figura masculina ou feminina em sua formação educacional (Romanhol, 2013; Tognon; Hampariam, 2017).

Em relação ao preconceito contra a homoparentalidade adotiva, o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Dr. Artur Marques da Silva Filho (2020), defende não haver base para relacionar a orientação sexual dos pais à dos filhos, considerando que a maioria dos homossexuais vem de famílias heterossexuais. Além disso, o magistrado enfatiza que proibir casais homoafetivos de adotar com base no receio de que a criança se torne homossexual é uma forma de preconceito, uma vez que a legislação não faz distinção entre adotantes com base em sua identidade sexual.

É ainda mais importante frisar que qualquer argumento preconceituoso não tem nenhuma base científica. Realmente, há pesquisas que indicam que a orientação sexual dos pais não tem

impacto sobre a identidade sexual dos filhos; que a saúde mental de pais homoafetivos é similar à de pais heterossexuais; que o desempenho escolar de filhos de casais homoafetivos é equivalente ao de filhos de casais heterossexuais; que filhos de famílias homoparentais têm expectativas positivas sobre o futuro; que as relações pais-filhos em famílias homoparentais são saudáveis; e que filhos de famílias homoparentais estabelecem interações sociais saudáveis (Ribeiro; Granato, 2021).

Nessas circunstâncias, observa-se que a família homoparental continua sendo objeto de controvérsias e desaprovação, especialmente quando os casais optam por ter filhos por meio da adoção ou de outros métodos de reprodução assistida. Infelizmente, essas controvérsias, originadas de concepções pré-estabelecidas pelo público leigo, podem influenciar as opiniões de alguns profissionais das equipes técnicas que operam no Judiciário.

Sob essa perspectiva, a pesquisa de Tombolato, Maia e Santos (2019), baseada em um casal de lésbicas que desejava adotar uma criança, revelou que o modelo familiar predominante no Brasil ainda é o nuclear-monogâmico restrito ao casamento heterossexual. Em vista disso, casais homoafetivos continuam enfrentando preconceitos ao tentarem concretizar o desejo de adotar uma criança ou um adolescente.

Nesse aspecto, estudos e pesquisas sobre a homoparentalidade são importantes para apresentar conclusões claras sobre a falta de evidências científicas que sustentem a noção de que pais e mães homoafetivos são inadequados para seus filhos por causa de suas identidades sexuais. Além do mais, estudos indicam que pais homossexuais e heterossexuais têm igual probabilidade de proporcionar apoio e criar ambientes saudáveis para seus filhos, desmentindo o que é amplamente divulgado pela sociedade (Takács; Szalma; Bartus, 2016).

Dessa maneira, é possível observar que, entre as diversas configurações familiares contemporâneas, a homoparentalidade se destaca não apenas pela luta por direitos, visibilidade e reconhecimento social, mas também por evidenciar a capacidade de exercer funções parentais com a mesma competência que as famílias heterossexuais. O que a sociedade precisa compreender é que o afeto é fundamental para a saúde de uma família, e que o exercício das funções parentais não se relaciona a questões de gênero, identidade sexual ou parentesco biológico.

Assim, ao elencar os aspectos psicossociais, nota-se que a homoparentalidade adotiva é permeada por uma teia de questões que influenciam a vivência do casal. Entretanto, para entender como essas experiências externas são internamente processadas, é necessário explorar a dimensão afetiva que fundamenta essas vivências. Nesse sentido, faz-se imprescindível diferenciar e conceituar o que se entende por emoções e sentimentos, a fim de que se estabeleça

uma base teórica para se compreender a subjetividade desses sujeitos, conforme será apresentado a seguir.

2.3 Delimitações conceituais das emoções e sentimentos

A emoção e o sentimento, como componentes da afetividade, englobam sensações de prazer ou desprazer que, em outros termos, incluem aspectos positivos ou negativos. Por conseguinte, a emoção é vista como algo automático e instantâneo, caracterizando-se como uma resposta breve a algo que agrada ou desagrade. Por outro lado, o sentimento é entendido como algo construído, que, ao contrário da emoção, não surge abruptamente em resposta a um estímulo (Bock; Teixeira; Furtado, 2023; Rodrigues, 2020).

Segundo Depraz (1999), a emoção, derivada do latim *ex-movere*, indica um deslocamento, por ser o ato de se exteriorizar, funcionando como um movimento que rompe a inércia do indivíduo. Com efeito, a emoção é caracterizada como um impulso gerado por uma alteridade, um elemento externo que leva o indivíduo a ultrapassar suas fronteiras internas. Assim sendo, esse movimento emocional inicial não tem, necessariamente, um propósito finalista ou uma direção consciente pré-estabelecida, pois, antes de tudo, é uma resposta dinâmica ao que afeta o indivíduo.

Vale ressaltar que as emoções podem ser entendidas como manifestações de afeto em resposta a um acontecimento que pode ser inesperado, esperado ou desejado, podendo as reações orgânicas, enquanto descargas de tensão, fugirem do controle do indivíduo. Nas emoções, existe uma conexão entre os sentimentos e a expressão corporal, cujas reações orgânicas são resultantes das descargas emocionais (Bock; Teixeira; Furtado, 2023).

Na verdade, uma emoção envolve uma variedade de fatores e não é considerada uma ocorrência única. Ao contrário, a emoção é vista como o produto de vivências afetivas que desencadeiam uma série de alterações no funcionamento psicológico e fisiológico do sujeito. Com efeito, quando o corpo passa por uma mudança, como um coração acelerado, o cérebro faz uma busca rápida nas experiências anteriores. Em outras palavras, se o cenário é de ameaça, ele cria a situação do medo; se o cenário é de encontro amoroso, ele cria uma situação de alegria. Por conseguinte, a emoção é a designação que o cérebro atribui ao estado do corpo, orientando o indivíduo sobre como agir (Abreu; Silveira, 2025; Miguel, 2015).

Sob esse prisma, a literatura categoriza diversas emoções, embora não exista consenso sobre um único modelo teórico que explique como elas funcionam. Da mesma forma, não existe uma definição precisa sobre a quantidade de emoções e seus respectivos significados. Nesse

sentido, as emoções podem ser classificadas como básicas e secundárias, sendo a alegria, o medo, a surpresa, a tristeza, o nojo e a raiva as mais estudadas. Diante disso, quando as emoções básicas são agrupadas, elas se transformam em emoções secundárias, que são complexas e influenciadas socialmente, como a saudade, a culpa ou o orgulho (Abreu; Silveira, 2025; Miguel, 2015).

Vale ressaltar que as emoções básicas são universais e não aparecem como fenômenos únicos ou isolados, uma vez que se manifestam em grupos que compartilham sentimentos, pensamentos e comportamentos semelhantes. Por conseguinte, afirma-se que a expressão das emoções básicas é inata nos humanos, visto que ocorre em qualquer cultura. Adicionalmente, a história individual e o contexto cultural influenciam quais estímulos geram respostas emocionais, ressaltando a função social e biológica na dinâmica emocional. Assim, a emoção funciona como um sistema de comunicação social, sinalizando para os outros o que se passa internamente com o sujeito (Cezar; Jucá-Vasconcelos, 2016; Dias; Cruz; Fonseca, 2008; Miguel, 2015).

Nesta mesma linha, contudo sob um novo enfoque, Schettini Filho (2012), ao abordar o processo afetivo, sugere uma análise crítica da herança cultural de repressão emocional que condiciona a subjetividade moderna. O autor sustenta que as emoções são uma comunicação transverbal, funcionando em um espaço que vai além da linguagem articulada e, por isso, muitas vezes provoca medo e necessidade de controle. Dentro dessa perspectiva, os bloqueios afetivos não são simples disfunções, mas sim mecanismos de defesa contra a complexidade do “mergulho nas profundidades” da condição humana. Quanto a esse fenômeno, o autor reflete:

Desgraçadamente, fomos criados reprimindo as emoções e, até assumindo um comportamento de medo diante das suas manifestações. Provavelmente porque elas são uma forma de comunicação sem fronteiras e transcendem a linguagem verbal. [...] quando as emoções não fluem na sua espontaneidade, podem atropelar todo o conjunto de funções que constitui o ser humano na sua vinculação com a realidade ambiental (Schettini Filho, 2012, p. 47).

A partir dessa premissa, Schettini Filho sugere que a interrupção do fluxo espontâneo dos afetos não prejudica somente a manifestação do “eu”, mas compromete a própria homeostase do sujeito em sua relação com o mundo, podendo culminar em severas perturbações de ordem intelectual e mental decorrentes da falta de fluidez emocional. Em outras palavras, quando a livre expressão das emoções e sentimentos é interrompida, isso leva a uma desarticulação das funções psíquicas que conectam o indivíduo ao seu ambiente.

Mesmo com as diversas definições e considerações sobre emoção apresentadas na literatura, alguns autores como Roazzi *et al.* (2011) ressaltam que essa questão é um dos maiores desafios teóricos tanto para a filosofia quanto para as ciências atuais, uma vez que é considerada uma dimensão multifacetada e com poucos consensos. Segundo estes autores, essa definição conceitual se justifica, em grande medida, por causa da dinâmica dos afetos, que se metamorfoseiam e se refinam durante o processo de desenvolvimento humano. Efetivamente, a variedade de abordagens teóricas acerca da emoção espelha a complexidade da experiência humana, uma vez que a emoção não se resume a uma reação biológica, mas sim a uma construção de significado que permite múltiplas vivências para o sujeito.

Dessa forma, segundo Dias, Cruz e Fonseca (2008), o estudo das emoções é de suma importância para todas as áreas da psicologia, uma vez que é essencial para entender o comportamento e o funcionamento das pessoas. Segundo esses autores, as investigações vêm avançando para outras áreas do conhecimento, como a sociologia, a antropologia e a filosofia, mesmo com as diferenças teóricas e metodológicas.

Nesse contexto, os sentimentos, enquanto parte da emoção, vão além da resposta sensorial, conforme argumentam Cezar e Jucá-Vasconcelos (2016). De fato, o sentimento envolve uma elaboração subjetiva em que a pessoa avalia o que aconteceu e tenta conectá-lo ao seu histórico pessoal de experiências. Os sentimentos, portanto, exigem que o sujeito relacione o acontecimento a um conjunto pessoal de experiências e significados. Decerto, para que um sentimento se fixe, é preciso uma tríade processual que diz respeito à representação do estímulo, à atribuição de significado e à percepção consciente das mudanças no corpo. Com efeito, o sentimento é o que há de mais intenso na experiência emocional do sujeito (Cezar; Jucá-Vasconcelos, 2016).

Aqui, o sentimento pode ser entendido como o momento em que um evento emocional se transforma em uma experiência mental consciente. Ou seja, é a interpretação pessoal do que está acontecendo no corpo, como se fosse uma narração interna sobre a qualidade da vida em um determinado instante. Assim sendo, o afeto é aquilo que toca na qualidade ímpar e individual de “sentir-se” de determinada maneira, além da mera descrição biológica. Por conseguinte, segundo a ciência atual, não há indivíduo algum que não possua o sentimento de existir, que é como uma companhia de afeto permanente para todas as imagens e pensamentos mentais (Abreu; Silveira, 2025).

Nesse interim, ao explorar os sentimentos fenomenologicamente, Viscott (1982) os descreve como algo que vai além da simples resposta fisiológica, sendo o verdadeiro eixo integrador da experiência consciente. Sob essa ótica, os sentimentos são vistos como um eixo

que integra a experiência sensorial, atuando como um “sexto sentido” que organiza, dirige e sintetiza as informações captadas pelos canais perceptivos primários.

Nessa perspectiva, a afetividade é o filtro hermenêutico indispensável que dá sentido à realidade fática, classificando as vivências entre o extremo da dor e da alegria, do ameaçador e do acolhedor, criando, portanto, uma circularidade entre sentir e perceber. Em outras palavras, se o sentir surge como uma resposta à percepção, ele também atua como o fator que adiciona cor e redefine a forma como percebemos o mundo ao nosso redor, convertendo a assimilação de impressões sensoriais em um processo mental fundamental e intrinsecamente criativo (Viscott, 1982).

Essa subjetividade significa que o sentido que o mundo faz pode mudar de acordo com o modo particular de integração emocional, que irá influenciar as experiências que virão. Ademais, segundo Viscott (1982), a linguagem dos sentimentos é a base da comunicação intrapessoal e, sem um diálogo interno, torna-se impossível relacionar-se com o outro. Dessa maneira, entender as emoções e os sentimentos é fundamental para dominar-se e alcançar a independência funcional.

Sob esse enfoque, ao se abrir para a própria vida afetiva, o sujeito renuncia a defensas rígidas e começa a utilizar seus sentimentos como bússolas interpretativas, poupando-se da perda das qualidades humanas essenciais, que se dá quando se corta o contato com o sensível. Desse modo, o controle das emoções se mostra como o único verdadeiro poder que vale a pena conquistar, sendo o fundamento para uma vida genuína e independente (Viscott, 1982).

Em outra perspectiva, a fenomenologia das emoções categoriza os sentimentos em atos de sentimento, vivências intencionais direcionadas a um objeto e sentimentos sensíveis, que se referem às experiências imediatas e mais diretamente associadas à sensação. Assim, segundo a fenomenologia, os sentimentos não são meras respostas reativas do organismo, mas componentes da maneira como a consciência se relaciona com objetos e significados do mundo (Goto; Telles; Paula, 2016).

Nessa direção, Goto, Teles e Paula (2016) destacam que a fenomenologia fornece descrições minuciosas e precisas das vivências afetivas, tornando a compreensão psicológica dos sentimentos mais rica, não como meros estados internos, mas como elementos que compõem o “ser-no-mundo” da consciência humana. Sem dúvida, emoções e sentimentos constituem fenômenos cruciais para a compreensão da experiência humana, já que alteram não apenas estados internos, mas também a disposição e a qualidade da relação com o mundo e com objetos de pensamento ou vivência.

Em suma, a distinção entre emoção e sentimento torna-se fundamental para compreender a complexidade do período de espera na adoção. Enquanto a emoção pode se manifestar nos picos de ansiedade ou alegria diante de cada nova etapa do processo jurídico, o sentimento se consolida na construção duradoura desse vínculo imaginado com o filho. Assim, as dimensões afetivas da espera não são estados isolados, mas sim um processo contínuo no qual as reações imediatas (emoções) vão sendo significadas e transformadas em sentimentos profundos que sustentam o desejo da parentalidade, conforme será discutido no tópico a seguir.

2.4 Dimensões afetivas da espera na adoção

A multiplicidade de perspectivas teóricas sobre emoção e sentimento reflete a própria riqueza da experiência humana. Para os pretendentes à adoção, esses afetos não são apenas uma resposta biológica, mas uma construção de sentido que lhes permite navegar pela incerteza da espera, conferindo profundidade à sua futura relação filial. Dessa maneira, o impulso de ir ao encontro, de buscar informações e de se preparar é a emoção. É esse transportar-se para fora de si em direção ao filho que ainda não está presente fisicamente, mas que já move o pretendente para fora de sua zona de conforto.

Nesse cenário, a literatura aponta que a maioria dos pretendentes à adoção chega ao sistema Judiciário sem saber como funciona o processo adotivo, especialmente aqueles que foram diagnosticados com infertilidade. Dessa forma, é comum que eles demonstrem vulnerabilidades resultantes da falta de elaboração do luto pelo filho que não conseguiram gerar. Baseado nessa realidade, Kohn-Willbridge *et al.* (2021, p. 301, tradução nossa) descrevem com clareza esse momento:

A decisão de adotar, muitas vezes, é decorrente de dificuldades de fertilidade, que podem provocar reações dolorosas e problemas psicológicos a longo prazo. Mesmo em sofrimento, os candidatos se envolvem no processo de adoção, escondendo seus sentimentos de perda e pesar, com o objetivo de parecerem “prontos” para adoção diante dos profissionais que irão conduzir suas avaliações.

Na realidade, além de se sentirem impotentes diante da impossibilidade de conceber filhos, uma das maiores frustrações dos pretendentes é a comparação com os pais e mães biológicos que geraram seus filhos. Para esses, nada é exigido ou imposto para o exercício da parentalidade, ao passo que na adoção, os futuros pais ou mães são obrigados a passar por etapas longas e demoradas. De fato, além de ocultar as emoções e sentimentos causados pela infertilidade, é frequente os pretendentes expressarem expectativas e sonhos sobre o filho que

desejam ter, especialmente durante o preenchimento do formulário de inscrição, quando são solicitados a selecionar as características da criança desejada, incluindo idade, cor da pele e condição de saúde.

Nesse contexto, o momento de preenchimento do formulário pode ser considerado o início do que muitos autores denominam gestação adotiva que, em algumas questões, se assemelha com a gestação biológica e, em outras, se distancia. As semelhanças convergem com ritos de passagem, planejamento para gestar filhos, expectativas e projetos de vida futura e, também, sentimentos de ansiedade e de estresse pela espera da criança. As diferenças se destacam em relação ao tempo, considerando as etapas processuais a serem vencidas, envolvendo aspectos jurídicos, afetivos e sociais (Porta *et al.*, 2019; Schettini Filho, 2012; Schwochow; Frizzo, 2021).

Nessa mesma perspectiva, Wasen e Parizotto (2017, p. 27) abordam o tempo de espera e os sentimentos que com maior frequência marcam a gestação adotiva:

A gestação adotiva não tem tempo determinado para concretizar, podendo durar de meses a anos, assim gerando sentimentos de ansiedade e expectativas nos futuros pais adotantes. Estar ciente desses aspectos psicológicos nesse período de espera é uma fase de mudanças, na qual os indivíduos ainda não são pais como ocorre na gravidez.

Nessa circunstância, outro agente mobilizador das emoções e dos sentimentos dos pretendentes diz respeito aos trâmites do processo, que requer tempo considerável para o Judiciário atuar seguindo os passos determinados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Efetivamente, o Judiciário precisa cumprir requisitos, etapas e prazos que visam garantir a lisura e, sobretudo, o superior interesse das crianças e dos adolescentes disponíveis para adoção que se encontram nas instituições de acolhimento. Essa etapa compreende a habilitação para adoção.

Conforme evidenciado por investigações científicas, a habilitação para a adoção é percebida pelos pretendentes como um processo intensamente exaustivo e suscita uma gama diversificada de emoções e sentimentos. Isso decorre da necessidade de reunir documentos que consomem tempo, a realização de avaliação psicossocial e a obrigatoriedade de frequência em curso preparatório destinado aos interessados na adoção (Porta *et al.*, 2019; Schwochow; Frizzo, 2021).

Nesse sentido, a obrigatoriedade em cumprir os requisitos da primeira etapa (habilitação) leva os pretendentes a manifestar severas críticas em relação ao Judiciário, por se queixarem da burocracia e da morosidade, tornando-os ainda mais vulneráveis, tensos e ansiosos, por serem

avaliados pela equipe técnica. Nessa mesma lógica, eles também se sentem obrigados a conseguir aprovação no curso preparatório, passando a manifestar sentimentos de medo, raiva, ansiedade e fantasias em relação a ser ou não ser considerados aptos para adoção (Eriksson, 2016; Wasen; Parizotto, 2017).

Na realidade, a avaliação psicossocial possui um caráter subjetivo e, sob a perspectiva dos interessados, a equipe técnica, em conjunto com o Promotor e o Juiz, é responsável pela supervisão das adoções. De maneira alternativa, além dos procedimentos burocráticos que os tornam dependentes da lentidão do Judiciário, eles necessitam passar por uma avaliação psicossocial, o que os leva a experimentar frustração e sentimentos negativos de incerteza e receio quanto à possibilidade de concretizar o sonho da parentalidade ao longo de todo o processo (Schwochow; Frizzo, 2021).

Decerto, no decorrer da avaliação ou estudo psicossocial, os pretendentes frequentemente experimentam desconforto e desgaste psicológico, em virtude do caráter invasivo que caracteriza o processo avaliativo, que inclui entrevistas, visitas domiciliares e outras metodologias. Nesses momentos, o temor do julgamento e da reprovação pode levá-los a ocultar sentimentos e emoções, evitando discutir sobre tais aspectos. Por outro lado, no decorrer do período de estudo psicossocial, há casos específicos que, em contraste com a maioria, experimentam emoções favoráveis, como prazer, alegria e esperança. Esse fato se deve ao fechamento de feridas provocadas pela infertilidade e à compreensão de que o processo de adoção exige tempo, paciência e aceitação das normas judiciais, transformando o período de espera em uma experiência agradável para o planejamento e a preparação da chegada da criança (Eriksson, 2016; Levizon; Lisondo, 2018; Porta *et al.*, 2019; Schwochow; Frizzo, 2021).

Na etapa seguinte, que compreende a inserção dos pretendentes no cadastro do SNA, novas emoções e sentimentos são suscetíveis de ocorrer, dada a incerteza da finalização do período de espera que demanda essa etapa, cuja finalização irá depender, sobretudo, da escolha do perfil de criança escolhido. A demora nesse período não se aplica à adoção de crianças maiores, adolescentes, grupos de irmãos e crianças portadoras de doenças tratáveis, não tratáveis e deficiências, tendo em vista esse perfil corresponder à maioria dos acolhidos, cujas adoções tendem a ocorrer com maior brevidade.

Por conseguinte, pretendentes que têm preferência por crianças mais novas ou bebês, com pele clara, saudáveis e sem irmãos, enfrentam um tempo significativo de espera na fila virtual do SNA, em razão da escassez de crianças disponíveis e do elevado número de interessados. Certamente, isso se manifesta em sentimentos repletos de angústia e ansiedade, os quais podem

conduzi-los à mudança do perfil escolhido ou à desmotivação em relação ao processo, e, inclusive, à desistência (Levizon; Lisondo, 2018; Schwochow; Frizzo, 2021).

A duração do tempo de espera em que as pessoas aguardam na fila virtual destinada à adoção é marcada por um profundo sofrimento vivido de forma subjetiva. Esse período é repleto de experiências emocionais que se encontram em conflito, impregnadas por uma variedade de sentimentos que abrangem expectativas, angústias, preocupações e, por fim, esperanças. As emoções que surgem durante essa espera são complexas e intensas, refletindo a ansiedade e o desejo por um futuro mais promissor ao lado de uma criança, conforme destaca Wasen e Parizotto (2017, p. 32):

A espera pela criança adotiva é um período em que os pais adotantes criam expectativas relacionadas à chegada da criança em seu âmbito familiar, criam fantasias com as características da criança, como cor do cabelo e dos olhos, quando e como preparar o quatinho do bebê, qual gênero será, quando arrumar o enxoval. Como não sabem qual será o momento em que a criança chegará, vivenciam uma espera constante, passam pelo mesmo processo de uma mãe biológica, porém, sem saber quando a criança vai “nascer”.

Em vista disso, considerando as variadas emoções e sentimentos experimentados pelos pretendentes ao longo das etapas de habilitação e da espera no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, os especialistas que trabalham nas Varas da Infância e Juventude enfatizam a relevância do suporte que vai além da preparação psicossocial e jurídica. Essa justificativa é fundamentada pela necessidade que os interessados têm de compartilhar suas experiências, tanto positivas quanto negativas, em ambientes que promovam intercâmbios, orientações e apoio recíproco, como se observa nos grupos de apoio durante as fases de pré e pós-adoção.

Na verdade, durante o período de habilitação e espera dos pretendentes à adoção, o que se desenvolve não consiste apenas em uma espera cronológica, mas em uma intensa atividade de elaboração emocional. Sob o ponto de vista fenomenológico de Abreu e Silveira (2025), nesse período, o corpo do pretendente gera incessantemente um afeto nuclear, frequentemente caracterizado por uma intensa excitação e uma valência que varia entre a ansiedade, considerada desagradável, e a esperança, vista como agradável.

Sob essa ótica, diversos autores enfatizam as emoções de rejeição experimentadas por casais homoafetivos em face de uma sociedade que adota valores tradicionais, os quais estabelecem um padrão estereotipado para a constituição familiar. Essa realidade evidencia um preconceito explícito em relação às adoções realizadas por casais homoafetivos, ao passo que não se observa críticas direcionadas a pais heterossexuais que demonstram incapacidade para zelar por seus próprios filhos (Romanhol, 2013; Vaucher; Marca, 2014).

Em virtude disso, diversos estudiosos salientam que persiste na sociedade uma espécie de "aura de invisibilidade" em relação às famílias formadas por casais homoafetivos, o que leva muitos cônjuges sentirem-se inseguros em relação ao que a sociedade pode pensar. Essa realidade provoca uma preocupação intensa entre esses indivíduos, que, temerosos do possível julgamento por parte da sociedade, acabam optando por não revelar abertamente a sua situação familiar. Como resultado, há uma relutância em se declarar publicamente, ou em se inscrever para adoção, uma vez que eles temem enfrentar discriminações e preconceitos em diferentes contextos sociais (Meletti; Scorsolini-Comin, 2015; Santos *et al.*, 2020; Tombolato, Maia, Santos, 2019).

Dessa maneira, os casais homoafetivos que desejam adotar seus filhos precisam receber uma preparação adequada, a fim de estarem prontos para lidar com os diversos desafios que surgem ao longo das etapas do processo de adoção. Esses desafios, de maneira clara, tendem a ser mais intensos e complexos do que aqueles enfrentados pelos casais heterossexuais, formados por um homem e uma mulher. A razão para isso é a necessidade de lidar com preconceitos e discriminações sociais que podem provocar uma ampla gama de emoções e sentimentos, especialmente durante o longo período de espera pela adoção.

Assim, as questões emocionais que aparecem durante a espera evidenciam que a adoção não é apenas um processo legal ou um sonho longínquo, mas sim uma experiência que envolve o ser humano integralmente. Essas emoções e sentimentos não se limitam ao pensamento, elas se manifestam no corpo, moldando a forma como os pretendentes percebem o mundo e como se relacionam com a ausência do filho desejado. À vista disso, para dar suporte teórico a essa compreensão, busca-se na fenomenologia existencial de Merleau-Ponty compreender a emoção como fenômeno encarnado, a fim de investigar como a corporeidade é o palco onde essas vivências emocionais de fato se manifestam e ganham sentido, como será aprofundado a seguir.

2.5 A emoção como fenômeno encarnado em Merleau-Ponty

Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) nunca se dedicou a escrever um tratado sistemático sobre uma teoria das emoções ou uma fenomenologia da afetividade, mas deixa o tema transparecer em sua obra com descrições frequentes da dor, do prazer e da esfera emocional. Isso revela que a afetividade é um elemento crucial em sua filosofia, indissociável da vivência do corpo no mundo. No livro *Fenomenologia da Percepção*, ele estabelece uma base para a fenomenologia da afetividade, sustentando que as emoções representam formas de interação do corpo com o mundo (Pardelha, 2011; Ralón, 2022).

Nesse sentido, Pardelha (2011) traz à tona a ideia de *magia emocional*, que visa caracterizar o aspecto pré-reflexivo e expressivo das emoções, uma vez que estas não são representações conscientes nem reações automáticas, mas antes a própria maneira pela qual o mundo ganha sentido e relevância para o sujeito encarnado. Nesse ponto, Merleau-Ponty (2018) argumenta que o intelecto e a sensibilidade não podem ser separados, ou seja, todo pensamento se origina de uma experiência que não é elaborada por uma consciência puramente abstrata, mas é vivida por um corpo encarnado. A partir dessa perspectiva, entender o corpo passa a ser considerado um objeto de afeto (Ralón, 2022).

Conforme Merleau-Ponty (2018, p. 256): “A emoção enquanto variação do nosso ser no mundo, é um contingente em relação aos dispositivos mecânicos contidos em nosso corpo, e manifesta aquele mesmo poder de ordenar os estímulos e as situações que está no seu auge no plano da linguagem”. Dessa forma, para o autor, a emoção altera a configuração do campo perceptivo, mudando a maneira como o indivíduo experimenta, observa e atribui significado à situação em que se encontra.

Efetivamente, experimentar emoções como medo, alegria ou tristeza é uma forma particular de estar no mundo. Assim, Merleau-Ponty supera a tradicional dicotomia entre razão e emoção, evidenciando que a vivência emocional é, de fato, corpórea, intencional e contextualizada, uma vez que não se trata de algo que ocorre internamente ao sujeito, mas sim de uma postura global do corpo vivido (*corps propre*) em relação a uma situação específica (Pardelha, 2011; Švec, 2023).

A afetividade, nesse contexto, mostra como as condições do corpo e do mundo não podem ser dissociadas da receptividade ao sentido e ao significado. A fenomenologia das emoções em Merleau-Ponty, então, elucida o caráter do sentir como um fenômeno inaugural da experiência humana, que se dá antes da reflexão intelectual e que é fundamental para a formação do sentido, da ação e da intersubjetividade. As emoções representam, portanto, manifestações vivas da presença do indivíduo no mundo, e não meros conteúdos psíquicos isolados, pois, como afirma Merleau-Ponty (2018, p. 127), “estar emocionado é achar-se engajado em uma situação que não se consegue enfrentar e que, todavia, não se quer abandonar”.

Quanto ao afeto como emoção e sentimento, Marcon e Furlan (2015) ressaltam que, para Merleau-Ponty, a afetividade não se resume a uma série de reflexos biológicos automáticos; ela é, de fato, uma linguagem do corpo. Isso porque a emoção não deve ser vista como um curto-circuito do sistema, mas sim como uma forma de comunicação em movimento. Em outros termos, não se trata de algo que a pessoa possui apenas internamente, mas de uma ação do corpo que o direciona para o mundo.

De fato, a emoção é o corpo em movimento, ajustando sua postura e estado para reagir a algo. Em vista disso, a emoção não se resume a uma simples adaptação ao ambiente ou a um alívio de pressão, pois está contextualizada dentro de uma narrativa, um relato pessoal, que possui uma razão ligada a princípios, desejos e uma história de vida. É a emoção que liga o sujeito à situação, que torna o evento biológico um evento biográfico, no qual o corpo se expressa sem palavras. Para Merleau-Ponty, o afeto serve como evidência de que o ser humano não é um objeto passivo que apenas responde ao seu entorno, pois o sujeito é um participante ativo na sua própria sensibilidade (Ayouch, 2012; Marcon; Furlan, 2015; Švec, 2023).

Para ser mais precisa, como afirmam Marcon e Furlan (2015), o sujeito experimenta emoções não apenas como uma resposta ao que o mundo lhe impõe, mas como um resultado da interação entre as provocações do mundo e sua própria forma de ser. Ou seja, o afeto, enquanto emoção e sentimento, não é algo que ocorre no corpo ou na mente, mas sim a maneira pela qual um organismo vivo se mantém em sintonia com o diálogo da existência. Essencialmente, a significação da afetividade não se encontra exclusivamente no sujeito, nem no objeto, tampouco na mente ou no meio, mas sim no ‘entre’, no espaço intersubjetivo, na relação incessante do ser com o mundo.

Nesse ponto de vista, Ayouch (2012) e Švec (2023) afirmam que, para Merleau-Ponty, o afeto é o elo que permite ao ser humano experimentar o mundo. Em outras palavras, a esfera afetiva é o centro da psiquê, onde conhecer o mundo não é uma tarefa de um observador alheio, mas de um corpo experienciado e envolvido que, ao se mover, sentir e se emocionar, não apenas vê o mundo, mas o habita. Dessa maneira, pode-se afirmar que emoção e sentimento constituem a base da vida social, uma vez que possibilitam ao sujeito compartilhar o mesmo mundo com outras pessoas, cuja vida emocional nada mais é do que uma estrutura complexa de “ser-no-mundo”.

Destarte, Merleau-Ponty (2018) já afirmava no livro *Fenomenologia da Percepção* que a vida afetiva, isto é, a vida repleta de emoções e sentimentos, possui uma lógica própria. Segundo o autor, é a emoção que tinge a visão e sem ela, o mundo seria um mapa bidimensional e sem preço, ilustrando o desejo erótico como uma relação existencial com o outro. Nessa perspectiva, para o filósofo, a emoção é, em sua totalidade, uma expressão, refutando a concepção de que o sujeito primeiramente experimenta algo internamente antes de externá-lo para o mundo. Para ele, o sentimento mora no corpo, como também a emoção, mostrando que não identificamos a raiva alheia por uma explicação teórica, mas porque o corpo do outro nos instiga a reagir.

Adicionalmente, na *Fenomenologia da Percepção*, Merleau-Ponty (2018) descreve como os sentimentos são constitutivos da condição humana, como a angústia diante do futuro ou o peso de uma decisão. Para o filósofo, as emoções são posturas que adotamos ao longo do tempo, com a esperança sendo uma maneira de o corpo se projetar em direção ao futuro, e o remorso uma maneira de permanecer atado ao passado. Ele afirma que as emoções não nos escravizam, mas que elas são fundamentais para a construção da liberdade.

Nessa perspectiva, Merleau-Ponty (2018) esclarece que sentimentos como o amor nos tiram de nós mesmos e nos colocam no outro, pois os afetos são o que nos liga efetivamente ao outro, pois a emoção é uma ponte. Diante disso, ele diz que "O sentir é essa comunicação vital com o mundo que o torna presente para nós como lugar familiar de nossa vida. É a ele que o objeto percebido e o sujeito que percebe devem sua espessura" (Merleau-Ponty, 2018, p. 84). Dito de outra maneira, sentir é estar conectado ao mundo por meio do corpo, e a emoção ou o sentimento, por sua vez, é uma mudança na nossa relação com o ser. Sob esse prisma, Merleau-Ponty (2018, p. 257) afirma:

O uso que um homem fará de seu corpo é transcendente em relação a esse corpo enquanto ser simplesmente biológico. Gritar na cólera ou abraçar no amor não é mais natural ou menos convencional do que chamar uma mesa de mesa. Os sentimentos e as condutas passionais são inventados, assim como as palavras. Mesmo aqueles sentimentos que, como a paternidade, parecem inscritos no corpo humano são, na realidade, instituições.

Por último, é importante destacar que na *Fenomenologia da Percepção* há indicações do autor sobre certas emoções, como raiva, amor, desejo e choro, o que leva a crer que a vida emocional na fenomenologia merleau-pontyana se baseia no entendimento de que o sentido e o valor não são qualidades abstratas do mundo, mas surgem da experiência encarnada e contextualizada do sujeito. Nessas condições, o corpo próprio não é um mero objeto, mas um meio pelo qual o sujeito se insere no mundo, na medida em que a consciência perceptiva aparece como uma abertura intencional e histórica (Cabral; Burema; Passos, 2021).

Portanto, conforme Merleau-Ponty (2018), o sentir é o primeiro modo de acesso ao real. Por conseguinte, na vida cotidiana, a razão e a emoção não se encontram rigorosamente separadas, já que, sendo o corpo o local onde o mundo se manifesta como fenômeno, é pela estrutura emocional que a realidade se destaca e adquire sentido, inclusive projetando futuras possibilidades pela imaginação.

3 TRAJETÓRIA DA PESQUISA-INTERVENÇÃO

Escolher uma abordagem de caráter fenomenológico implica que a trajetória metodológica não seja construída como uma aplicação rigorosa de técnicas, mas como um movimento de aproximação ao fenômeno, tal como ele se manifesta na experiência vivida dos sujeitos. Neste capítulo, será apresentado o caminho traçado para a produção e análise dos dados, que se pautou pelo entendimento de que a pesquisa científica é, antes de tudo, um exercício de escuta e descrição dos sentidos que emergem da intersubjetividade.

Com efeito, o capítulo foi estruturado para, primeiramente, trazer a contextualização da perspectiva fenomenológica que se adota, a qual justifica os caminhos percorridos. Em seguida, é apresentado o perfil dos participantes da pesquisa, além dos critérios de inclusão e exclusão que definiram o campo empírico. Dando seguimento, a coleta de dados é abordada com rigor na seção que lhe é destinada, sem comprometer a riqueza do discurso dos participantes em relação às suas experiências.

Por último, será apresentado o planejamento da análise de dados, que é o cerne desta pesquisa. Dessa forma, destaca-se que a organização analítica utilizada nesta pesquisa está em estreita consonância com as ideias de Maurice Merleau-Ponty (1908-1961). Assim, ao entendermos a experiência como algo que se realiza no corpo e no mundo, a articulação com a *Fenomenologia da Percepção*, obra-prima da filosofia do século XX, possibilita que a análise dos resultados, apresentada no próximo capítulo, vá além da simples categorização temática, visando interpretar os significados que se conectam a partir da vivência dos participantes da pesquisa.

3.1 Contextualização da pesquisa

Esta pesquisa, de cunho qualitativo e natureza exploratória, fundamenta-se no referencial da fenomenologia existencial de Maurice Merleau-Ponty (1908-1961). Para a coleta de dados, realizou-se uma consulta junto ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), visando a obtenção de indicadores sociodemográficos que contextualizam o cenário do estudo, como também a realização de entrevistas semiestruturadas juntos aos casais participantes. Em vista disso, o objetivo da presente pesquisa foi compreender as emoções e sentimentos vivenciados por casais homoafetivos durante as etapas processuais (habilitação para adoção e fila de espera SNA). Estas etapas compreendem o período de espera pela adoção. Nesse contexto, a pesquisa qualitativa é uma das mais utilizadas na Psicologia, pois se mostra flexível e apta a lidar com

questões subjetivas. Ela utiliza um raciocínio indutivo, movendo-se do geral para o específico e valorizando as experiências e percepções individuais dos participantes, sem, no entanto, se preocupar em quantificar os dados obtidos. De acordo com Patias e Hohendorff (2019, p. 2-3), na pesquisa qualitativa, “[...] os pesquisadores entendem que não há neutralidade e que estão, no processo da pesquisa, influenciando e sendo influenciados pelo que está pesquisando”.

Efetivamente, a pesquisa qualitativa de natureza fenomenológica não se restringe, portanto, a uma série de técnicas de coleta de dados, visto que ela se configura como uma atitude radical em relação à investigação científica. Dessa maneira, ao contrário das abordagens positivistas, que tentam explicar os fenômenos por meio de relações causais ou mensuráveis, a fenomenologia se concentra na compreensão da experiência vivida (*Lebenswelt*), priorizando os significados subjetivos que os indivíduos atribuem, os quais formam sua realidade (Bastos, 2017).

Sob esse prisma, Martins e Bicudo (1989), destaca que na Psicologia, a pesquisa qualitativa trabalha com fenômenos e não com fatos como a pesquisa quantitativa. Nesse sentido, esses autores enfatizam que a pesquisa qualitativa “[...] não se preocupa com generalizações, princípios e leis. A generalização é abandonada e o foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados” (Martins; Bicudo, 1989, p. 23).

Nesse contexto, o embasamento fenomenológico em pesquisas na área da Psicologia favorece o contato direto do pesquisador com os sujeitos e suas vivências emocionais (fenômeno), que serão descritas através do conteúdo dos seus discursos. Dessa maneira, a delimitação do método fenomenológico fundamenta-se na descrição do fenômeno tal como ele se manifesta, evitando reducionismos que descaracterizem sua essência original (Oliveira; Cunha, 2021).

Efetivamente, conforme Martins, Boemer e Ferraz (1990), o método fenomenológico em pesquisa representa um trajeto escolhido pelo pesquisador, que possui um significado particular para ele. Ou seja, são possibilidades de trajetos que devem ser cuidadosamente trilhados e que estejam alinhados às intenções de postura do pesquisador, levando em conta sua perspectiva de mundo e seu eu contextualizado nesse mundo. Intrinsecamente, Martins e Bicudo (1989, p. 92), destacam:

Na pesquisa fenomenológica, o investigador, de início, está preocupado com a natureza do que vai investigar, de tal modo que não existe para ele, uma compreensão prévia do fenômeno. Ele não tem princípios explicativos, teorias ou qualquer indicação definidora do fenômeno. Inicia seu trabalho interrogando o fenômeno. Isso quer dizer que ele não conhece as características essenciais do fenômeno que pretende

estudar [...] o fenomenólogo respeita as dúvidas existentes sobre o fenômeno pesquisado e procura mover-se lenta e cuidadosamente, de forma que ele possa permitir aos seus sujeitos trazerem à luz o sentido por eles percebidos sobre o mesmo.

Nesse viés, um ponto crucial na jornada fenomenológica é a *epoché*, ou suspensão. Certamente, ao colocar o fenômeno entre parênteses, o pesquisador procura diminuir ou interromper crenças anteriores, teorias explicativas e pressupostos aceitos, para poder se relacionar de forma direta com o que está sendo experienciado. Esse movimento não significa negar o mundo, mas sim adotar uma postura reflexiva que possibilite enxergar além das respostas pré-determinadas (Martins; Boemer; Ferraz, 1990).

Na prática, a investigação fenomenológica não se finaliza em conclusões definitivas ou generalizações universais. De fato, isso ocorre porque o fenômeno está sempre em movimento, revelando-se e escondendo-se, e, nesse sentido, o trabalho fenomenológico continua em aberto, admitindo que toda compreensão é temporária e contextual.

Compreende-se, que a pesquisa com base fenomenológica requer uma postura ética e epistemológica que seja rigorosa, sensível e envolvente. Isto é, mais do que pôr em prática um conjunto de técnicas, trata-se de adotar uma postura inquisitiva que coloca o sujeito no centro da experiência e o fenômeno no papel de revelador, na interação entre a consciência e o mundo (Bastos, 2017).

Por conseguinte, a pesquisa se apresenta como um caminho desafiador, visto que está totalmente alinhado à complexidade do ser humano nas ciências humanas. Dessa forma, investigar fenomenologicamente requer da pesquisadora atitudes de humildade tanto quanto de rigor. Humildade para admitir que não se conhece o que o fenômeno é antes de escutá-lo e rigor na avaliação do fenômeno investigado sem pré-julgamentos.

3.2 Perfil dos participantes

A amostra desta pesquisa foi composta por quatro casais homoafetivos, dois constituídos por homens e dois por mulheres, totalizando oito participantes. Todos estavam devidamente habilitados para a adoção e inscritos na fila de espera do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Quanto à caracterização, os sujeitos autodeclararam-se homossexuais nos formulários do SNA e no momento das entrevistas. Todos residem em diferentes municípios do interior do Estado de Pernambuco, sendo três casais da região do agreste e um casal do sertão central.

Os participantes foram indicados por profissionais das equipes técnicas que atuam nas comarcas onde eles residem e estão inscritos para adoção. Todos os casais apresentam faixa etária entre 32 e 44 anos, com nível de escolaridade que abrange desde o ensino médio até a pós-graduação em nível de doutorado. Dentre eles, três casais estão civilmente casados e um em união estável¹. Além disso, todos trabalham, sendo dois professores, três empresários, uma enfermeira, uma servidora pública e uma autônoma, conforme Tabela 1, apresentada no capítulo 5, referente aos resultados e discussão.

3.3 Critérios de inclusão e exclusão

O critério de inclusão para os participantes da pesquisa contemplou casais homoafetivos casados ou em união estável, habilitados e inseridos no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) até fevereiro de 2025, que irão adotar pela primeira vez, com ou sem filhos biológicos, sem preferência de idade, sexo, gênero, classe social, escolaridade e tempo processual. Estes participantes se encontram com processos em trâmite nos Fóruns das comarcas onde residem e, com efeito, a pesquisa foi autorizada pela presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Dessa forma, como critério de exclusão, foi evitada a participação de casais que estão em outras configurações familiares; casais que estão buscando a adoção por vias paralelas (adoção internacional, ou adoção à brasileira) e casais que já estão na fase de estágio de convivência avançado ou com a adoção já sentenciada. Também foram excluídos de participação casais que, por algum motivo de saúde ou técnico, não conseguiriam responder ao instrumento de coleta de dados, e casais nos quais, um dos participantes não autorizou a participação de ambos os parceiros.

3.4 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada em três Fóruns de comarcas do interior do Estado de Pernambuco, sendo um Fórum do Sertão, e dois Fóruns da região do agreste pernambucano. Antes da coleta de dados, foram feitos contatos telefônicos com vários casais, indicados por profissionais das equipes técnicas do TJPE. Nestes contatos, a pesquisadora se apresentou,

¹ O casamento civil constitui-se como um ato solene e formal, realizado perante autoridade celebrante, que altera o estado civil dos contraentes. Diferencia-se da união estável, que se caracteriza como uma situação de fato, definida pela convivência pública, contínua e duradoura com o objetivo de constituição de família, sem que haja a alteração do estado civil dos companheiros.

explicou sobre a pesquisa e convidou-os para participarem, tendo eles sido receptivos e aceitado o convite de bom grado.

Nesse contexto, foram agendadas a visita da pesquisadora nos Fóruns das comarcas para proceder com a coleta de dados, que foi iniciada no final do mês de março de 2025 e finalizada no final de maio de 2025. A coleta de dados, inicialmente foi feita por meio de consultas aos formulários e cadastros de inscrição dos participantes na plataforma do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, com o objetivo de obter os dados sociodemográficos.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os participantes. As entrevistas objetivaram compreender, através dos depoimentos e relatos dos participantes, as emoções e sentimentos por eles vivenciados na espera pela adoção. O tempo total que se utilizou em cada entrevista durou entre uma hora a uma hora e meia (entrevista individual) e duas horas a duas horas e meia (entrevista com o casal).

Conforme estudiosos da metodologia científica, a entrevista é um encontro entre duas pessoas onde uma delas busca informações sobre um tema específico. Nesse sentido, a entrevista é a técnica mais comum em estudos qualitativos, pois possibilita a observação de atitudes, comportamentos, reações e gestos, oferecendo mais flexibilidade ao entrevistador e permitindo a obtenção de informações adicionais além da fala dos entrevistados (Lakatos; Marconi, 1991; Minayo, 2014).

Efetivamente, as entrevistas com os participantes foram realizadas em dois momentos e em um mesmo dia com cada casal. No primeiro momento, optou-se por ouvir cada um dos parceiros individualmente, e no segundo momento, o casal. A escolha para cada membro do casal participar primeiramente de uma entrevista individual se deu devido a experiência da pesquisadora, enquanto integrante de equipe técnica, indicar que nas entrevistas realizadas com casais existe uma tendência de um falar pelo outro ou um falar mais que o outro.

Cabe ressaltar que o roteiro de entrevista foi submetido a um pré-teste com um casal homoafetivo que já havia vivenciado a experiência da adoção. Tal procedimento objetivou validar se as questões formuladas atendiam aos objetivos da investigação, bem como estimar a duração média das sessões. Essa etapa preliminar permitiu o refinamento do instrumento antes do início efetivo da coleta de dados com os casais participantes.

Outrossim, o roteiro foi organizado com base nos objetivos da pesquisa, contemplando os seguintes temas: motivação, preconceitos, impactos emocionais, expectativas, escolha do perfil da criança, preparação psicossocial e jurídica e tempo de espera. Esses temas se complementaram e se repetiram nas entrevistas individuais e nas entrevistas com os casais.

Dessa forma, as entrevistas foram conduzidas por meio da observação participante, com o propósito de compreender os comportamentos ou fenômenos (emoções e sentimentos) através de uma participação ativa. Além do mais, todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas com o auxílio do aplicativo *TurboScribe*.

Nesse contexto, destaca-se que a observação participante é uma técnica de pesquisa comumente utilizada em conjunto com entrevistas semiestruturadas ou livres. Essa abordagem configura-se como uma técnica ativa, em que o pesquisador assume um papel central na facilitação da coleta e na interpretação dos dados, envolvendo-se diretamente com o fenômeno investigado (Correia, 2009).

É importante destacar que os participantes deste estudo foram entrevistados nas salas que compõem o Setor Psicossocial do Fórum na localidade em que residem. As salas que foram adaptadas especificamente para o atendimento individual dos usuários e se mostraram bastante amplas e bem arejadas. Além disso, as salas estavam livres da presença de terceiros e não possuíam problemas relacionados à acústica, permitindo uma comunicação mais clara e eficaz. Nesse cenário, antes de realizar as entrevistas, foi estabelecido um *rappport* com os participantes, por ser um momento crucial para proporcionar esclarecimentos e criar uma conexão. Essa etapa foi fundamental, pois permitiu que as pessoas se sentissem mais à vontade e abertas para compartilhar suas experiências e suas emoções e sentimentos.

Outrossim, durante o *rappport*, foi assegurado a todos os participantes a confidencialidade dos dados e o sigilo das suas identidades. Na ocasião, eles leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado em consonância com as resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

3.5 Análise de dados

A análise de dados foi realizada por meio da técnica proposta por Martins e Bicudo (1989) inspirada na abordagem fenomenológica. Efetivamente, a análise ou processo analítico do fenômeno situado, proposto por esses autores, compõe-se em três etapas diferentes, que se complementam: descrição, análise ideográfica e análise nomotética.

Conforme Bastos (2017), a descrição é fundamental na investigação fenomenológica, pois descrever vai além de simplesmente relatar eventos; trata-se de esclarecer a experiência vivida pelos participantes, revelando suas intenções e significados. Assim, a descrição transporta as essências do fenômeno, não como um término da investigação, mas como uma forma de revelar as relações experienciadas que fundamentam a vivência. Dessa forma, o saber

almejado não é explicativo ou causal nos moldes do positivismo, mas sim, compreensivo, buscando a essência do fenômeno.

No percurso da presente pesquisa, a análise do fenômeno situado teve início por meio da etapa da descrição, contemplando os quatro momentos distintos, sugeridos por Martins e Bicudo (1989). Com efeito, primeiro realizou-se uma leitura global das descrições (entrevistas), buscando apreender o sentido do todo, sem fragmentar ou interpretar analiticamente. Em seguida, procedeu-se com a identificação das unidades de significado, que não são categorias objetivas previamente definidas, mas recortes produzidos a partir das interrogações da pesquisadora.

O terceiro momento, consistiu na transformação dessas unidades em categorias de análise, sendo um processo reflexivo que visou explicitar dimensões mais gerais do fenômeno. Por último, elaborou-se uma síntese integradora, um metatexto, que articulou as unidades transformadas em proposições, constituindo a estrutura do fenômeno situado. Esse procedimento pode ser melhor compreendido através do Quadro 1:

Quadro 1 – Análise dos dados

MOMENTO	AÇÃO DA PESQUISADORA	OBJETIVO CIENTÍFICO
1º: Sentido do todo	Leitura fluida e totalizante	Obter um <i>insight</i> geral sem julgar ou interpretar
2º: Unidades de significado	Identificar trechos que respondem à interrogação	Fragmentar o texto sob a perspectiva da pergunta da pesquisa
3º: Categorização	Transformar a fala do Participante em Linguagem seletiva	Elevar a descrição cotidiana para um nível de reflexão teórica/fenomenológica
4º: Síntese estrutural	Construção do metatexto	Revelar a estrutura invariante do fenômeno (a essência situada)

Fonte: Pesquisadora (2026).

Nessa perspectiva, O ápice da análise de dados ou do fenômeno situado é converter as expressões concretas, ditas pelos participantes, em categorias que iluminam o fenômeno de maneira geral. O resultado não é um relatório de entrevistas, mas sim um metatexto, uma nova construção na qual a voz do pesquisador se entrelaça com a dos participantes, visando expressar a estrutura do objeto de investigação (Bastos, 2017).

Finalizada a etapa da descrição, que significa a redução fenomenológica, procedeu-se com a etapa da análise ideográfica, na qual, cada relato foi analisado individualmente. Com efeito, foi possível desvelar as unidades de significado (o que é importante no relato) e a

estrutura específica de cada participante, compreendendo o mundo de cada participante e de cada casal interrogado.

Nesse viés, a análise ideográfica é indispensável na ordenação do material empírico, permitindo que se passe do testemunho cru à identificação de unidades de significado. Esse processo é fundamental, pois descrições individuais, por vezes desorganizadas, podem obscurecer a verdadeira natureza do fenômeno em estudo. De fato, ao priorizar as concepções e os constitutivos da enunciação do sujeito, o pesquisador torna os dados mais inteligíveis, organizando de modo claro e coeso os sentidos particulares que estariam dispersos na descrição (Bastos, 2017).

Após a sistematização das unidades de significado na análise ideográfica, a investigação avançou para a etapa nomotética. Esta fase exige que o pesquisador mantenha a abertura necessária para a revelação do fenômeno, conforme descreve Bastos (2017, p. 447):

A análise nomotética possibilita reagrupar aquelas representações mentais individuais levantadas pela análise ideográfica, que se tornaram praticamente normativas, e verificar que aspectos individuais podem ser generalizados. Naturalmente que, face aos limites da pesquisa, não se trata de generalizações universais, mas generalizações contextuais, isto é, no âmbito do fenômeno situado.

Realmente, este último tipo de análise realizada consistiu em um momento de reflexão analítica, o qual foi enfeixada posteriormente numa síntese, possibilitando a expressão do fenômeno já tematizado. No capítulo 5 deste estudo, referente aos Resultados e Discussão, pode ser vista a tabela resultante da análise nomotética, em que consta as categorias emergidas das unidades de significado, juntamente com a respectiva identificação das descrições das quais emergiram.

Portanto, segundo Oliveira e Cunha (2021), a abordagem fenomenológica permite que se analise e compreenda o objeto de estudo, sendo necessário que o pesquisador se desprenda de preconceitos para entender o fenômeno e, assim, descobrir as respostas para os questionamentos que impulsionaram a pesquisa. Essas reflexões se alinham com a proposta de explorar as emoções e sentimentos que surgem na espera pela adoção por casais homoafetivos.

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA-INTERVENÇÃO

Este capítulo descreve o percurso da pesquisa-intervenção desenvolvido no âmbito deste Mestrado Profissional, no qual a escuta qualificada transcendeu a coleta de dados para se constituir como um espaço dialógico de orientação sobre as dimensões jurídicas e psicológicas da adoção. No campo da Psicologia, essa modalidade investigativa supera a aplicação instrumental de técnicas; ela se consolida como um compromisso ético-político voltado à transformação das realidades subjetivas e sociais, onde o ato de conhecer é indissociável do ato de intervir (Minayo, 2014).

Para apreender a subjetividade dos participantes, adotou-se a entrevista de inspiração fenomenológica, conduzida de forma semiestruturada. O propósito foi compreender o significado das experiências vividas, investigando a essência do fenômeno por meio de roteiros flexíveis que permitiram a livre expressão dos sujeitos. Ao contrário de abordagens rigidamente estruturadas, privilegiou-se a escuta atenta, a empatia e a redução fenomenológica (*epoché*), visando a suspensão de pré-juízos para que o fenômeno emergisse em sua totalidade, tanto na fala quanto nos silêncios (Gomes, 1997; Paula *et al.*, 2014).

Sob esse prisma, as ações descritas a seguir materializam o delineamento desta pesquisa, evidenciando como a postura fenomenológica permitiu acolher e processar as necessidades de orientação dos sujeitos no momento da entrevista. Dessa forma, estabelecendo um paralelo com os fundamentos fenomenológico-existenciais de Merleau-Ponty (1908-1961), compreende-se que, na pesquisa-intervenção, há uma interação entre o pesquisador e o participante dentro de um espaço de intersubjetividade.

Adicionalmente, o ato de investigar-intervir não deve ser considerado um fator externo, visto que se trata de um dispositivo que expõe as emoções e os sentimentos vivenciados pelos participantes ao longo do processo de espera pela adoção. Nesse cenário, o público-alvo foi composto por quatro casais homoafetivos que estão legalmente aptos a adotar, todos inscritos e à espera da adoção na fila do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

É imprescindível destacar que a proposta investigativa foi planejada previamente, preservando o roteiro como um norte para a averiguação das inquietações e reflexões que emergem durante a espera da adoção. Efetivamente, a pesquisa-intervenção decorreu em duas fases complementares: a primeira, nas entrevistas individuais e a segunda, nas entrevistas com cada casal em conjunto, incluindo mediações sobre temas práticos, como orientações jurídicas, processuais e o perfil da criança, que serviram de catalisadores para que os participantes pudessem expressar o que sentiam. Além disso, foram feitas mediações de apoio emocional e

psicossocial, assim como orientações específicas sobre a realidade local e os programas de apoio disponíveis.

A seguir, apresentam-se os eixos temáticos deste capítulo, ilustrados por trechos das falas dos participantes. Desse modo, para garantir o sigilo das suas identificações, os nomes reais foram substituídos por pseudônimos. Esta organização visa oferecer ao leitor uma compreensão clara das dimensões discutidas, evidenciando como a teoria e a prática se articularam na escuta das vivências singulares dos entrevistados.

4.1 Orientações jurídicas e processuais

No decorrer das entrevistas realizadas com os casais que participaram, percebeu-se que todos encontraram dificuldades no que diz respeito às orientações legais e processuais, especialmente no que tange ao início do processo. Nesse sentido, percebeu-se que os casais, antes de consultar os Fóruns de suas comarcas, faziam uma busca preliminar na internet, o que resultava em informações muitas vezes confusas ou pouco claras. Também, eles levantaram questões sobre as dificuldades que tiveram no início para acessar o Fórum, que é o local mais adequado para obter informações. Dentro desse contexto, a fala de um dos cônjuges participantes ilustra bem essa situação:

A gente pesquisou na internet de como ingressar com o processo [...] tem uma falha na divulgação de adoção, tem muita falha nessas coisas, de como é o processo para você entrar na fila, de como é o processo para você pegar alguma informação. É muito complicado. A gente penou muito (Vera).

Nesse contexto, reconhece-se, que a internet tem trazido muitas informações úteis aos interessados em adoção, mas ainda faltam dados mais específicos e aprofundados. Assim, considerando que a maioria dos candidatos à adoção não sabe por onde começar, é no Fórum ou na Vara da Infância que se obtém as informações jurídicas e processuais necessárias, além de receberem orientações sobre como acessar o SNA e realizar o pré-cadastro de inscrição. De fato, é precisamente nessa instituição judicial que se dá a preparação para a adoção, em cumprimento à exigência obrigatória do ECA, conforme já foi mencionada e que foi introduzida pela Lei 12.010/09, conhecida como “Lei Nacional de Adoção”.

Somado a isso, os pretendentes precisam compreender que o SNA, como ferramenta digital, visa reunir informações de todos os tribunais de justiça do Brasil em um único lugar, consolidando em uma única base de dados o perfil das crianças e adolescentes acolhidos e o perfil almejado pelos pretendentes habilitados. A ideia é tornar mais ágeis os processos de

adoção com a implementação de sistemas de alerta que permitem o acompanhamento dos prazos por juízes e corregedores, sendo geridos e atualizados pelos servidores do Judiciário que fazem parte das equipes técnicas (Conselho Nacional de Justiça, 2020; Farias; Becker, 2020; Sousa, 2019).

Diante do fato de não conhecer o funcionamento do SNA, Lucy, uma das parceiras participantes destacou: “[...] eu juro que não entendia. Porque eu via os percentuais saindo lá do SNA. Tantas crianças estão em abrigos. Tem tantas crianças a serem adotadas. Foi até passado um percentual. A conta não fecha. É isso. A conta não fecha”. A citação da participante demonstra a falta de conhecimento dos potenciais adotantes sobre o SNA, uma vez que nele estão incluídas as crianças e adolescentes disponíveis para adoção, que estão sob acolhimento. Dentre estes acolhidos, a maioria não foram afastados do poder familiar e têm a possibilidade de retornar às suas famílias de origem (Gurgel, 2016).

Além do mais, durante ao longo do encontro com os participantes, ficou evidente que a maioria deles não possui entendimento sobre como as etapas processuais funcionam, tendo sido esclarecido que todas elas são legalmente fundamentadas no ECA ou na Lei 8.069/90, no entanto, muitos aspectos procedimentais e operacionais são organizados e padronizados pelo CNJ. Assim, cada etapa termina quando os requisitos definidos são atendidos, sempre com a colaboração da equipe técnica, do Ministério Público e do juiz. Esses servidores do Judiciário atuam em conjunto para garantir que os processos tramitem com celeridade (Lacerda; Passos, 2024; Silva; Macedo, 2022).

Um outro assunto discutido na pesquisa-intervenção, referente às orientações jurídicas e processuais, foi a distinção entre adoção legal e adoção ilegal. Isso se deu em virtude de um casal ter mencionado que se deparou com essa questão no início do seu processo, quando foi abordado por alguém que lhes ofereceu uma criança. Desse modo, a participante Vera relatou: “A gente não ficou com a menina, porque a gente sabia que era ilegal”. Essa fala levou à orientação e reflexão sobre adoção legal e ilegal, considerando que a ilegalidade em muitas adoções ainda persiste na sociedade.

Também se evidenciou, ao longo dos encontros dialógicos, a centralidade da equipe técnica e da avaliação psicossocial na experiência dos pretendentes. Assim sendo, no decorrer das entrevistas, todos os participantes afirmaram não terem enfrentado problemas com as equipes técnicas do Judiciário, mas a maioria relatou ter sentido ansiedade e temor em relação avaliação psicossocial. Nesse sentido, uma das participantes traz de maneira muito clara esse instante:

Senti o medo de reprovação na avaliação psicossocial. Tive insegurança e pensava: ‘Ah, será se vão ter preconceito porque eu sou lésbica, né, nós somos um casal homoafetivo’. Isso gera um medo [...] a visita da assistente social foi no dia 19 de dezembro. Eu estava de recesso do trabalho, e no dia que saí de recesso, eu disse, vou começar a faxinar hoje. Aí comecei, fiz a faxina pra deixar a casa bem daquele jeito (Helena).

No contexto da avaliação psicossocial, é amplamente reconhecido que essa abordagem, realizada por psicólogos e assistentes sociais, constitui um dos critérios mais relevantes no procedimento de habilitação de pretendentes, e que o relatório proveniente dessa avaliação oferece embasamento ao juiz para proferir a sentença da habilitação. Com efeito, esse ato processual permite a inclusão dos futuros pais e mães na fila do SNA.

De fato, a declaração da participante Helena, exemplificada acima, revela sua inquietação ao ser submetida à avaliação por um profissional que não lhe é familiar. Dessa maneira, emergem o medo e a ansiedade, uma vez que, além da possibilidade de enfrentar preconceito, durante a avaliação, a profissional terá a incumbência de examinar suas motivações, trajetória de vida, relacionamentos familiares e sociais, entre outros aspectos. Contudo, como afirmam Silva *et al.* (2020), é fundamental que o profissional desenvolva um *rapport* apropriado, ou seja, um laço de confiança que evite desconfortos desnecessários.

No que diz respeito à normatização da adoção no contexto LGBTQIAPN+, também foram discutidos alguns pontos, uma vez que durante a pesquisa-intervenção três casais relataram não conhecer o regulamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que fundamenta o direito de adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Dentro desse contexto, foi ressaltada a Resolução 532 (Conselho Nacional de Justiça, 2023b) do CNJ como a mais significativa, apesar de outras legislações, como a Constituição Federal, o ECA ou Lei 8.069/90 e a Resolução 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), também terem sido mencionadas, as quais fundamentaram a autorização de adoções por casais do mesmo sexo vários anos antes da publicação da resolução do CNJ (Brasil, 1988; 1990; Conselho Federal de Psicologia, 1999).

Outrossim, em resposta a algumas queixas de participantes sobre a longa espera para que a criança desejada fosse vinculada a eles no SNA, foram discutidos os entraves processuais e as oportunidades de busca ativa de crianças e adolescentes disponíveis para adoção nas redes sociais do Judiciário. Essas plataformas publicam fotos de crianças e adolescentes que foram preteridas em processos de adoção, incluindo aquelas mais velhas, adolescentes, irmãos e crianças com doenças e/ou deficiências (Matos; Saraiva, 2025).

Por conseguinte, a busca ativa leva os pretendentes a procura por crianças e adolescentes em portais do Judiciário e tem sido um avanço tanto humanitário quanto tecnológico nos processos de adoção. Esse método, de iniciativa do CNJ, é voltado para beneficiar adoções de crianças e adolescentes preteridos, que se encontram em um longo processo de institucionalização. Diante disso, os meios digitais apresentam essas crianças, mostrando um pouco das suas histórias de vidas e suas preferências.

Dessa forma, sob a supervisão jurídica e ética rigorosa, essas plataformas de busca ativa nas redes sociais permitem que adotantes aptos conheçam proativamente os perfis dos acolhidos, transitando da expectativa passiva para uma oportunidade real de vivência em família. Assim, essa ação do CNJ garante às crianças e adolescentes em acolhimento o direito essencial à prioridade absoluta.

Em suma, no que se refere às questões jurídicas e processuais, a aproximação com os fenômenos evidenciou que a legislação não é vista pelos casais apenas como um código abstrato, mas como uma presença constante que permeia suas vidas e limita suas ações no mundo. Em outras palavras, numa perspectiva que ecoa a fenomenologia existencial de Merleau-Ponty (2018), a espera burocrática estabelece um ritmo para o corpo que não se alinha ao ritmo do desejo, criando tensões que emergem na fala e no gesto, expondo a angústia de ter a realização da própria parentalidade submetida à temporalidade impessoal e normativa do sistema jurídico.

4.2 Aspectos relacionados ao perfil da criança

Diferentemente da gestação natural, onde os pais não têm controle sobre as características de seus filhos, para dar início ao processo de adoção, é necessário definir o perfil da criança que se deseja adotar, e isso é um dos requisitos ao preencher o cadastro no SNA. Diante disso, escolher o perfil de um filho que se pretende adotar não é algo simples, exigindo, muitas vezes, maturidade e diálogo entre os cônjuges para que cheguem a um acordo.

Durante a etapa das entrevistas e orientações com os participantes, um dos tópicos abordados foi a escolha do perfil da criança e as opções de modificação. Nesse sentido, pôde-se perceber que dois casais tiveram dificuldades no início da habilitação para a escolha das características da criança, enquanto os outros dois casais já iniciaram o processo com as escolhas mais consolidadas, conforme mostram os trechos das falas a seguir:

Foi difícil escolher o perfil, com relação a cor também, porque quando é para montar a característica de uma criança lá no formulário é bem estranho. Porque você escolher

uma criança de cor branca, de cor preta, de cor parda ou indígena é muito estranho. Então, a gente colocou que aceitaria qualquer cor (Lucy e Silvia).

O bom mesmo é bebê, mas, depois de um evento, que realmente era muito demorado, a gente conversou, chegou num consenso e escolhemos o perfil de zero a cinco anos e dez meses. Essa decisão não precisou de fazer alteração no cadastro porque decidimos bem antes. Não foi difícil decidir e não houve divergências de opiniões. Foi bem tranquilo (Pedro e Samuel).

A orientação acerca dessa temática, especificamente direcionada aos participantes, independentemente de terem encontrado ou não dificuldades na seleção do perfil, destacou o fato de que a adoção no Brasil ainda é caracterizada por um descompasso entre o que os adotantes almejam, geralmente um bebê branco, e o que efetivamente está disponível, que na maior parte das vezes são crianças pretas, pardas, com mais de oito anos ou que pertencem a grupos de irmãos. Esse ideal de perfil provoca longas esperas e mantém invisíveis as crianças mais velhas e os adolescentes (Romão, 2025).

Em outras palavras, muitos adotantes habilitados estão à procura de perfis determinados, enquanto a maioria das crianças disponíveis no cadastro do SNA tem mais de oito anos, ou com doenças tratáveis ou não, ou que têm irmãos. Nesse sentido, a rigidez na seleção faz com que os adotantes esperem por anos a fio e contribui para que a adoção não se concretize rapidamente, prolongando a situação de institucionalização de crianças e adolescentes que estão destituídas da família de origem. Por conta disso, especialistas que atuam nas varas da infância e juventude sugerem que o perfil dos adotantes seja flexibilizado e que se realize uma preparação psicossocial mais completa para evitar a devolução.

Em virtude disso, durante o percurso da pesquisa-intervenção, promoveram-se diálogos sobre as modalidades de adoção necessária e tardia², tendo sido destacada a possibilidade dessas adoções serem concluídas em menos tempo e com maior celeridade. Efetivamente, de acordo com Gregory e Moura (2023) e Silva *et al.* (2020), desde a implementação do Projeto Busca Ativa, de iniciativa do CNJ, essas adoções vêm sendo realizadas nos últimos anos por casais homoafetivos e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+.

Destarte, o SNA/CNJ corrobora a possibilidade de alteração de perfil em guias e comunicações no portal oficial do Conselho Nacional de Justiça e ressalta que essa alteração deve ser oficializada na vara da infância e juventude, acompanhada de uma justificativa, o que possibilita que o sistema reavalie a compatibilidade dos pretendentes com as crianças

² A expressão adoção necessária refere-se ao acolhimento de crianças e adolescentes que encontram maiores barreiras para a inserção familiar, como grupos de irmãos, crianças com deficiência ou doenças crônicas. Já a 'adoção tardia' é o termo convencionado para a adoção de crianças que já ultrapassaram a primeira infância. Ambos os conceitos buscam ampliar o olhar dos pretendentes para além do perfil idealizado, priorizando o direito fundamental à convivência familiar (Borges; Scorsolini-Comin, 2020; Melo; Camargo, 2025).

disponíveis. Ou seja, a mudança atualiza o perfil no cadastro, contudo, caso os pretendentes não desejem alterar o perfil na fila geral, ainda podem utilizar a busca ativa para encontrar crianças que não se enquadram no perfil estabelecido inicialmente (Conselho Nacional de Justiça, 2023b).

Dessa forma, no contexto do percurso investigativo, o objetivo foi esclarecer aos participantes a flexibilidade do SNA em modificar o perfil durante o processo de habilitação, uma vez que isso é crucial para assegurar a rapidez e a eficácia das adoções. Com isso, a mudança possibilita que os candidatos à adoção adaptem suas expectativas à realidade das crianças e adolescentes que estão à espera de uma família.

Nesse contexto, quando recebem a orientação adequada sobre a possibilidade de alteração de perfil, os pretendentes têm a oportunidade de amadurecer sua decisão com o suporte da equipe técnica, frequentemente ampliando o perfil inicial para incluir grupos que apresentam maior vulnerabilidade, como crianças mais velhas, com problemas de saúde ou irmãos que desejam ser adotados juntos. De fato, mais do que humanizar o processo, essa conscientização transforma o período de espera em uma etapa ativa, aumentando as chances de uma convivência positiva ao preparar os futuros pais para a prática consciente da adoção.

Nessa perspectiva, a mediação acerca do perfil da criança constituiu um instante de intersubjetividade e tomada de consciência, na qual o filho imaginário e o filho real se encontram no discurso dos participantes. Destarte, no contexto da fenomenologia existencial de Merleau-Ponty (2018), o olhar que dirigimos ao outro é sempre impregnado de nossa história pessoal, visto que para o filósofo não existe percepção neutra ou puramente objetiva. Assim, os critérios de perfil discutidos não foram apenas dados técnicos, mas sim a manifestação de como esses casais desejam habitar o mundo com essa criança, revelando esperanças e, por vezes, a fragilidade de suas próprias expectativas.

4.3 Acompanhamento emocional e psicossocial

O acompanhamento emocional e psicossocial a casais homoafetivos que estão vivenciando a espera pela adoção se entrelaça de forma intrincada entre o desejo de parentalidade adotiva e o impacto do estigma social que suportam. Ainda que a lei brasileira garanta a todos os pretendentes os mesmos direitos, a jornada desses casais frequentemente envolve uma vigilância prévia.

No decorrer deste percurso investigativo, observou-se que, entre as etapas processuais experimentadas pelos participantes, a etapa de habilitação não é apenas uma formalidade

burocrática, mas um terreno fértil de vulnerabilidade emocional, onde o medo do preconceito, proveniente tanto da sociedade civil quanto das instituições do Poder Judiciário, se apresenta como um fator estressor relevante. Essa apreensão, muitas vezes exagerada em relação à experiência prática que se segue, evidencia que o trauma social causado pela discriminação ocorre antes mesmo do contato com a instituição, o que demanda dos profissionais da psicologia e do serviço social uma escuta atenta que transcenda a mera avaliação técnica, priorizando o acolhimento dessas inseguranças que têm raízes históricas (Guimarães, 2022).

De fato, nesse espaço de interlocução, os casais expuseram uma clara dualidade entre o medo da avaliação institucional e o alívio diante de uma realidade acolhedora. Mesmo com todos os participantes garantindo, ao final, que não houve episódios discriminatórios durante a avaliação psicossocial, o fantasma do preconceito foi determinante para as expectativas iniciais que tiveram, como se pode ver nos recortes a seguir:

Eu tenho consciência de que eu estou em uma bolha, porque eu trabalho em uma rede de ensino em que a maioria das pessoas tem mestrado e doutorado, e eu não estou dizendo que isso interfira. Mas, faz um pouco de diferença. Eu acho que o conhecimento que a gente tem tende a romper determinados preconceitos, determinados paradigmas. Mas eu sei que eu estou em uma bolha (Rafael).

Para ser sincera, o meu medo maior era só a questão do pré-conceito, sempre vinha uma fantasia. Eu ficava pensando: será que a gente vai enfrentar alguma dificuldade ou, de repente, vai surgir uma criança compatível com o nosso perfil e a gente vai ser preterida? Se tiver eu e minha esposa e outro casal hetero, que deseja o mesmo perfil que a gente, será se a criança irá para o outro casal? [...] será se a gente seria trocada por preferência, só por conta do preconceito? (Silvia).

Diante da expectativa ansiosa e da vigilância antecipada reconhecidas, a escuta sensível empreendida nas entrevistas foi além da simples coleta de dados e se pautou na oferta de ferramentas para lidar com as emoções e sentimentos que surgem durante o tempo de espera. Assim, foi sugerido aos casais que desenvolvessem estratégias de enfrentamento que os ajudassem a diferenciar o preconceito estrutural (externo) da realidade do processo de habilitação (interno), promovendo a busca por psicoterapia e a participação em redes de apoio com outros pretendentes homoafetivos, a fim de validar suas experiências.

Além disso, durante esse processo de ressignificação, foi orientado aos participantes que a espera fosse reinterpretada não como um tempo de avaliação constante, mas como um tempo simbólico de gestação adotiva, onde o medo da avaliação institucional poderia ser deixado de lado em prol do fortalecimento do projeto parental. Com efeito, ao longo das entrevistas realizadas, foi sublinhada a necessidade de uma comunicação assertiva entre o casal e a aplicação de técnicas de autorregulação emocional, para que pudessem nomear seus temores

sem que eles paralisassem o planejamento familiar ou comprometesse a relação com a equipe técnica do Judiciário.

Nessa circunstância, observou-se que dentre os participantes, apenas um casal se encontrava em acompanhamento psicológico. Diante disso, considera-se significativa a fala de um dos cônjuges:

Eu aconselharia para quem é homoafetivo e pretende adotar, primeiramente fazer terapia. É um divisor de águas na vida de uma pessoa homoafetiva com todas as violências que a gente vivencia nessa sociedade, com todas as violências que a gente vivencia nessa cultura nordestina, que é uma cultura extremamente machista. A gente precisa está fortalecido com a gente mesmo. [...] então, o conselho a quem pretende adotar é que faça terapia. E, se sentirem vontade, procurem os grupos de apoio, que são importantes. Os grupos de apoio nos fortalecem muito, a gente dirime muitas dúvidas (Rafael).

Nesse sentido, o percurso investigativo também destacou a participação ativa nos Grupos de Apoio à Adoção (GAAs) e nos cursos preparatórios ofertados pelo Judiciário como algo que não pode ser negligenciado. Efetivamente, estes espaços vão além da exigência legal, servindo como contextos de validação social e reconhecimento mútuo.

Nessa perspectiva, para casais homoafetivos, o contato com outros aspirantes à adoção e famílias formadas por meio da adoção funciona como um forte antídoto ao isolamento e ao receio do estigma institucional. De fato, ao dividirem suas experiências, os casais entendem que suas aflições são comuns e que o Judiciário, apesar de severo, tem seus meios de proteção e amparo. Dessa forma, a orientação jurídica e emocional oferecida pelos GAAs desvenda o verdadeiro papel do Judiciário, trocando uma posição de defesa por uma posição de colaboração, permitindo que o casal se sinta completamente legitimado em sua intenção de ser pai e/ou mãe perante o Estado e a sociedade (Bortolatto; Loos; Delvan, 2016).

Nessa conjuntura, a trajetória da adoção, com suas tensões naturais, serve como um reforçador da família, uma vez que o pretendente é levado a revisitar sua própria história e ajustar suas expectativas. Nesse sentido, lidar juntos com medos compartilhados fortalece a parceria do casal, criando uma base sólida e resistente para a chegada da criança ou do adolescente que está por vir.

Ressalta-se que, o suporte emocional proporcionado durante as entrevistas com os casais evidenciou que, ao lidarem com as inseguranças históricas e as expectativas de gênero, esses futuros pais e mães cultivam uma parentalidade crítica e intencional. Dessa maneira, discutir essas questões com os participantes mostrou que a espera, quando bem gerida, deixa de ser um período de ansiedade e se transforma na base de um projeto familiar sólido, onde o vínculo

emocional vem antes do laço biológico e se sustenta no verdadeiro e preparado desejo de cuidar. No que se refere ao suporte psicossocial, essa proposta investigativa passou de um simples fluxo informativo a um espaço de ressonância intersubjetiva. Segundo Merleau-Ponty (2018), a experiência emocional não é meramente um processo mental, mas sempre uma maneira de estar no mundo, com corpo e percepção envolvidos. Realmente, nossas emoções adquirem significado tanto em relação ao ambiente quanto no contato com o outro, que nos apresenta novas perspectivas e formas de compreensão.

Em síntese, com base no pensamento merleau-pontyano, a vivência emocional é ao mesmo tempo corporificada e relacional, revelando-se mais abundante e potente quanto mais nos dispomos à relação e à presença do outro em nosso mundo. Com efeito, o suporte emocional proporcionado possibilitou que o silêncio e as inquietações dos casais fossem refletidos na escuta atenta da pesquisadora, convertendo a espera, que frequentemente era vivida como um isolamento subjetivo, em uma experiência compartilhada.

O suporte efetuado, portanto, permitiu que os participantes pudessem perceber a si mesmos e a sua espera através do olhar do outro. Seguramente, esse tipo de abordagem proporcionou a eles reconfigurar os contornos das próprias subjetividades diante das incertezas do processo de adoção, comumente longo e cercado de emoções e sentimentos, que muitas vezes os desestabiliza-os.

4.4 Informações sobre a realidade local e programas de apoio

O panorama da adoção por casais homoafetivos no interior do Estado de Pernambuco, onde foi realizada a pesquisa-intervenção, esteve entre os tópicos discutidos, com o intuito de posicionar os participantes em relação à sua realidade legal e social mais próxima. Nesse cenário, o Estado de Pernambuco tem se destacado como um estado que lidera decisões progressistas e fortalece redes de proteção, com um Judiciário que, na maior parte do tempo, tem se esforçado para se alinhar aos princípios de direitos humanos e igualdade.

Diante disso, procurou-se, ao longo dos diálogos, desmistificar estatísticas locais falseadas, tendo em vista informações não oficiais repassadas pelo Núcleo de Assessoramento em Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) indicarem que, no estado, o número de casais homoafetivos habilitados, vem aumentando desde o ano 2019. Consequentemente, o quantitativo de adoções concluídas por casais homoafetivos vem expandindo.

Dessa forma, enfatizou-se que a união homoafetiva é uma realidade já consolidada nos cadastros de adotantes em Pernambuco. Essa contextualização foi essencial para que os casais não se sentissem tão isolados, reconhecendo-se como parte de um movimento conjunto de novas formas de organização familiar que têm o apoio institucional do estado e do Judiciário.

A etapa de campo contemplou, ainda, com um momento significativo para a apresentação e discussão do Programa Acolher aos casais participantes. Este programa, criado pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), é bastante positivo no âmbito do suporte institucional. Com base nisso, foi esclarecido aos casais que o programa funciona de maneira humanizada, prestando apoio tanto na entrega voluntária quanto no acompanhamento psicossocial de mulheres que, por diversas razões, optam por entregar ao Judiciário o filho recém-nascido para que seja adotado legalmente (Pernambuco, 2026).

Sob essa ótica, nas falas direcionadas aos casais, especialmente ao tratar do Programa Acolher e de outros programas promovidos pelo TJPE, como o “Busca Ativa”, a intenção foi deixar claro o quanto é rigoroso e sério o fluxo de adoção em nosso estado, ou seja, que há políticas públicas estabelecidas para que a criança chegue a sua nova família sempre sob a proteção integral. Para os participantes, entender como essa máquina local opera proporcionou maior segurança jurídica, trocando o medo da burocracia pela confiança no suporte institucional.

Destarte, esta articulação teórico-prática conseguiu unir essas informações logísticas e institucionais à importância do desenvolvimento psicossocial da criança no processo de adoção. Decerto, ficou amplamente claro que o ambiente proporcionado por casais homoafetivos, alicerçado no amor, na estabilidade emocional e na desconstrução de preconceitos sexistas, é perfeitamente capaz de oferecer estímulos, segurança e confiança, indispensáveis para o desenvolvimento saudável da criança (Ribeiro; Granato, 2021).

Nesse sentido, nos diálogos que ocorreram durante as entrevistas, ficou evidenciado que o desenvolvimento psicossocial infantil positivo não depende da configuração de gênero dos cuidadores. Em outras palavras, o que realmente importa para o desenvolvimento saudável de uma criança adotada, ou adolescente, é a qualidade do vínculo afetivo e a habilidade dos adotantes em atender às necessidades únicas, históricas e relacionadas à identidade de cada filho (Takács; Szalma; Bartus, 2016).

Assim sendo, o espaço de reflexão proposto visou desconstruir a noção de que uma criança adotada por pais homoafetivos estaria mais propensa a apresentar desenvolvimento atípico. Ao contrário, enfatizou-se que a preparação para a parentalidade deve,

obrigatoriamente, compreender que a criança é um sujeito de direitos e que seu desenvolvimento psicossocial depende de uma parentalidade consciente, capaz de intermediar as demandas do contexto externo e favorecer a construção de uma autoimagem positiva.

Por conseguinte, os casais puderam refletir que são protagonistas na saúde mental e social, e que tudo o que é feito no Estado de Pernambuco, através dos programas e do suporte técnico, é para garantir, em última instância, o melhor interesse da criança, conforme preconiza o ECA. Esse zelo propicia um desenvolvimento psicossocial completo, íntegro e isento das barreiras geradas pelos preconceitos advindos da sociedade.

Para encerrar esse tema, o diálogo sobre os programas de apoio e a realidade local destacou o papel crucial da intersubjetividade no processo de espera. Ao expor suas experiências, o “eu” de cada um se depara com o “outro” que enfrenta questões semelhantes, estabelecendo um espaço de empatia emocional. Conforme sugere Merleau-Ponty (2018), o outro nos encontra e, assim, adiciona e amplia o sentido de nossas vivências, trazendo novos horizontes e maneiras de perceber a realidade, mas não quer dizer que o sentido esteja apenas nesse encontro. Assim, o suporte psicossocial durante o percurso investigativo funcionou como um campo de forças que permitiu aos casais ressignificar a solidão da espera em uma experiência compartilhada.

Para além disso, ao refletir sobre os desafios da pesquisa-intervenção realizada, é necessário pontuar os limites impostos pela própria natureza do campo e do recorte metodológico. Diante disso, é possível notar que a amostra, composta por oito participantes, num total de quatro casais, embora se mostre rigorosamente compatível com a profundidade exigida pelos estudos fenomenológicos, que privilegiam a essência da experiência vivida em detrimento da generalização estatística, impõe fronteiras à ampliação interpretativa dos achados.

Com feito, pelo fato de a pesquisa-intervenção ter sido realizada em três comarcas do estado de Pernambuco, a análise reflete as particularidades institucionais e socioculturais desse território específico. Reconhece-se, portanto, que os sentidos aqui desvelados sobre emoções e sentimentos no âmbito da espera na homoparentalidade adotiva não pretendem esgotar a pluralidade do fenômeno em outros contextos regionais do Brasil. Ou seja, tais limites, longe de invalidarem a potência da intervenção, convocam a necessidade de novos estudos que contemplem diferentes realidades institucionais e culturais, permitindo que as nuances da interseccionalidade e das dinâmicas regionais continuem a ser mapeadas no cenário da adoção homoafetiva nacional.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a apresentação dos resultados, considera-se importante a caracterização dos casais entrevistados, cujo intento é viabilizar a compreensão das emoções e sentimentos no tempo de espera pela adoção por casais homoafetivos. Diante disso, optou-se por apresentar os dados sociodemográficos por meio de uma tabela, no objetivo de facilitar a apresentação dos participantes, cujos nomes foram modificados a fim de preservar o sigilo das suas identidades.

Tabela 1 - Dados sociodemográficos dos casais

Casal	Cônjuge	Idade	Escolaridade	Profissão	Estado Civil	Gênero	Identidade Sexual
Casal 1	Rafael	42	Doutorado	Professor	União estável	M	Homossexual
Casal 1	Gustavo	38	Mestrado	Professor	União estável	M	Homossexual
Casal 2	Lucy	43	Ensino médio	Autônoma	Casada	F	Homossexual
Casal 2	Silvia	32	Superior completo	Servidora Pública	Casada	F	Homossexual
Casal 3	Pedro	44	Ensino médio	Empresário	Casado	M	Homossexual
Casal 3	Samuel	32	Ensino médio	Empresário	Casado	M	Homossexual
Casal 4	Vera	36	Superior completo	Enfermeira	Casada	F	Homossexual
Casal 4	Helena	35	Ensino médio	Empresária	Casada	F	Homossexual

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em dados da Plataforma SNA (2025).

Nota: Quanto ao gênero, M (masculino) e F (feminino). Todos os participantes se declararam cisgêneros.

Dando seguimento, após a conclusão da análise fenomenológica referente às etapas da descrição e da análise ideográfica (Vide tabelas fenomenológicas referentes aos casais 1, 2, 3 e 4, nos próximos tópicos deste capítulo), destaca-se abaixo a apresentação das categorias emergidas das unidades de significado. Essas categorias, juntamente com a identificação dos casais participantes, correspondem a análise nomotética.

A análise nomotética, enquanto a última etapa da análise do fenômeno situado, buscou nesta pesquisa as essências das experiências individuais, transformando o que era biográfico em um fenômeno compartilhado, contribuindo para responder a pergunta da pesquisa, considerando as emoções e sentimentos, como categorias emergidas com maior frequência nos relatos dos casais. Nesse sentido, essas afetividades não são estados psíquicos autônomos, mas modos de ser-no-mundo que organizam a temporalidade da espera. Dessa maneira, ao tecer

emoções e sentimentos, os casais expressam a própria facticidade de seu desejo de parentalidade adotiva, mostrando que o processo de adoção, para além de uma tramitação burocrática, é um corpo-sujeito que se constitui na e para a alteridade.

Tabela 2 - Resultado da análise nomotética

Categorias emergidas	Etapas do processo (tempo de espera)	Identificação dos casais das quais emergiram
Alívio	H	C1 – C2 – C4
Ansiedade	H - S	C2 – C3 – C4
Confiança	H - S	C2 – C3 – C4
Compaixão	S	C2 – C4
Esperança	H - S	C1 – C2 – C4
Expectativa	S	C2 – C3
Gratidão	S	C2 – C3 – C4
Independência	H	C2 – C3 – C4
Pertencimento	H	C1 – C2
Satisfação	S	C2 – C3 – C4
Segurança	H - S	C1 – C2 – C3 – C4
Medo	H	C1 – C2 – C3 – C4
Tristeza	H - S	C2 – C4
Ambivalência	H	C2 – C4
Insatisfação	H	C1 – C4
Encantamento	S	C2 – C3
Preocupação	H - S	C1 – C3 – C4

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no modelo de tabela sugerido por Bastos (2017). Nota 1: Habilitação (H); SNA (S).

Nota 2: Casal 1 (C1); Casal 2 (C2); Casal 3 (C3); Casal 4 (C4).

Nota 3: A síntese das convergências, apresentada na Tabela 2, reflete o fechamento da análise fenomenológica.

Ainda nesse contexto, a compreensão das vivências singulares de cada casal decorrentes da análise nomotética permitiu identificar as convergências que transcendem os casos individuais, revelando a essência do fenômeno investigado. Nessa etapa, os núcleos de sentido emergidos das unidades de significado, oriundas da leitura atenta das descrições ingênuas das entrevistas, foram sistematizados na Tabela 2 em categorias que expressam a estrutura situacional da espera na adoção, desde o processo de habilitação até a inserção na fila de espera na plataforma do SNA.

Diante desses achados, emergiram dezessete categorias referentes às emoções e sentimentos vivenciados que caracterizam a espera de cada casal pela criança desejada. Essa

síntese confirma que, embora cada projeto parental seja único, o período de espera pela adoção é atravessado por estruturas fenomenológicas comuns, marcadas pela subjetividade e pelo desejo da filiação adotiva.

Dessa forma, as descobertas da pesquisa indicam que além da ansiedade, diferentes tipos de afetividades tendem a acompanhar os casais durante o percurso da adoção. Nessa perspectiva, no que concerne ao início do processo judicial até o final da sentença da habilitação a presença de emoções e sentimentos de medo, tristeza, ambivalência, insatisfação, encantamento, segurança, preocupação, alívio, independência, pertencimento e segurança refletem o período mais estressante do processo adotivo. No tocante a espera na fila virtual do SNA, verificou-se gratidão, confiança, expectativa, esperança, compaixão e satisfação. Especificamente, esses resultados estão em forte concordância com as emoções e sentimentos na espera pela adoção retratados nos estudos de Eriksson (2016), Porta *et al.* (2019), Schwochow e Frizzo (2021) e Souza e Cruz (2021), reforçando a fidedignidade da descrição.

Nesse contexto, considerando a amplitude das dezessete categorias identificadas na síntese nomotética (Tabela 2), e visando manter a consistência interna da discussão, como será vista mais adiante, com ênfase no tema do estudo, decidiu-se por priorizar os núcleos de sentido mais emblemáticos e pregnantes na experiência de cada casal. Tal recorte analítico visa aprofundar a compreensão fenomenológica das vivências que se destacaram como figuras centrais no horizonte da espera, permitindo uma análise densa dos relatos sem prejuízo da visão global do fenômeno situado.

Dando continuidade na apresentação dos resultados, optou-se por organizar os achados em duas tabelas distintas para cada casal, de modo a conferir maior transparência a trajetória metodológica adotada. Nesse viés, nas seções a seguir, a primeira tabela reflete a análise fenomenológica da entrevista conjunta, incluindo trechos de fala, unidades de significado, sentidos vividos e emoções e sentimentos implícitos, resultantes da análise nomotética, seguidos da síntese descritiva e interpretação fenomenológica (metatexto), decorrentes do encontro dialógico entre a entrevistadora e os participantes. Trata-se, portanto, da síntese consolidada inspirada no pensamento merleau-pontyano, que expressa a vivência do casal enquanto unidade relacional durante as etapas do processo adotivo, que compreende a espera pela adoção.

Em continuidade, a segunda tabela, conforme apresentada nos tópicos que se seguem reúne o comparativo entre entrevistas individuais e conjuntas, evidenciando por meio de dimensões/temas as convergências e divergências em relação às emoções e sentimentos expressos por cada membro do casal. Ainda que as entrevistas individuais não tenham sido

apresentadas em formato de tabela própria, todo o material foi analisado fenomenologicamente, e os conteúdos emocionais e afetivos mais significativos foram destacados e sistematizados nesta segunda tabela, de modo a evidenciar a dimensão subjetiva e experiencial de cada participante durante o tempo de espera pela adoção.

É importante ressaltar que, a disposição das tabelas em dois quadros distintos referentes a cada casal, tem como objetivo assegurar clareza e rastreabilidade ao processo analítico, permitindo que o leitor perceba, por um lado, os sentidos que emergem da experiência vivida em conjunto, e, por outro, as tonalidades afetivas que se manifestam na experiência individual. Essa escolha visa, portanto, oferecer uma visão integral do fenômeno investigado, articulando tanto a dimensão intersubjetiva quanto a pessoal, em consonância com a proposta da abordagem fenomenológica.

Nesse contexto, com o intuito de manter a coerência interna da escrita e evidenciar a unidade temática da pesquisa, optou-se por adotar, em todos os subtítulos atribuídos a cada casal, a mesma fórmula de abertura: “*A espera marcada por...*”. Essa escolha busca ressaltar a centralidade da espera como fenômeno vivido, ao mesmo tempo em que evidencia os aspectos singulares que caracterizam cada experiência.

5.1 Casal 1 - A espera marcada pela esperança e pelo projeto parental

No que se refere ao Casal 1, Rafael e Gustavo, a análise fenomenológica da entrevista conjunta possibilitou identificar núcleos de sentido que expressam a vivência compartilhada entre os cônjuges, revelando aspectos relacionais, afetivos e contextuais próprios da experiência conjugal. Esses achados foram sistematizados na Tabela 3. Complementarmente, a Tabela 4 apresenta de forma comparativa os conteúdos das entrevistas individuais e da entrevista conjunta, destacando as dimensões do roteiro da entrevista, além das semelhanças e diferenças entre cada membro do casal.

Tabela 3 – Análise fenomenológica conjunta do casal 1

Trecho de fala	Unidade de significado	Sentidos vividos	Emoções e sentimentos implícitos	Síntese descritiva + Interpretação fenomenológica
“A gente fez o curso... fomos mudando aos poucos... contato com sobrinhos e familiares... não teve grandes problemas.”	Transformação progressiva das expectativas a partir de vivências e formação.	Reavaliação do perfil desejado pela experiência e reflexão conjunta.	Confiança; Empatia.	A decisão é moldada pelo diálogo e pela experiência prática, revelando adaptação e sintonia conjugal no projeto parental.
“Erro no cadastro... coloquei de 0 a 2 anos... discutimos gênero... quero menino que saiba ir ao banheiro.”	CrITÉRIOS práticos e afetivos entrelaçados.	Mistura de expectativas emocionais e funcionais.	Humor; cuidado.	Pequenos equívocos e preferências são tratados com leveza, evidenciando que a escolha é vivida como processo humano e não meramente técnico.
“Não... é uma coisa que a gente está bem definido... minha família é mais aberta... mamãe incentiva.”	Decisão autônoma com apoio familiar legitimador.	Fortalecimento pela aceitação e incentivo.	Segurança; orgulho; pertencimento.	O histórico familiar de adoções legitima a decisão, sem impor, permitindo liberdade e acolhimento.
“Inicialmente eu queria... depois ele queria... amadureceu... vamos adotar?”	Oscilação de desejos até o alinhamento conjugal.	Processo de amadurecimento compartilhado.	_____	A decisão emerge de um ciclo de vontades alternadas, culminando em momento simbólico de pacto conjugal.
“Mudamos recentemente a cor da pele da criança.”	Reconfiguração de critérios no decorrer do processo.	Abertura ética e afetiva à diversidade.	_____	Alterar um marcador racial é gesto de ampliação do acolhimento e enfrentamento sutil do racismo estrutural.
“A gente pesquisou muito... fizemos curso antes... viemos armados... grata surpresa... quero fazer o negócio correto.”	Busca ativa de informação e preparação defensiva.	Proatividade aliada à expectativa de preconceito.	Alívio; lealdade	A história de discriminação antecipa uma defesa simbólica, desfeita pelo acolhimento institucional.
“Esses três anos mudaram minha perspectiva... deixei de romantizar... penso na rotina, telas, etc.”	Maturação afetiva e prática no tempo de espera.	Realismo e planejamento concreto.	Serenidade; cuidado;	A espera é vivida como espaço de transformação interna e de construção de um projeto parental realista.

“Avaliação na pandemia... online... viemos armados... fomos bem atendidos.”	Expectativa de rejeição institucional desfeita pela experiência.	Desconstrução de medo histórico por acolhimento concreto.	Medo; Preocupação; alívio.	A avaliação psicossocial torna-se ato simbólico de reconhecimento e legitimação.
“Participamos de 3 ou 4 grupos... reuniões semanais... vídeos que emocionam.”	Engajamento ativo em redes de apoio.	Pertencimento e inspiração pela troca com pares.	Esperança; conexão emocional	Os grupos funcionam como espaço formativo e afetivo, antecipando simbolicamente a vivência da paternidade.
“Parei de acessar o SNA... ficava ansioso... um é mais otimista, o outro mais ansioso.”	Manejo emocional da espera.	Diferenças individuais no lidar com o tempo.	Ansiedade; esperança; insatisfação.	O tempo é vivido de forma singular por cada parceiro, compondo um equilíbrio intersubjetivo na espera.
“Se eu pudesse, falava com você todo dia... medo de ser antiético... já estava tudo resolvido.”	Necessidade intensa de apoio institucional.	Confiança afetiva na equipe técnica.	Carinho; cautela; insegurança.	A equipe é vista como ponte simbólica entre desejo e realização, sustentando esperança no processo.
“Sempre fomos bem atendidos... vocês fazem a diferença... desejo sucesso no seu trabalho.”	Reconhecimento e gratidão pelo suporte institucional.	Valorização do vínculo ético e humano com a equipe.	Gratidão; afeto; admiração.	A relação com a equipe transcende o protocolo, sendo vivida como parceria afetiva e validante.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na análise fenomenológica proposta por Martins e Bicudo (1989). Nota: Esta tabela enfatiza trechos de falas, unidades de significado e sentidos vividos, que correspondem às etapas da descrição e análise ideográfica. As emoções e sentimentos implícitos correspondem a análise nomotética. A síntese descritiva juntamente com a interpretação fenomenológica corresponde ao metatexto inspirado em Merleau-Ponty (2018).

Tabela 4 – Comparativo das entrevistas individuais e conjunta: dimensões, emoções e sentimentos na espera pela adoção (Casal 1)

Roteiro da entrevista	Entrevista Individual – Rafael	Entrevista Individual – Gustavo	Entrevista Conjunta	Convergências	Diferenças / Ênfases
Motivação para adotar	Desejo de ser pai Desde jovem; histórico familiar de adoção como fator naturalizador; decisão amadurecida com base em	Concordância com o projeto; valorização do diálogo conjugal; vê a adoção como extensão do amor e desejo de formar família.	Decisão consensual, construída gradualmente; ajustes no perfil e visão mais realistas da paternidade.	Motivação ancorada no vínculo conjugal, experiências familiares e desejo antigo; escolha refletida e madura.	Rafael enfatiza trajetória pessoal e influência familiar direta; Gustavo destaca o afeto e a segurança emocional como

	estabilidade profissional e afetiva; reforçada na pandemia.				motores da decisão.
Apoio familiar	Família receptiva, com ressalvas práticas da mãe; rede de apoio formada majoritariamente por amigos próximos; influência positiva sobre primos que iniciaram processo de adoção.	Apoio também presente; importância de redes de amizade locais; reconhecimento de que rede de apoio principal não é consanguínea.	Apoio como elemento estabilizador; rede mista de familiares e amigos.	Reconhecimento da importância do suporte afetivo e social para sustentar o projeto.	Rafael destaca impacto inspirador em outros familiares; Gustavo enfatiza centralidade dos amigos como rede efetiva.
Preconceito e proteção	Não sofreu preconceito direto; consciência de viver em “bolha” social; preparo do filho para enfrentar discriminação, especialmente no ambiente escolar.	Reconhecimento da possibilidade de preconceito; confiança em estratégias de orientação e fortalecimento identitário.	Consciência conjunta sobre riscos sociais; intenção de educar para enfrentamento seguro.	Compromisso com proteção e construção de autoestima na criança.	Rafael enfatiza preparo emocional e visão crítica sobre conservadorismo escolar; Gustavo foca na esperança de mudanças geracionais.
Relação com a equipe técnica	Surpresa positiva pelo acolhimento; vínculo afetivo com profissional; experiência vista como reparadora frente a expectativas de rejeição.	Relato de segurança e acolhimento durante todo o processo.	Satisfação geral com apoio e clareza institucional.	Alta confiança e reconhecimento da qualidade técnica e humana da equipe.	Rafael enfatiza quebra de expectativa negativa; Gustavo destaca tranquilidade e transparência no processo.
Curso preparatório	Participação ativa; reconhece importância para amadurecimento; complementou com leituras e grupos de apoio.	Experiência enriquecedora; destaca troca com outros pretendentes.	Concordância sobre relevância da formação.	Curso como etapa essencial de preparo e reflexão.	Rafael destaca leitura e aprofundamento fora do curso; Gustavo enfatiza vivência comunitária nos grupos.
Perfil da criança	Abertura inicial, ajustada a partir de reflexões e contexto;	Perfil alinhado ao parceiro; flexibilidade quanto à idade e	Decisão conjunta, sem conflitos; equilíbrio	Concordância no perfil, com ajustes conscientes.	Rafael enfatiza limites práticos; Gustavo mostra mais abertura

	consciente das limitações financeiras para grupos de irmãos.	sexo; restrições por viabilidade de cuidado.	entre desejo e realidade.		emocional mesmo diante de limitações.
Tempo de espera	Ansiedade significativa; alterna momentos de maior distanciamento; percepção da espera como filtro para pretendentes preparados.	Postura mais tranquila; confiança no “tempo certo”.	Espera vivida com ambivalência: incômodo e compreensão da função protetiva.	Entendimento de que a espera é inevitável e pode ter função positiva.	Rafael relata maior impacto emocional; Gustavo adota visão mais otimista.
Medos e inseguranças	Receio de preconceito institucional e social; medo de não ser aprovado; preocupação com adaptação da criança.	Preocupação com ajustes no perfil e adaptação mútua.	Ansiedade inicial superada com acolhimento institucional.	Reconhecimento da adaptação como desafio central.	Rafael enfatiza histórico de discriminação; Gustavo mantém foco na adequação das condições do casal.
Preparação material	Quartos montados e adaptados; planejamento atento a segurança e funcionalidade; inclusão de brinquedoteca.	Preparativos práticos e afetivos para diferentes idades; busca de escolas e plano de saúde.	Planejamento contínuo da casa e rotina para chegada da criança.	Preparação material como expressão concreta do desejo parental.	Rafael detalha segurança e estrutura física; Gustavo traz foco no planejamento de vida e suporte educacional.
Projeto educativo	Desejo de transmitir valores, oferecer oportunidades e presença; foco em leitura e formação intelectual.	Educação para autonomia, ética e caráter; incentivo a experiências culturais e viagens.	Visão compartilhada sobre importância da formação integral.	Valores e ética como pilares da parentalidade.	Rafael enfatiza papel da leitura; Gustavo valoriza experiências culturais como parte da educação.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na análise fenomenológica proposta por Martins e Bicudo (1989). Nota: Esta tabela apresenta de forma comparativa as entrevistas individuais e a entrevista conjunta do casal 1, destacando o roteiro das entrevistas individual e conjunta. O quadro evidencia convergências e diferenças entre cada cônjuge, contribuindo para a compreensão do fenômeno pesquisado.

Diante dos dados apresentados verificou-se que, no tocante ao casal 1, a paternidade, na experiência da espera pela adoção é um percurso vivenciado a partir do desejo afetado por

histórias, relações familiares, experiências profissionais e contato com crianças. Os participantes Rafael e Gustavo, ao falarem sobre o planejamento do projeto adotivo, revelaram:

[...] fui tendo contato com os sobrinhos dele, com as sobrinhas, e foi despertando uma coisinha assim dentro de mim. Eu disse, nossa, eu acho que tenho jeito com criança, sabe? [...] Aí falei para meu marido: a gente já conquistou muitas coisas, questão do trabalho, de conquistas materiais que também é importante, mas acho que está faltando uma coisa na vida da gente. A gente já tem filho de quatro patas, mas acho que está faltando outra coisa, eu quero ser pai! (Rafael).

[...] eu compreendo que se fosse uma decisão há alguns anos eu estaria emocionado. Por emoção. Eu poderia, enfim, me arrepender, talvez. Mas hoje, embora tenha emoção, também porque sou um ser humano, sou afetado por emoções. Foi uma escolha amadurecida. Então eu precisei, né? Talvez sair do lugar em que nasci, me constituir num emprego, num concurso, num cargo efetivo, que é a questão da segurança (Gustavo).

Nesse cenário, os recortes das falas do casal 1 revela, no entendimento fenomenológico, uma maneira de existir que comunga com a corporeidade da espera, na qual estão implícitas a afetividade e a consciência social. Ou seja, o desejo de ser pai expresso pelo casal se materializa em gestos, escolhas conscientes e organização da vida material e emocional.

Dessa forma, a história de um filho adotivo é construída muito antes da adoção ser concretizada, sendo importante que os pretendentes reflitam e entrem em contato com as suas afetividades, com suas emoções e sentimentos que andam junto com o desejo da paternidade. Além disso, é no período de espera que as emoções afloram, tendo em vista esse período se assemelhar a ritos de passagem, podendo a indeterminação temporal relacionada a chegada do filho desejado causar diferentes sofrimentos subjetivos (Dance; Farmer, 2014; Levizon; Lisondo, 2018; Schwochow; Frizzo, 2021).

Convém destacar o projeto adotivo de Rafael e Gustavo como politicamente situado, reflexivo e ético, tendo em vista a incorporação da sua trajetória parental na escolha por um perfil de criança de pele negra enquanto reflexos da luta contra o preconceito e o compromisso com a reparação simbólica de desigualdades históricas. Nas falas do casal, eles destacam:

Todo mundo tem uma dose maior ou menor de preconceito. Infelizmente, algumas pessoas não conseguem se controlar e extrapolam a barreira do respeito. Mas a gente já pensou sobre isso, estamos meio que preparados. Eu acho que uma das questões é fortalecer essa criança, porque ela vai sofrer preconceitos ou por ser adotada, ou por ser filha de dois pais, ou por ser uma criança negra, então, pode juntar várias coisas (Rafael).

A gente veio armado, porque a gente apanha tanto, a gente sofre tanto, em todos os espaços, sabe? Eu tô com meu marido há muitos anos. Em determinados lugares que a gente vai, ele não é nunca meu marido, é sempre o colega, as pessoas falam, e eu

corrigindo né? Há poucos anos eu tive que corrigir minha sogra, porque ela me apresentava para as pessoas da família, como o colega de Rafael, entendeu? (Gustavo).

Com efeito, entende-se que Gustavo demonstra que a paternidade não se reduz somente ao cuidado privado tendo em vista sua projeção como um ato público de resistência amorosa. Dito de outro modo, estar preparado para enfrentar o racismo, a homofobia e o estigma da adoção é parte inseparável do desejo de amar com responsabilidade. Dando prosseguimento, chama atenção o relato de Gustavo ao refletir sobre os seus planos para o filho que aguarda na fila de espera do SNA:

Bom, meu filho vai gostar muito de ler, vai ter muitos livros, não tenho dúvidas. Eu vou ler para ele ou para ela. Estou falando ele, viu? Porque eu acho que vai vir um menino. Eu acho que ele vai ser um menino muito amado. Meu Deus! Meu coração já está batendo fora do peito. Caso ele já tenha nascido, caso ele já esteja nesse mesmo plano. É possível que ele já exista. Nós compramos a casa pensando nesse filho que virá (Gustavo).

Nesse contexto, entende-se que a casa comprada, o planejamento do quarto da criança, o investimento em educação e o suporte emocional revelam que a parentalidade já está em curso, não como uma promessa, mas como presença que se antecipa. A espera, longe de ser um tempo vazio, é vivida como gestação adotiva repleta de emoções e sentimentos, marcada por planejamento, reorganização do cotidiano e pela abertura ao outro que virá a qualquer momento. Merleau-Ponty (2018) diria que esse tempo vivido não é cronológico, mas fenomenológico, pois é um tempo que transforma o corpo, preparando-o para o encontro, para a escuta e para o vínculo.

Com efeito, é possível compreender que a espera pela adoção vivenciada pelo casal 1 converge com o período que estudiosos da adoção denominam de gestação adotiva. Este tipo de gestação apresenta diferenças quanto a gestação biológica. O tempo de espera, na maioria das vezes incerto e longo, a burocracia do judiciário e, sobretudo, o tipo de perfil de criança escolhido surgem como os principais entraves para a concretização da parentalidade. Com isso, as emoções podem se tornar mais intensas do que as sentidas na gestação biológica, onde existe previsibilidade quanto ao nascimento da criança (Porta *et al.*, 2019; Schettini Filho, 2012; Schwochow; Frizzo, 2021; Wasen; Parizotto, 2017).

Ainda sobre a experiência do casal 1, foi observado que a paternidade de Rafael e Gustavo é construída na intersubjetividade, na escuta do outro, na sincronia entre parceiros e na confiança na rede de apoio que os cerca. De fato, eles não se abalam ao mesmo tempo em que enfrentam olhares estranhos e comentários externos, visto que eles se sustentam na certeza de

que ser pai é antes de tudo uma disponibilidade para amar e transformar. Dito de outro modo, numa linguagem merleau-pontyana, o corpo do casal já se coloca a caminho, já está presente para a criança, não apenas no plano material, mas no afeto, no respeito e na intenção.

A experiência de Rafael e Gustavo é o que Merleau-Ponty (2018) chama de vir-a-ser, convergindo com o entendimento da paternidade não como um estado, mas como processo em movimento, com abertura contínua ao outro. A adoção, aqui é gesto de liberdade, afeto e compromisso encarnado em projeto, que afirma a vida, a diferença e o cuidado como formas legítimas de habitar a existência.

5.2 Casal 2 - A espera amadurecida pela autonomia conjugal e pelo apoio coletivo

A análise fenomenológica da entrevista conjunta feita com o casal Lucy e Silvia, foi elaborada seguindo os mesmos moldes que o casal 1. Com efeito, a Tabela 5 dispõe os núcleos de sentidos que foram identificados, possibilitando assim o entendimento da experiência dos cônjuges, no que diz respeito às suas vivências relacionais e afetivas. Dando seguimento, a Tabela 6 destaca os temas relacionados às entrevistas individuais e conjunta, indicando convergências e diferenças vivenciadas pelos cônjuges na espera pela adoção.

Tabela 5 – Análise Fenomenológica conjunta do Casal 2

Trecho de fala	Unidade de significado	Sentidos vividos	Emoções implícitas	Síntese descritiva + Interpretação fenomenológica
“Vai ser o que Deus mandar... aceitaria qualquer cor.”	Ausência de restrições quanto a sexo e etnia.	Abertura à diversidade como princípio do projeto parental.	Ressentimento.	A escolha sem filtros de sexo ou cor expressa visão inclusiva e não discriminatória, alinhada a valores de Equidade.
“Infelizmente, tivemos que colocar que não aceitaríamos deficiência por não poder dedicar 100%.”	Reconhecimento de limites para garantir cuidado adequado.	Cuidado responsável na definição do perfil.	Tristeza; senso ético; Preocupação.	A recusa não é motivada por rejeição, mas pela consciência de que a parentalidade exige condições integrais de cuidado.
“A falta de carinho vira uma doença da alma... cura paliativa.”	Valorização do afeto como elemento terapêutico.	Afeto como componente essencial do desenvolvimento.	Compaixão; consciência profissional.	A visão de que o afeto é parte do tratamento reforça a dimensão subjetiva do cuidado infantil.

“Não pedimos opinião de familiares ou amigos.”	Decisão autônoma sobre o perfil.	Preservação da autonomia conjugal.	Segurança; independência; Confiança.	A escolha do perfil é vivida como construção interna ao casal, sem interferências externas.
“Nas reuniões... entramos com uma cabeça e saímos com outra.”	Transformação de percepções pela participação em grupos de apoio.	Abertura ao aprendizado coletivo.	_____	O grupo funciona como espaço de ressignificação das expectativas parentais.
“Sempre conversando... amadurecendo nossas ideias.”	Decisão amadurecida no tempo vivido.	Adoção como projeto de longo prazo.	_____	O amadurecimento do projeto parental confirma a centralidade do tempo como mediador existencial (Merleau-Ponty, 1999).
“Tudo iniciou através de Ana Rosa... começamos a participar das reuniões.”	Influência positiva de rede de apoio.	Indicação pessoal como porta de entrada para o processo.	Gratidão; pertencimento.	O encontro com apoiadores gera sentido de comunidade e encorajamento.
“O curso preparatório foi maravilhoso.”	Valorização da formação pré-adoção.	Conhecimento como ferramenta de preparo emocional.	Entusiasmo; satisfação; segurança.	A formação técnica e afetiva fortalece a confiança e amplia competências parentais.
“Sempre entro no cadastro do SNA... estou acompanhando direitinho.”	Monitoramento ativo da posição na fila.	Controle e acompanhamento do processo.	Ansiedade; expectativa.	O acompanhamento sistemático funciona como estratégia de engajamento e manutenção da esperança.
“Aprendemos a controlar a ansiedade no curso e no grupo.”	Uso de recursos aprendidos para manejo emocional.	Desenvolvimento de estratégias de autocontrole.	Alívio.	A mediação do grupo e do curso no manejo da espera reforça a importância do apoio coletivo.
“Ansiedade e pressão... é algo que não tem como evitar.”	Reconhecimento dos limites do autocontrole.	Aceitação de que emoções intensas fazem parte do processo.	Vulnerabilidade; medo; esperança.	A espera é vivida como experiência emocional complexa e inevitável, mas manejável.
“Os próprios participantes do grupo nos ajudam.”	Apoio horizontal entre iguais.	Troca de experiências como suporte emocional.	Companheirismo; solidariedade.	A rede de apoio entre pares potencializa o preparo emocional e a resiliência.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na análise fenomenológica proposta por Martins e Bicudo (1989). Nota: Esta tabela enfatiza trechos de falas, unidades de significado e sentidos vividos, que correspondem às etapas da descrição e análise ideográfica. As emoções e sentimentos implícitos correspondem a análise nomotética. A síntese descritiva juntamente com a interpretação fenomenológica corresponde ao metatexto inspirado em Merleau-Ponty (2018).

Tabela 6 – Comparativo das entrevistas individuais e conjunta: dimensões, emoções e sentimentos na espera pela adoção (Casal 2)

Roteiro da entrevista	Entrevista Individual – Lucy	Entrevista Individual – Silvia	Entrevista Conjunta	Convergências	Diferenças / Ênfases
Motivação para adotar	Desejo antigo, amadurecido com a estabilidade da relação; influência de contexto familiar e cuidado com a mãe idosa; decisão como ato de amor e responsabilidade.	Desejo construído aos poucos; já considerou gestação biológica, mas optou pela adoção por questões de saúde, estabilidade e planejamento.	Reforço da decisão consensual, sem conflitos ou influência externa; harmonia na definição do projeto parental.	Ambos associam a decisão à maturidade do relacionamento e à preparação emocional e financeira.	Lucy enfatiza mais o cuidado com a mãe e a logística; Silvia detalha a trajetória da decisão, incluindo tentativa de viabilizar gestação no passado.
Apoio familiar	Apoio intenso e emocionado, principalmente da mãe; familiares ansiosos e participativos.	Apoio positivo, com expectativas altas; pai e mãe expressam desejo explícito por um neto.	Não discutido diretamente, mas subentendido no fortalecimento mútuo.	Apoio familiar visto como fundamental para a segurança emocional.	Lucy ressalta o entusiasmo coletivo; Silvia destaca a pressão amorosa e a expectativa dos pais.
Preconceito e proteção	Não sofreu preconceito direto; foca na preparação do filho para enfrentar possíveis discriminações futuras.	Não sofreu preconceito; atribui respeito recebido à postura de respeito mútuo; experiência positiva até na igreja.	Reconhecem que preconceito pode ocorrer, mas sentem-se preparadas para lidar com isso e fortalecer a criança.	Compromisso em blindar o filho e responder com afeto e educação a possíveis preconceitos.	Lucy enfatiza preparo preventivo; Silvia reforça vivências positivas e a importância do respeito como barreira contra discriminação.
Relação com a equipe técnica	Atendimento acolhedor e explicativo; segurança nas orientações recebidas.	Experiência muito positiva; valorização do acolhimento e clareza das informações.	Alto nível de acolhimento e disponibilidade; valorização do contato próximo nas reuniões e avaliações.	Confiança e satisfação com o suporte profissional.	Silvia menciona mais a clareza e atenção nas interações; Lucy foca na sensação de confiança transmitida.
Curso preparatório	Considera útil e	Afirma que foi muito	Avaliação extremamente	Reconhecimento do curso como	Silvia enfatiza mais o valor da

	enriquecedor; proporcionou manejo da ansiedade e compreensão do processo.	proveitoso; destaca a troca de experiências com outros adotantes.	positiva; destaca aprendizado e acolhimento.	ferramenta essencial de preparo.	interação; Lucy destaca o conteúdo e o impacto na ansiedade.
Perfil da criança	Inicialmente bebê, depois ampliado até 6 anos e 7 meses; sem preferência de sexo ou cor.	Mesmo processo de ampliação; abertura para até dois filhos, com reflexão sobre grupos de irmãos.	Decisão consensual e sem conflitos; abertura total para sexo e cor; restrição apenas por questões de disponibilidade para cuidar de deficiências.	Concordância sobre perfil amplo e critérios realistas.	Lucy relaciona a mudança de perfil à logística familiar; Silvia à flexibilidade e à experiência de vida.
Tempo de espera	Ansiedade inicial com consultas frequentes ao SNA; posteriormente e mais controle; vê a espera como fase formativa.	Alternância entre esperança e desânimo; disciplina para não antecipar preparativos.	Monitoramento frequente do SNA; reconhecimento da ansiedade, mas com manejo aprendido no curso e no grupo.	Reconhecimento da ansiedade inicial e da importância de controlá-la para manter o equilíbrio.	Silvia verbaliza mais o impacto emocional da oscilação; Lucy foca na sensação de conquista e proximidade.
Medos e inseguranças	Medo de não haver adaptação mútua; cautela na aceitação de grupos de irmãos.	Medo de não corresponder às expectativas e de preconceito institucional; nervosismo nas visitas técnicas.	Admite ansiedade inicial; reforça preparo emocional para lidar com o momento de chegada.	Adaptação percebida como desafio comum.	Lucy enfatiza mais a adaptação da criança ao casal; Silvia destaca a preocupação com avaliação e aprovação institucional.
Preparação material	Preparativos físicos adiados para evitar frustrações; foco em personalizar o quarto conforme a criança.	Mesma postura; defende evitar mobilização prematura para não intensificar ansiedade.	Não discutido diretamente, mas coerente com posturas individuais.	Pragmatismo e planejamento gradual.	Nenhuma diferença relevante.
Projeto educativo	Centralidade na transmissão de valores éticos,	Mesma prioridade; deseja transmitir amor, respeito	Não abordado diretamente, mas implícito na visão conjunta de	Educação e valores como pilares da parentalidade.	Silvia associa mais à herança de valores da família de origem; Lucy

	afetivos e espirituais; formação cidadã como objetivo.	e exemplo de superação.	parentalidade responsável.		ênfatiza a contribuição social da educação.
--	--	-------------------------	----------------------------	--	---

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na análise fenomenológica proposta por Martins e Bicudo (1989). Nota: Esta tabela apresenta de forma comparativa as entrevistas individuais e a entrevista conjunta do casal 2, destacando o roteiro das entrevistas individual e conjunta. O quadro evidencia convergências e diferenças entre cada cônjuge, contribuindo para a compreensão do fenômeno pesquisado.

Os resultados obtidos na análise do Casal 2 revelam que o projeto parental de Lucy e Silvia vem sendo vivido como uma experiência encarnada, situada no tempo e moldada pela intersubjetividade. Nesse sentido, relacionando com a compreensão fenomenológica, tal como propõe Merleau-Ponty (2018), não se trata apenas de um conjunto de decisões racionais, mas de um “habitar” o mundo da adoção por meio de um corpo afetivo que sente, espera, projeta e se adapta. Por conseguinte, compreende-se que o percurso do casal é tecido na delicadeza do cuidado, na escuta mútua e no compromisso ético diante da alteridade. O casal, ao falar em como se sucedeu a escolha do perfil da criança que pretende adotar e o motivo por não aceitar criança com problemas de saúde ou deficiência revelou:

A gente conversou bastante com relação às características, escolha de sexo, de cor [...] Não teve briga em relação a uma querer menino e a outra querer menina”. Em outro momento, ela destacou: “A gente queria um bebê [...], mas a gente pensou em tudo, devido a minha carga horária de trabalho e a dela também [...] A gente morava na nossa casa e minha mãe morava na casa ao lado, só que ela adoeceu, [...], aí a gente resolveu trazer ela para morar com a gente. Então, assim, com bebê, não tinha como deixar com ela, né? Aí a gente pensou, pensou, e a idade que a gente colocou foi a partir de um ano até seis anos e sete meses. Não temos preferência de cor de forma nenhuma, nem sexo, de forma nenhuma. Estamos há mais de um ano na fila do SNA (Silvia).

[...] para a gente escolher uma criança uma criança com algum problema, a gente precisaria ter a disponibilidade para cuidar dessa criança. O único motivo da gente ter colocado que não poderia foi esse, porque para a gente escolher uma criança e não poder dar o que é preciso em questão de tempo, atendimento, cuidados, a questão financeira também, então assim, tudo tem que ser pensado [...] é bem triste ter que escolher realmente entre uma criança com deficiência ou não (Lucy).

Nesse cenário, entende-se que a fala de Lucy, sugere que o projeto de adoção construído por ela e por Silvia, é sustentado pela afetividade, reflexão, abertura de uma à outra e pela consciência dos próprios limites existenciais. Além disso, a escolha do casal em não limitar o perfil por raça ou gênero, somada à reflexão sobre a impossibilidade de acolher crianças com deficiência, revela uma postura ética profundamente situada, pois não se trata de rejeição, mas de um reconhecimento concreto da corporeidade como condição e da responsabilidade como

princípio. O gesto adotivo, nesse contexto, ganha a densidade de um ato ético que respeita tanto o desejo quanto as possibilidades reais de cuidado.

Convém destacar que, no processo adotivo a escolha do perfil de criança tem sido alvo não somente de debates acadêmicos, mas também de críticas e questionamentos. Autores como Gregory e Moura (2023) destacam a importância da escolha das características do filho ou filha que se pretende adotar, como um fator de eliminação de risco de devolução da criança. De fato, a devolução comumente ocorre em consequência da preparação inadequada de alguns candidatos a pais e mães por adoção, podendo trazer consequências danosas à saúde mental da criança devolvida ao abrigo (Matos, 2025).

No caso de Lucy e Silvia, elas deixam transparecer maturidade nos seus posicionamentos quanto a escolha do perfil do filho desejado, ao mesmo tempo em que o afeto é vivido como eixo estruturante da parentalidade, cuja decisão de adotar foi sendo lentamente amadurecida, com a incorporação de experiências, conversas e mudança de perspectiva. Para a fenomenologia, essa temporalidade não é cronológica, mas existencial, marcada pela ansiedade inicial, pela aprendizagem adquirida no curso preparatório, no grupo de apoio e pela capacidade de refazer expectativas. Dito de outro modo, o tempo de espera vivenciado por Lucy e Silvia nada mais é do que o tempo da experiência para Merleau-Ponty (2018), ou seja, é aquele em que passado, presente e futuro, se entrelaçam, formando um horizonte de sentido.

Outro ponto a destacar, diz respeito a inserção de Lucy e Silvia no Grupo de Apoio à Adoção (GAA), cuja experiência emerge, de acordo com os pressupostos fenomenológicos de Merleau-Ponty (2018), como espaço de intercorporeidade significativa, onde o desejo de ser mãe é acolhido, elaborado e fortalecido em comunhão com outras experiências. Ora, as reuniões do GAA, assim como a participação no curso para pretendentes a adoção e os contatos com a equipe técnica são importantes no período de espera, visto que não apenas informam, mas transformam. A participação nesses coletivos dá contorno simbólico e emocional ao processo, permitindo que o casal se reconheça em meio a outros corpos desejantes, ansiosos e esperançosos. Com efeito, a partir do que foi mencionado, um dos cônjuges, ao discorrer sobre sua participação conjunta com a esposa no GAA e no curso para pretendentes, destacou:

Pois é, a gente pensou em adotar grupo de irmãos. É isso que eu digo: que o grupo GAA e o curso preparatório que a gente fez ajuda muito. É incrível!”. Em outro momento da entrevista, ela falou: “Eu vou citar o curso e o grupo que a gente tem. Porque realmente é de grande ajuda. É uma coisa muito boa participar, porque... Eu lembro na primeira reunião que fomos, quando uma pessoa disse: ‘Ah, mas eu já comecei a preparar o quarto. Mas eu tinha acabado de entrar no cadastro e tal. Eu já comecei a preparar o quarto, eu só não pinte e... tô querendo já comprar brinquedos e tal’. Aí a nossa coordenadora falou: ‘Mas qual é o perfil? Mas você sabe se é menino

ou menina? Você sabe se já vem nessa idade ou em outra?’ Entendeu? Aí eu e minha esposa começamos muito a conversar [...] começamos a conversar com relação ao quarto da nossa criança (Silvia).

Convém destacar que as falas do casal 2 converge com a descrição de intersubjetividade proposta por Merleau-Ponty (2018), enquanto condição de possibilidade para a experiência, visto que para ele, é no encontro com o outro que o sujeito se descobre e se transforma. Efetivamente, os recortes das falas de Lucy e Silvia, expressam, de acordo com o entendimento fenomenológico, que a intersubjetividade está implícita tanto nas relações internas ao casal quanto nas redes externas de apoio. Desse modo, a decisão compartilhada e consensual confirma a centralidade do diálogo conjugal na construção do sentido. Isso leva a entender que o grupo de apoio, o curso para pretendentes e a equipe técnica do Judiciário constituem um campo intersubjetivo ampliado, onde as participantes trocam experiências, ressignificam expectativas e aprendem a manejar a ansiedade.

Seguindo adiante, cabe mencionar a ambivalência de Lucy e Silvia no contexto da experiência institucional, visto que para elas, existe acolhimento e escuta por parte da equipe técnica. Conforme a entrevista, as duas participantes afirmaram que foram bem recebidas pela equipe técnica (psicóloga e assistente social), acrescentando que não perceberam atitudes preconceituosas por parte dessas profissionais, que as recebeu com acolhimento e empatia. No entanto, elas destacam alguns entraves no atendimento realizado por outros servidores do Fórum, que não fazem parte da equipe técnica:

Houve demora para sermos habilitadas, porque o psicólogo enviou o relatório, mas os servidores da Vara não estão preparados para o trabalho com adoção, porque aqui não tem Vara da Infância. Então nós questionamos, cadê nosso processo? Então, a gente só entrou no SNA porque insistimos, questionamos (Lucy).

Eu tive que vir várias vezes aqui no Fórum pois, o psicólogo do outro Fórum, que fez nossa avaliação informava que tinha enviado o relatório via e-mail e os servidores desse Fórum diziam que não tinham recebido. Não é nenhuma crítica, porque eu sei que acontece, a servidora nos explicou que passou despercebido e tal, eu me controlei (Silvia).

Diante das falas do casal, é possível perceber que os entraves vivenciados por Lucy e Silvia são decorrentes da desarticulação entre as instâncias do Judiciário. Contudo, mesmo diante das dificuldades, o casal não se paralisa, e segue persistindo, acompanhando sua posição na fila de espera do SNA, se organizando emocionalmente e sustentando o processo com firmeza e paciência.

Nesse cenário, a experiência institucional destacada, refere à atuação do Poder Judiciário nos processos adotivos e tem sido tema de debates na literatura, tendo em vista autores como Costa e Kemmelmeir (2013), Orrico, Martins e Siqueira (2024) e Schwochow e Frizzo (2021), dentre outros, serem unânimes ao destacarem as dificuldades que os pretendentes à adoção relatam enfrentar no Judiciário. Tais dificuldades costumam ser relacionadas à burocracia dos trâmites processuais e o tempo de espera no SNA para a concretização do sonho da parentalidade adotiva, em razão de não existir previsão quanto a finalização do processo, que pode ser curto ou longo a depender da escolha do perfil de criança.

Vale ressaltar, que a concretização da adoção, na verdade, depende do perfil escolhido pelos pretendentes, e não da burocracia do Judiciário, como muitos casais acreditam. De fato, as adoções mais rápidas ocorrerem por aqueles que desejam se tornar pais ou mães de crianças mais velhas ou adolescentes em detrimento daqueles que desejam a adoção de bebês (Gregory; Moura, 2023; Orrico; Martins; Siqueira, 2024; Wasen; Parizotto, 2017). Diante disso, a justificativa reside no fato de que o SNA:

[...] opera com critérios objetivos e automatizados, priorizando o melhor interesse da criança e a compatibilidade entre perfis. No entanto, a discrepância entre o perfil desejado pela maioria dos pretendentes e o perfil das crianças disponíveis permanece sendo um dos maiores entraves à celeridade da adoção (Matos; Saraiva, 2025, p. 12).

Seguindo adiante, verificou-se que a experiência de Lucy e Silvia, no tocante às emoções e sentimentos, não difere das experiências de casais heteroafetivos, destacadas nos estudos de autores como Eriksson (2016), Porta *et al.* (2019); Schwochow e Frizzo (2021), Souza e Cruz (2021), Wasen e Parizzotto (2017), e outros. Isso se explica pelo fato de o casal vivenciar a gestação adotiva com sentimentos de ansiedade, que têm se alternado em períodos de esperança e desânimo, mas sobretudo, com aceitação, flexibilidade, prudência, momentos de tristeza, empatia, compaixão e paciência (Vide Tabela 1).

Nesse sentido, entende-se que, a motivação do casal 2 para adotar é descrita não como ruptura, mas como prolongamento natural da vida compartilhada, ancorada na estabilidade, na responsabilidade e no desejo de transmitir valores. Dessa forma, conceitos centrais da obra de Merleau-Ponty (2018), tais como corpo, tempo e intersubjetividade se entrelaçam em Lucy e Silvia para configurar uma experiência de espera que não é passiva, mas ativa e formadora, na qual cada gesto e cada decisão participam da construção do vir a ser da parentalidade adotiva.

Por fim, é possível compreender, com base nos pressupostos merleau-pontyanos, que a experiência do casal 2 evidencia que o mundo da adoção não é um cenário externo ao sujeito,

mas um campo de sentido que se revela no corpo vivido, ou seja, um corpo que deseja, sofre, se limita, se projeta e espera. Nesse caso, portanto, a parentalidade homoafetiva não exige justificativa, ela se impõe pela força do afeto partilhado, pela liberdade vivida na escolha e pela dignidade encarnada no gesto de acolher.

5.3 Casal 3 – A espera marcada pela flexibilidade e pela confiança no apoio técnico

Para facilitar a compreensão da análise fenomenológica das entrevistas com o casal 3, Pedro e Samuel, foram criadas duas tabelas semelhantes às dos dois primeiros casais. A Tabela 7 ajuda a entender a experiência do casal ao identificar os núcleos de sentido relacionados à busca pela realização do desejo da parentalidade adotiva, bem como as emoções e sentimentos vivenciados. A Tabela 8 apresenta os tópicos associados aos conteúdos das entrevistas realizadas individualmente e com o casal, permitindo observar as semelhanças e diferenças vivenciadas pelos participantes.

Tabela 7 – Análise Fenomenológica conjunta do Casal 3

Trecho de fala	Unidade de significado	Sentidos vividos	Emoções implícitas	Síntese descritiva + Interpretação fenomenológica
“No início foi uma questão de querer um bebê... depois... terminamos em 5 anos e 10 meses.”	Decisão conjunta e consensual sobre o perfil etário da criança.	Flexibilidade e adaptação às condições reais do processo.	Preocupação.	A construção do perfil da criança é vivida como negociação harmônica, sem conflitos, refletindo plasticidade nas expectativas e consciência do tempo vivido (Merleau-Ponty, 1999).
“Foi nossa decisão mesmo.”	Autonomia na escolha do perfil.	Preservação da decisão no núcleo conjugal.	Independência; autoconfiança; cumplicidade.	O casal afirma-se como núcleo decisório, reforçando sua coesão identitária.
“A assistente social é uma profissional excelente... abriu nosso coração.”	Acolhimento e orientação inicial como marcadores positivos.	Relação de confiança com a equipe técnica.	Gratidão; segurança.	A experiência inicial com a instituição reforça a segurança no processo e a confiança intersubjetiva.
“Borboletas na barriga... o novo espanta.”	Nervosismo inicial diante da avaliação psicossocial.	Reconhecimento da novidade e incerteza do processo.	Ansiedade; encantamento; vulnerabilidade; medo.	O “novo” é sentido no corpo e simbolizado como mistura de medo e expectativa, revelando

				que o casal se afeta mutuamente nesse contexto.
“Curso... foi muito proveitoso... aprendemos bastante.”	Formação pré-adotiva valorizada.	Percepção de aprendizado e preparação.	Satisfação; confiança.	A participação no curso legitima o preparo e amplia o repertório para a parentalidade adotiva.
“Meu Deus do Céu! Direto, sabe?... No início... o tempo inteiro... agora... mais controlado.”	Ansiedade inicial intensa no acompanhamento da fila, depois controlada.	Adaptação emocional ao ritmo da espera.	Expectativa.	A mudança no padrão de checagem do SNA indica autorregulação emocional na gestão do tempo de espera.
“Não tivemos essa necessidade... conversamos tudo... na visita da assistente social.”	Suficiência do suporte recebido, sem busca extra de ajuda.	Confiança no vínculo com a equipe técnica.	Segurança; tranquilidade.	O casal encontra espaço de expressão suficiente no contato institucional, dispensando outras fontes de apoio.
“A equipe... se mostrou disponível... até pelo WhatsApp.”	Disponibilidade e acessibilidade dos profissionais.	Valorização do suporte técnico constante.	Confiança; proximidade; gratidão.	A comunicação contínua com a equipe técnica fortalece a percepção de cuidado institucional.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na análise fenomenológica proposta por Martins e Bicudo (1989). Nota: Esta tabela enfatiza trechos de falas, unidades de significado e sentidos vividos, que correspondem às etapas da descrição e análise ideográfica. As emoções e sentimentos implícitos correspondem a análise nomotética. A síntese descritiva juntamente com a interpretação fenomenológica corresponde ao metatexto inspirado em Merleau-Ponty (2018).

Tabela 8 – Comparativo das entrevistas individuais e conjunta: dimensões, emoções e sentimentos na espera pela adoção (Casal 3)

Roteiro da entrevista	Entrevista Individual – Pedro	Entrevista Individual – Samuel	Entrevista Conjunta	Convergências	Diferenças / Ênfases
Motivação para adotar	Desejo amadurecido com a relação; visão de família como núcleo já existente; ampliar por amor.	Mesma visão; estabilidade conjugal; desejo de formar família ampliada.	Reforço da decisão conjunta e consensual; sem influência externa.	Ambos associam o desejo à consolidação da relação e ao amor.	Nenhuma diferença relevante.
Apoio familiar	Apoio imediato e emocionado; rede como motivação.	Apoio positivo e sem críticas; família como principal	Não discutido diretamente, mas implícito no fortalecimento mútuo.	Apoio da família visto como fundamental.	Pedro destaca emoção dos pais; Samuel enfatiza

		círculo de confiança.			ausência de críticas.
Preconceito e proteção	Não se afeta por opinião alheia; foco em proteger o filho no futuro.	Não sofreu preconceito; estratégia de não divulgar amplamente o projeto.	Crença de que não haverá preconceito, mas preparo para enfrentá-lo se ocorrer.	Compromisso de preparar o filho para lidar com eventuais situações.	Pedro fala mais de enfrentar preconceito; Samuel foca na prevenção via reserva.
Relação com a equipe técnica	Experiência positiva e acolhedora.	Experiência muito positiva; vínculo com Sheila.	Alto nível de acolhimento e disponibilidade, inclusive por mensagens.	Confiança e valorização da equipe.	Pedro enfatiza mais a assistência constante; Samuel relata mais a sensação inicial de nervosismo.
Curso preparatório	Útil e esclarecedor; mesmo on-line foi proveitoso.	Curso muito bom; interação facilitou aprendizado.	Muito proveitoso; aprendizado e dúvidas esclarecidas.	Reconhecimento do valor do curso.	Pedro menciona mais a importância da interação; Samuel foca no conteúdo.
Perfil da criança	Inicialmente bebê, depois ampliado até 5 anos.	Mesma mudança de perfil pela espera longa.	Decisão harmoniosa e sem conflitos; ampliação para até 5 anos e 10 meses.	Consenso sobre ampliação do perfil e adaptação às condições.	Nenhuma diferença relevante.
Tempo de espera	Ansiedade intensa no início; consulta frequente ao SNA; autorregulação posterior.	Esperança constante; momentos de desânimo; disciplina para não deixar ansiedade atrapalhar.	Relato de redução da ansiedade e controle das consultas.	Reconhecimento da ansiedade inicial e posterior controle.	Samuel verbaliza mais a oscilação entre ânimo e desânimo; Pedro relata mais o controle adquirido.
Medos e inseguranças	Medo da adaptação mútua; cautela com grupos de irmãos.	Medo de não se adaptar ou de não corresponder; início com um filho só.	Ansiedade inicial nas avaliações (“borboletas na barriga”).	Reconhecimento de que a adaptação será um desafio.	Pedro enfatiza mais a adaptação da criança a eles; Samuel menciona adaptação recíproca.

Preparação material	Adiada para evitar frustrações; será personalizada para a criança.	Mesma postura prática e personalizada.	Não discutido diretamente, mas coerente com individuais.	Pragmatismo na preparação.	Nenhuma diferença relevante.
Projeto educativo	Valoriza transmissão de valores e formação cidadã.	Mesma prioridade; importância de criar um cidadão honesto e responsável.	Não abordado diretamente, mas implícito na visão conjunta de parentalidade.	Centralidade da educação e valores na parentalidade.	Samuel enfatiza mais a herança de valores familiares humildes; Pedro foca mais no impacto positivo futuro.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na análise fenomenológica proposta por Martins e Bicudo (1989). Nota: Esta tabela apresenta de forma comparativa as entrevistas individuais e a entrevista conjunta do casal 3, destacando o roteiro das entrevistas individual e conjunta. O quadro evidencia convergências e diferenças entre cada cônjuge, contribuindo para a compreensão do fenômeno pesquisado.

De acordo com os resultados obtidos, constatou-se que a trajetória do casal 3 rumo à adoção é marcada por estabilidade conjugal, planejamento ético e ajustamento contínuo das expectativas. O casal afirmou que o desejo de adotar surgiu gradualmente, à medida que a relação se consolidava, conforme as falas a seguir:

Veja só, nós já estamos casados há dez anos. No início a gente morava junto, depois a gente foi e oficializou nossa união. Estava com dois anos mais ou menos que a gente tinha casado. Aí assim, a ideia de adotar uma criança partiu de nós dois, no início a gente nem pensava, nem comentava sobre isso, mas com o tempo, a gente foi vendo que a nossa relação realmente era algo sério, duradouro, e a gente começou a sentir essa necessidade de ter um filho, pois família já somos (Pedro).

Tanto eu quanto ele tinha vontade de adotar uma criança, então, os dois deram o pontapé inicial. Sabe, a gente conversava muito sobre isso e deu certo. Estamos aí (Samuel).

As falas destacadas, sugerem que para Pedro e Samuel, a parentalidade é percebida como prolongamento natural da união, enquanto expansão afetiva do que já é vivido, e não como reparação ou substituição. Nesse contexto, a compreensão fenomenológica, nos leva a entender que a experiência adotiva vivida pelo casal, revela-se como fenômeno existencial ancorado na afetividade partilhada, na escuta mútua e na construção de sentido ao longo do tempo.

Ou seja, com base em Merleau-Ponty (2018), entende-se que o desejo de adotar partilhado pelo casal, não surge como resposta a uma carência, tampouco como imposição a modelos externos, mas se configura como um movimento intersubjetivo encarnado, um gesto de abertura

ao outro que se origina no corpo vivido da convivência amorosa. Dessa forma, fazendo um paralelo com produções científicas que versam sobre adoção de crianças e adolescentes, alguns autores têm sugerido que o projeto adotivo de casais heterossexuais comumente ocorre após sucessivas tentativas de gestação biológica, que culminam no diagnóstico de infertilidade (Dance; Farmer, 2014; Kohn-Wilbridge *et al.*, 2021; Wasen; Parizotto, 2017).

Paralelo a isso, com base na experiência da pesquisadora como membro de uma equipe técnica do Judiciário, observou-se que há casais interessados em adotar não apenas por motivos ligados à infertilidade, mas por diferentes motivos. Nesse sentido, algumas pessoas optam por essa alternativa para atender ao desejo do parceiro ou para atender às expectativas da família e da sociedade.

Nesse cenário, diferentemente dos pretendentes heterossexuais, a experiência de Pedro e Samuel sugere que, a decisão pela adoção ocorreu simplesmente pelo desejo de possuir filhos e ampliar a família, tendo em vista a impossibilidade de gestar ou dificuldades em recorrer a métodos clínicos de fertilização. Ademais, a experiência do casal mostra que os casais homoafetivos constroem os seus projetos de adoção de maneira diferente, pautada no tempo de convivência, no diálogo e no companheirismo. Esse movimento, revela independência e coesão conjugal, evidenciando que a adoção é, antes de tudo, um projeto do núcleo afetivo formado pelo casal.

É importante ressaltar que desde o início, houve no projeto adotivo de Pedro e Samuel clareza quanto a escolha pela adoção legal, traduzindo num compromisso ético-jurídico com o processo de adoção em trâmite. Conforme a fala de um cônjuge:

A gente se considera uma família, em duas pessoas, somos casados como qualquer família. Só que a gente tinha essa necessidade de ter um filho. Então, a gente pensou por esse meio de adoção, em nenhum momento a gente pensou em, por exemplo, burlar e tentar ir por outros meios que não sejam legais (Pedro).

Destarte, convém destacar o contato do casal com a equipe técnica, especialmente com a assistente social, o qual foi permeado por acolhimento e clareza. Nesse sentido, o recorte da fala de um cônjuge revela que o acolhimento é interpretado como elemento central para a confiança e tranquilidade no processo:

[...] vejo alguns casais não só homoafetivos, mas hetero também, falar das dificuldades que encontram nas comarcas. Mas nós tivemos um apoio que, meu Deus do Céu! A pessoa da assistente social! Olha, eu vou dizer uma coisa para você, a gente se sentiu acolhido, todas as dúvidas que nós tínhamos foram tiradas. Olha desde a moça da recepção que nos recebeu para a gente chegar na sala dela, foi assim uma

XXXX atenção incrível. Não sentimos dificuldades, não sentimos constrangimento em nenhum momento, nada. Olha, nós fomos muito bem recebidos (Pedro).

Vale enfatizar que, na experiência de Pedro e Samuel, o espaço institucional, frequentemente visto por outros casais como distante, para eles, é percebido como um corpo-outro que apoia, orienta e torna o processo de adoção mais acessível. Isso fica evidente quando o casal menciona a presença atenta da assistente social, cuja atuação os tem ajudado a se ver como sujeito legítimo da parentalidade, confirmando o direito à filiação por meios não hegemônicos. Ainda na entrevista, Samuel enfatizou: “A assistente social abriu nosso coração. Ela é famosa. As primeiras orientações foram em relação à documentação, e assim, a gente recebeu todo o apoio que a gente pôde”. O trecho dessa fala deixa claro que essa relação contribuiu significativamente para minimizar o nervosismo natural da avaliação psicossocial, descrito por Samuel como “borboletas na barriga”. Essa metáfora expressa, em consonância com o pensamento de Merleau-Ponty (2018), o caráter ambíguo da emoção, unindo ansiedade e encantamento diante do novo.

A avaliação psicossocial, conduzida pela equipe técnica do Judiciário e prevista no Art. 197-C do ECA, permanece como uma das etapas que gera maior ansiedade nos pretendentes à adoção. Especialmente em processos envolvendo candidatos homoafetivos, é imperativo que o profissional atue livre de estigmas e preconceitos pessoais, garantindo que tais vieses não comprometam a imparcialidade do relatório. Desse modo, caso identifique resistências subjetivas quanto à identidade sexual dos adotantes, orienta-se que o técnico busque suporte por meio de psicoterapia e supervisão profissional (Silva *et al.*, 2020; Silva; Macedo, 2022).

Nesse contexto, apesar de não existir vivências explícitas de discriminação no judiciário e na sociedade, Pedro e Samuel demonstram consciência das vulnerabilidades sociais que atravessam a parentalidade homoafetiva. Com isso, o casal passou a adotar uma postura protetiva e sensível diante da possibilidade de preconceito, conforme ressaltou um cônjuge, cuja fala foi complementada pelo esposo, que falou a respeito de caso o filho que esperam venha a sofrer preconceitos da sociedade:

Eu nunca tive problema com preconceito em relação a minha orientação sexual, porque nunca sofri bullying, e assim, é normal. Até mesmo a gente não externaliza, por exemplo, para vizinhos, para a sociedade, que estamos inscritos para adoção. Então, é algo nosso, da nossa família, que é o que importa, porque se um dia a gente faltar, quem vai cuidar dos nossos filhos é a nossa família (Pedro).

[...] pode ser que sim, porque é uma coisa que está na cabeça de outras pessoas, que é anormal ter dois pais. Mas na nossa cabeça é normal, não tem nada a ver. Não tem nada de diferente, porque o amor que dois homens ou duas mulheres podem dar a uma criança, um casal hetero talvez não dê, entendeu? (...) as pessoas podem falar: ‘Olhem

o filho dos dois gays’, mas aí a gente vai sentar, vai conversar e preparar nosso filho para enfrentar também (Samuel).

Para finalizar essa discussão, é importante salientar que a experiência vivida por Pedro e Samuel é claramente marcada por emoções e sentimentos que oscilam entre entusiasmo e ansiedade, esperança, cautela, medo e confiança. Assim, de acordo com a abordagem fenomenológica de Merleau-Ponty (2018), pode-se afirmar que cada emoção sentida pelo casal se manifesta fisicamente no corpo e se apoia na intersubjetividade, formando uma maneira única de experienciar o tempo e o espaço durante a espera pela adoção.

5.4 Casal 4 – A espera marcada pela consciência social e pela resignificação da ansiedade

As duas últimas tabelas a seguir incluem as entrevistas feitas com o casal 4, Vera e Helena. As tabelas têm como objetivo simplificar a compreensão da análise fenomenológica, da mesma forma que foi feito com os outros casais envolvidos no estudo. Desse modo, a Tabela 9 apresenta os núcleos de sentido e as emoções e sentimentos que sintetizam a vivência do casal durante o período de espera da adoção, ao passo que a Tabela 10 inclui os conteúdos referentes tanto às entrevistas individuais quanto às realizadas com o casal, destacando as semelhanças e diferenças experimentadas durante a espera pela adoção.

Tabela 9 – Análise Fenomenológica conjunta do Casal 4

Trecho de fala	Unidade de significado	Sentidos vividos	Emoções implícitas	Síntese descritiva + Interpretação fenomenológica
“De início, pensávamos de zero a dois anos... depois colocamos de zero a cinco.”	Ampliação do perfil etário após reflexão.	Abertura para incluir crianças pouco aceitas socialmente.	_____	A mudança no perfil rompe expectativas iniciais e incorpora um olhar inclusivo para crianças menos procuradas (Merleau-Ponty, 1999).
“Foi uma escolha nossa... não pedimos opinião de familiares ou amigos.”	Autonomia na definição do perfil.	Preservação da decisão no espaço íntimo do casal.	Independência; autoconfiança.	O projeto parental se constrói como expressão da subjetividade compartilhada, sem mediação externa.
“Aceitávamos doenças tratáveis... mas começamos a receber casos impossíveis para nossa realidade.”	Ajuste do perfil de saúde pela experiência concreta.	Confronto entre desejo de acolher e condições objetivas de cuidado.	Sufrimento; tristeza; frustração.	A experiência de propostas inviáveis leva a redefinição dos limites, equilibrando desejo e viabilidade.

“Não vou tirar a criança de um lugar com todo atendimento para trazer para uma cidade sem recursos.”	Ética do cuidado responsável.	Reconhecimento das necessidades de saúde da criança como prioridade.	Compaixão; preocupação.	A recusa é vivida como proteção da criança, acima da realização pessoal.
“Tem muita gente romantizando a adoção... não estão preparadas para receber uma criança totalmente diferente.”	Crítica à idealização do processo adotivo.	Valorização da preparação realista.	_____	O discurso desconstrói fantasias sociais, reafirmando a necessidade de maturidade emocional no acolhimento.
“Nós fomos muito bem recebidas... não foi difícil providenciar a documentação.”	Acolhimento e agilidade na etapa inicial.	Experiência institucional positiva.	Alívio; satisfação; segurança.	O contato inicial com a equipe técnica reforça confiança e motivação para prosseguir.
“Antes da avaliação ficamos ansiosas... mas foi muito tranquilo.”	Expectativa de julgamento substituída por acolhimento.	Desconstrução de receios prévios.	Ansiedade; alívio.	A avaliação é vivida como oportunidade de diálogo, não como ameaça.
“O curso preparatório foi bom, mas deixou muito a desejar... não falaram que a entrega voluntária pode ser revertida.”	Reconhecimento de lacunas na formação oferecida.	Percepção de que informações críticas são omitidas.	Frustração; insatisfação.	A incompletude das orientações limita a autonomia informada dos pretendentes.
“A gente já subiu de posição na fila... quando chegar a hora, as pernas tremem.”	Expectativa intensa diante da aproximação da chamada.	Vivência física e emocional da espera.	Ansiedade; esperança; tensão; medo.	O tempo de espera é corporificado em reações físicas, revelando sua carga afetiva (Merleau-Ponty, 1999).
“O que me conforta na demora é que evita adoções precipitadas.”	Reinterpretação positiva da espera.	Compreensão da burocracia como proteção.	Cautela.	A demora é ressignificada como filtro necessário para garantir preparo e estabilidade.
“Temos um idoso acamado e o João... não participamos sempre do grupo de apoio.”	Conciliação entre múltiplos cuidados e demandas do processo.	Gestão de prioridades familiares.	Senso de responsabilidade.	A realidade doméstica influencia a participação em espaços formais de apoio.
“Vejo muita besteira no grupo... vontade de dizer para parar de romantizar.”	Distanciamento crítico de discursos idealizados.	Defesa de visão pragmática da adoção.	Irritação; insatisfação.	A recusa a participar de narrativas fantasiosas afirma um posicionamento ético-prático.

“A equipe sempre está disponível... sentimos falta da Psicóloga.”	Valorização do vínculo com profissionais específicos.	Importância do acolhimento continuado.	Gratidão; afeto; nostalgia.	A relação de confiança se vincula a pessoas concretas, reforçando a dimensão intersubjetiva do processo.
---	---	--	-----------------------------	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na análise fenomenológica proposta por Martins e Bicudo (1989). Nota: Esta tabela enfatiza trechos de falas, unidades de significado e sentidos vividos, que correspondem às etapas da descrição e análise ideográfica. As emoções e sentimentos implícitos correspondem a análise nomotética. A síntese descritiva juntamente com a interpretação fenomenológica corresponde ao metatexto inspirado em Merleau-Ponty (2018).

Tabela 10 – Comparativo das entrevistas individuais e conjunta: dimensões, emoções e sentimentos na espera pela adoção (Casal 4)

Roteiro da entrevista	Entrevista Individual – Vera	Entrevista Individual – Helena	Entrevista Conjunta	Convergências	Diferenças / Ênfases
Motivação para adotar	Desejo antigo, influenciado pela própria experiência como filha adotiva; projeto pensado antes do casamento; inclui guarda e futura adoção de sobrinho e plano de inseminação.	Vontade presente desde cedo devido a histórico familiar de adoção; decisão reforçada pelo relacionamento; também considera inseminação como via complementar.	Decisão consensual, sem divergências, construída de forma autônoma; definição inicial do perfil seguida de ampliação.	Ambas associam a decisão a experiências pessoais e à estabilidade da relação; abertura para múltiplas formas de parentalidade.	Vera enfatiza vínculo com própria história de adoção e múltiplos projetos simultâneos; Helena destaca naturalidade do tema na família e fortalecimento da vontade pelo relacionamento.
Apoio familiar	Apoio positivo da mãe; amigos próximos participam e aguardam ansiosamente notícias; sobrinho envolvido nas conversas sobre adoção.	Apoio familiar naturalizado pelo histórico de adoção; presença de casos diversos na família reforça aceitação.	Não abordado de forma direta, mas implícito no fortalecimento mútuo e na autonomia da decisão.	Apoio visto como elemento de segurança e validação social.	Vera destaca participação ativa de amigos e impacto positivo no núcleo familiar; Helena enfatiza normalidade e aceitação natural.
Preconceito e proteção	Não sofreu preconceito direto; relata episódio de discriminação contra sobrinho (homoparentalidade); prepara o filho para enfrentar possíveis discriminações.	Situações pontuais de preconceito contra o sobrinho; foco na orientação para lidar com diferentes tipos de família e na	Reconhecem que preconceito pode ocorrer; reforçam Preparo emocional e educativo para enfrentamento.	Compromisso com a proteção da criança e fortalecimento identitário.	Vera enfatiza vivências concretas de preconceito social e racial; estratégias de orientação e construção de resiliência.

		formação de consciência crítica.			
Relação com a equipe técnica	Acolhimento e disponibilidade constantes; confiança construída no contato frequente.	Experiência positiva e acolhedora; destaca clareza e apoio nas orientações.	Alto nível de acolhimento e atenção; vínculo com profissionais específicos (Sheila e Thamires).	Confiança e satisfação com o suporte institucional.	Vera valoriza acolhimento e prontidão; Helena ressalta clareza das orientações e vínculo interpessoal.
Curso preparatório	Considera útil, mas aponta falhas na divulgação prévia de informações sobre adoção; critica falta de clareza sobre temas relevantes.	Avalia como positivo e esclarecedor; reconhece importância para orientar outros sobre adoção legal e ilegal; aponta lacunas informativas.	Reconhecem relevância do curso, mas indicam que informações cruciais, como reversão de entrega voluntária, não foram abordadas.	Concordam que o curso é fundamental, mas que precisa de maior profundidade em alguns temas.	Vera enfatiza a dificuldade de obter informações antes do curso; Helena destaca a utilidade para orientar terceiros e a necessidade de mais detalhes.
Perfil da criança	Inicialmente bebê; ampliado para 0-5 anos; restrições relacionadas a doenças de difícil tratamento no contexto local.	Mesmo processo de ampliação; abertura a condições tratáveis; reflexões sobre ajustes de perfil ao longo do tempo.	Decisão consensual e sem conflitos; ajustes baseados na viabilidade de cuidados e no contexto da cidade; crítica à romantização da adoção.	Concordância sobre perfil amplo, com restrições por questões práticas e de saúde.	Vera enfatiza a impossibilidade logística de cuidar de casos complexos; Helena reforça postura crítica contra idealizações e amplia discussão sobre diversidade física e racial.
Tempo de espera	Dois anos na fila; ansiedade elevada em casos de recusa por perfil; sofrimento por não poder acolher determinadas crianças; visão crítica sobre falhas no SNA.	Um ano e meio na fila; reflexão sobre possíveis ajustes no perfil; ansiedade equilibrada pela prioridade atual de cuidar do sobrinho; Conciliando com planos de inseminação.	Monitoramento periódico da posição no SNA; ansiedade física e emocional; ambivalência entre críticas à demora e reconhecimento de sua função protetiva.	Reconhecimento da ansiedade e da necessidade de controle emocional; percepção de que a espera também filtra pretendentes despreparados.	Vera relata maior impacto emocional da recusa; Helena traz exemplo concreto de devolução como justificativa para a espera.

Medos e inseguranças	Sufrimento por recusar crianças; medo de rejeitar novamente; preocupação com adaptação mútua.	Preocupação com eventuais ajustes no perfil; atenção à adaptação e à disponibilidade real de cuidados.	Ansiedade inicial nas etapas de avaliação; tranquilidade após experiências positivas com a equipe técnica.	Adaptação percebida como desafio importante e compartilhado.	Vera foca na dor da recusa; Helena no cuidado em manter critérios coerentes com a realidade do casal.
Preparação material	Quarto e enxoval preparados; compras e planejamento feitos antes da chegada; personalização prevista conforme a criança.	Enxoval preparado há anos, iniciado para criança que não foi adotada; mantém planejamento para ambos os sexos.	Preparação não discutida em detalhe, mas coerente com relatos individuais.	Antecipação material como expressão de prontidão afetiva.	Helena detalha mais o histórico e diversidade do enxoval; Vera foca no preparo prático recente.
Projeto educativo	Centralidade na formação ética e cidadã; educação como legado principal.	Desejo de criar filho honesto, do bem, valorizando caráter mais que bens materiais.	Não abordado diretamente, mas presente na visão crítica sobre preparo para a vida.	Educação e valores como pilares da parentalidade.	Vera enfatiza papel social da educação; Helena reforça honestidade e integridade moral como essência.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na análise fenomenológica proposta por Martins e Bicudo (1989). Nota: Esta tabela apresenta de forma comparativa as entrevistas individuais e a entrevista conjunta do casal 4, destacando o roteiro das entrevistas individual e conjunta. O quadro evidencia convergências e diferenças entre cada cônjuge, contribuindo para a compreensão do fenômeno pesquisado.

A análise cruzada das entrevistas realizadas com Vera e Helena revelou que a motivação para adotar está enraizada em experiências biográficas singulares, encontrando no vínculo conjugal seu principal ponto de consolidação. Para Vera, a decisão é atravessada pela própria história de vida por ter sido adotada, o que imprime ao projeto parental um sentido de continuidade afetiva, conforme destacou:

Eu sempre tive um sonho de adotar, independentemente de estar com ela ou não. Eu sempre quis, até porque sou adotada [...] então, quando a gente se conheceu, a gente discutia sobre vários assuntos, e nessa discussão a gente teve interesse também de entrar na fila de adoção, de ter uma criança adotada para poder dar carinho e muito amor, eu sempre digo isso (Vera).

Nesse contexto, sua esposa, Helena, afirmou que o seu desejo de adotar surgiu do contato precoce com histórias de adoção na família e se intensificou a partir da relação amorosa, na qual a perspectiva de formar uma família se tornou concreta. Na sua fala, ela revelou:

Olha, na minha família tem casos de adoção legal e ilegal, e assim, a ideia de adotar uma criança sempre foi uma vontade que eu tive. Mas nunca foi, tipo, meu sonho. Mas aí, depois que a gente se conheceu há oito anos, ela falou que um dia queria poder adotar. Aí eu, ah, eu também. Então, foi uma coisa nossa, uma vontade tanto minha quanto dela (Helena).

Com efeito, observou-se que a decisão de Vera e Helena pela adoção é reafirmada como consensual e autônoma, construída sem interferências externas. Esse alinhamento reforça a noção de Merleau-Ponty (2018) de que o projeto parental emerge do “tempo vivido” (*temps vécu*), no qual passado, presente e futuro se entrelaçam na constituição do sentido. Isso sugere que a adoção, enquanto projeto existencial do casal, vem sendo construída na liberdade afetiva e na responsabilidade ética.

Nesta perspectiva, entende-se que o percurso do casal é atravessado por ajustes realistas no perfil da criança, refletindo um equilíbrio entre desejo e viabilidade de cuidados. Em vista disso, sobre a escolha do perfil, Kohn-Willbridge *et al.* (2021), destacam que o processo adotivo mobiliza emocionalmente os pretendentes na transição para a parentalidade, sobretudo para aqueles que optam pela adoção legal. Estes autores destacam que a escolha do perfil do filho ou filha desejados muitas vezes ocorre mediante pressões externas advindas de familiares e amigos, o que não ocorreu no percurso da habilitação para adoção de Vera e Helena. Por outro lado, autores como Dance e Farmer (2014) sugerem que as experiências vivenciadas por casais adotantes são únicas e muito variadas, tendo em vista as subjetividades e individualidades serem diferentes, assim como as emoções e sentimentos que emergem nas etapas do processo adotivo.

Diante desse cenário, verificou-se que na vivência do casal 4, o tempo de espera é vivido com ambivalência, enquanto fonte de ansiedade e, ao mesmo tempo, percebido como proteção contra adoções precipitadas. Na entrevista conjunta, uma das parceiras enfatizou:

A gente costuma a cada quinze dias dá uma olhada no sistema (SNA). A gente tava na décima terceira posição, hoje a gente tá na nona. E no estado é bem mais rápido [...] aí eu, aí meu Deus, chega as pernas tremem, sabe? Meu Deus, será? Será que já nasceu o meu filho? O que será que tá passando? Dá uma angústia danada. Demora demais (Vera).

De fato, constatou-se que o casal reconhece e compartilha os sentimentos vivenciados, tendo em vista a cumplicidade existente nos momentos de reflexão, o que as tem levado a controlar a ansiedade, entendendo que adoções precipitadas, ou até mesmo ilegais podem trazer problemas futuros para elas ou para a criança. Diante disso, ao falar de um casal que devolveu um bebê, uma das participantes relatou:

Sabe o que me conforta nessa demora? É porque eu não romantizo realmente a adoção. Uma amiga que mora noutra cidade, falou assim por alto, que um casal de lá entrou na fila da adoção, passou anos esperando e quando conseguiu o bebezinho devolveu. Ela falou que todo mundo é revoltado na cidade porque o casal justificou que devolveu o bebê porque fazia muito cocô. Meu Deus. Essas pessoas não tavam preparadas né? [...] então, nessa parte, eu acho importante a demora. É o que me conforta (Helena).

Nesse interim, é importante destacar que o casal já passou pela etapa da habilitação para adoção e se encontra no momento crucial da espera, aguardando o andamento da fila do SNA. Assim, a literatura tem demonstrado que a etapa mais demorada para a adoção ocorrer é sem dúvida a espera no SNA, que ao contrário da habilitação, inexistente a previsibilidade de ser finalizada. Isso decorre do perfil de criança escolhido pelos pretendentes, tendo em vista a maioria optarem por escolher crianças mais novas ou bebês (Levizon; Lisondo, 2018; Schwochow; Frizzo, 2021; Wasen; Parizotto, 2017).

Mesmo diante das evidências indicadas acima, Vera e Helena, preferiu escolher um perfil estendido de criança até cinco anos, o que facilita a chegada do filho desejado a qualquer momento, muito embora elas não se sintam preparadas para a adoção de crianças que demandam maiores cuidados. Nesse caso, estamos falando das adoções necessárias e tardias, ou seja, aquelas em que os adotandos são crianças preteridas, que vivem nos abrigos por serem mais velhas, muitas delas pertencentes a grupo de irmãos ou por apresentarem problemas de saúde e condições especiais que demandam cuidados intensivos dos seus adotantes (Matos; Saraiva, 2025).

Ainda sobre a espera pela adoção, observa-se na experiência de Vera e Helena, a preparação material, embora represente o desejo e a prontidão para a chegada da criança, não ocupa o primeiro plano. Dessa maneira, o que ganha centralidade é o legado ético e afetivo, compreendido como a base que sustenta a experiência da parentalidade adotiva. Assim, conforme a fala de uma das participantes:

Bom, inicialmente a gente tinha uma criança que vinha para a gente de maneira ilegal. Imagina, a gente realmente não sabia que era ilegal. Então, a filha que espero por adoção já tem um enxoval inteiro, um enxoval enorme, você não tem noção. A gente tem há quatro anos esse enxoval [...] A gente não ficou com a menina, porque antes disso ficamos sabendo que seria ilegal [...] e já faz quatro anos que a gente tem tudo o que uma criança precisa [...] Eu não costumo pensar muito sobre o que quero para meu filho, eu quero muito [...] tanto menina quanto menino, mas eu gostaria muitíssimo que viesse uma menina, mas talvez se vier um menino eu vou ficar muito feliz [...] eu quero que ela seja muito feliz, que seja uma pessoa boa e acima de qualquer coisa, que seja honesta, sabe? A honestidade para mim faz toda a diferença (Helena).

Nesse contexto, ampliando a compreensão fenomenológica, merece destaque o apoio familiar recebido pelo casal enquanto pilar fundamental para a segurança existencial,

legitimando a decisão e reforçando a confiança no caminho escolhido. Esse apoio tem sido fundamental no emponderamento de Vera e Helena, que segue enfrentando os preconceitos sociais relacionados a homoparentalidade, visto que, para elas, a estratégia comum é preparar o filho que esperam no sentido de fortalecer sua identidade e autoestima numa atmosfera de orientação e afeto. De fato, o casal destacou:

[...] essa questão de a gente sofrer homofobia, rapaz, eu acho que a gente já deve ter sofrido; é porque às vezes alguém solta uma piada [...] a gente tem a guarda de um sobrinho e quando a gente foi matricular ele, o pessoal da escola foi bem rígido com a gente, porque o menino é adotado, é negro, é filho de duas mães, enfim (Helena).

Quando nosso sobrinho chegou, a gente foi pesquisar a questão da matrícula e mensalidade em uma das escolas mais renomadas aqui. E eles não receberam muito bem a gente, nos olharam com outros olhos [...] eu acho que talvez, não sei se é por conta de a gente ser um casal homoafetivo, mas também é social. Então essa escola a gente isolou a parte. E essa outra escola que o sobrinho está estudando, que eu espero que nossos filhos, que Deus nos permita, todos irão para essa escola, porque essa acolheu muito bem (Vera).

Em vista disso, os recortes de falas destacados revelam a postura das entrevistadas, convergindo com o que Merleau-Ponty (2018) descreve como a dimensão intersubjetiva da existência. Essa dimensão envolve a experiência do encontro com o outro, podendo resultar tanto em reconhecimento quanto em exclusão. Isso é frequentemente observado no enfrentamento das famílias homoafetivas perante a sociedade.

No âmbito da homoparentalidade, observa-se que as configurações familiares formadas por casais do mesmo sexo ganharam centralidade nas pesquisas científicas contemporâneas. Esse fenômeno é impulsionado pelo aumento das uniões homoafetivas, que, consequentemente, ampliou os índices de adoção. Tal cenário é o reflexo de uma trajetória histórica de mobilização social, resultando em marcos jurídicos decisivos e avanços progressivos no sistema de justiça.

Em contraponto, ainda persistem na sociedade preocupações infundadas quanto aos filhos de casais homoafetivos, conforme aconteceu com o casal 4, diante da matrícula de um sobrinho numa escola tradicional. Tais inquietações frequentemente ecoam no imaginário dos adotantes, manifestando-se como um temor persistente em relação ao estigma e ao julgamento social que ainda permeiam a adoção por casais homoafetivos (Silva; Macedo, 2022; Melletti; Scorsolini-Comin, 2015).

Outra questão relevante observada na experiência do casal diz respeito a relação positiva com a equipe técnica, marcada por acolhimento, clareza nas orientações e disponibilidade para o diálogo, aspectos que tem favorecido a redução da ansiedade do período de espera, e consequentemente a confiança no processo. Essa vivência do casal demonstra que, no campo

da adoção, as relações institucionais também se configuram como corpos que se encontram, atravessados pela reciprocidade e pela abertura ao outro (Merleau-Ponty, 2018).

Diante desse cenário, estudos sobre adoção tem destacado a relação dos pretendentes com a equipe técnica, apontando que durante o período de avaliação psicossocial costuma ocorrer um maior desgaste emocional em razão do caráter invasivo das abordagens. De fato, é frequente que os pretendentes sintam medo do julgamento e da reprovação, em função de suas próprias inseguranças (Porta *et al.*, 2019; Schwochow; Frizzo, 202).

Nesse sentido, ressalta-se a importância de que os profissionais estejam preparados para conduzir o processo avaliativo de forma adequada, pautando-se pela abertura e pela empatia, como tem ocorrido com as profissionais da equipe onde Vera e Helena estão inscritas. Essa postura técnica não apenas qualifica o estudo psicossocial, mas assegura o exercício do direito fundamental à convivência familiar, desconstruindo barreiras que, historicamente, impediam que casais homoafetivos fossem avaliados com a mesma equidade conferida aos demais pretendentes.

Em suma, é pertinente destacar que os medos e inseguranças que marcam o tempo de espera de Vera e Helena apresentam-se mesclados com sentimentos de preocupação, adaptação mútua e sofrimento causado por recusas, especialmente quando resultam na exclusão de crianças por motivos de doenças ou deficiências. Essa tensão entre o desejo de ser mãe e as condições reais de concretizá-lo evidencia a ambivalência vivida durante o período de espera, já mencionada anteriormente. Com efeito, como aponta Merleau-Ponty (2018), esse tempo não se resume à passagem cronológica, mas constitui uma experiência existencial que molda a maneira como o casal vivencia esse processo.

5.5 Síntese nomotética: algumas considerações

A transição da análise ideográfica para a análise nomotética possibilitou revelar a estrutura do fenômeno da espera pela adoção por casais homoafetivos, indo além das individualidades em busca das essências comuns. Nessa perspectiva, de acordo com o pensamento de Merleau-Ponty (2018), o corpo próprio desses casais habita um tempo e um espaço carregados de intencionalidade, onde a subjetividade se entrelaça com a objetividade institucional.

Nesse contexto, os sentimentos e as emoções de maior recorrência elencados na Tabela 2, no início deste capítulo, como alívio, confiança, esperança, gratidão, independência, satisfação, segurança, medo e preocupação, não surgem como estados isolados, mas como um

modo de ser na espera. Com efeito, a análise revelou uma estrutura dialética onde, por um lado, o medo e a preocupação refletem as incertezas do tempo institucional e social e, por outro, a confiança e a esperança atuam como âncoras existenciais. Nota-se que, embora sentimentos como expectativa e pertencimento tenham aparecido com menor incidência, eles compõem a franja da experiência, enquanto o alívio e a satisfação marcam a conclusão de etapas burocráticas, ressignificando o presente.

É importante ressaltar que a predominância de afetos como gratidão, independência e segurança é particularmente significativa na esfera homoafetiva. Estes dados indicam que, apesar das tensões externas, o espaço de cada casal constitui-se como um campo de forças sólido. A segurança aqui não é apenas mútua, mas refere-se à conquista de um lugar legítimo na estrutura familiar. Além disso, a esperança surge como um elemento de alteridade e transcendência, no qual o casal projeta sua existência na direção da criança que virá, estabelecendo um laço pré-objetivo antes mesmo do encontro físico.

Por outro lado, a gratidão manifesta-se como o reconhecimento do suporte institucional, revelando que o atendimento da equipe técnica do Judiciário é percebido não como um rito burocrático impessoal, mas como um campo de acolhimento que legitima e viabiliza o projeto familiar. Dessa forma, a gratidão atesta a intersubjetividade presente no processo: o casal se sente visto e amparado em sua dignidade pelas figuras profissionais que operam o sistema.

Efetivamente, a experiência emocional desses casais é uma experiência de reversibilidade. Nesse sentido, a análise nomotética possibilitou afirmar que a espera não se configura como um vazio cronológico, mas como um fenômeno carregado de significado, sendo a afetividade o elemento que liga o desejo da parentalidade à realidade do encontro. Outras afetividades, expressas de forma isolada por apenas um dos cônjuges e não integradas à síntese nomotética, conforme a Tabela 2, no início deste capítulo, reforçam a singularidade de cada trajetória, sem, contudo, descaracterizar a essência comum do grupo.

Portanto, para responder à questão levantada nesta pesquisa, é possível afirmar que a experiência das emoções e sentimentos durante a espera pela adoção configura-se como um exercício de paciência ontológica. Nessa circunstância, conforme postula Merleau-Ponty (2018), o homem é um projeto de mundo e, no caso desses casais, o projeto da parentalidade ressignifica o presente. Assim sendo, as unidades de sentido que emergiram desta investigação revelam como essa vivência transforma o tempo da espera em um movimento ativo de preparação e de construção de um novo “nós”.

5.6 Interseccionalidades e práticas institucionais: a complexidade do campo adotivo

A partir da análise das experiências relatadas pelos casais, torna-se evidente que a espera pela adoção não é um fenômeno isolado de outras variáveis sociais. Desse modo, ao observar o cotidiano desses pretendentes, participantes da pesquisa, percebe-se que marcadores como classe social e raça funcionam como filtros que suavizam ou acentuam as angústias do processo. Efetivamente, casais com condições socioeconômicas mais estáveis, com nível de instrução mais elevado e com tempo de união consolidado, por exemplo, parecem possuir um "amortecedor" emocional e material que lhes permite lidar com a morosidade do sistema de forma menos desestruturante, enquanto o recorte racial impõe uma camada de invisibilidade ou de maior escrutínio que não pode ser ignorada.

Nesse sentido, nota-se que uma união longa é frequentemente utilizada pelos casais como um escudo de legitimidade perante o sistema, como uma tentativa de compensar o estigma que a homoafetividade ainda pode carregar em setores mais conservadores das instituições. Com efeito, compreende-se que a interseccionalidade aqui não é um conceito abstrato, mas uma realidade pulsante que dita quem consegue esperar com resiliência e quem espera sob o peso da incerteza e da prova constante de sua capacidade de cuidar.

Nesse horizonte, a subjetividade dos pretendentes é mediada pelo modo como as instâncias de poder interpretam essas realidades. Assim sendo, embora os participantes desta pesquisa tenham relatado experiências positivas e acolhedoras junto às equipes técnicas do Judiciário, o que sinaliza avanços importantes no reconhecimento da homoparentalidade em certas comarcas, é preciso situar esses achados dentro dos limites desta investigação.

Dessa forma, a percepção de um atendimento isento de entraves pode estar associada ao capital socioeconômico e ao grau de instrução desses casais, que muitas vezes performam a estabilidade esperada pelo sistema da adoção e pela sociedade. Contudo, em uma perspectiva crítica e ampliada para o cenário nacional, não se pode ignorar que as práticas institucionais ainda são atravessadas por preconceitos estruturais que nem sempre se manifestam de forma explícita.

Assim, a neutralidade técnica pode, em outros contextos ou com perfis de pretendentes mais vulnerabilizados, mascarar um rigor seletivo que exige de casais homoafetivos uma perfeição parental superior à exigida de casais heterossexuais. Portanto, a experiência positiva relatada por este grupo pesquisado não anula a necessidade de vigilância constante sobre as seletividades do sistema, garantindo que o acolhimento dos servidores do Judiciário seja uma regra pautada na diversidade, e não uma exceção condicionada ao perfil dos adotantes.

6 DESCRIÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO

O produto técnico resultante da pesquisa-intervenção realizada com casais homoafetivos, consiste em uma cartilha intitulada “Emoções e Sentimentos no Caminho da Adoção: Guia para pretendentes LGBTQIAPN+”. Trata-se de um recurso informativo sobre o processo de habilitação para adoção, destinado a orientar casais homoafetivos e pessoas que não se identificam com a heterossexualidade. Seu propósito é garantir acesso qualificado à informação, fortalecer a cidadania e promover práticas inclusivas na adoção. Para isso, apresenta os fundamentos legais, as etapas psicossociais e jurídicas, além de fornecer orientações práticas para a inserção no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

A cartilha foi elaborada como um recurso informativo e de fácil acesso, capaz de promover o engajamento social ao integrar elementos psicossociais, educacionais e jurídicos. Nesse viés, sua criação se baseou em referenciais teóricos interdisciplinares que tratam da homoparentalidade adotiva e da adoção por minorias sexuais e de gênero. Esses referenciais conectam pesquisas sobre família, gênero, direitos humanos, políticas públicas de proteção infantil e a legislação brasileira referente à adoção.

No âmbito das discussões teóricas, autores internacionais, como Bosisio e Ronfani, (2015), abordam de maneira detalhada as diversas configurações familiares contemporâneas que estão inseridas no contexto da homoparentalidade. Essas reflexões contribuem significativamente para a compreensão aprofundada dos aspectos positivos da adoção de crianças e adolescentes, por casais homoafetivos e pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. Dessa forma, suas análises elucidam tanto os desafios quanto as vantagens advindas desse tipo de arranjo familiar, tornando o tema mais acessível e claro.

No cenário brasileiro, Bertocchi (2017), além de Ribeiro e Granato (2021), bem como Tannuri e Silva (2019), oferecem contribuições de grande relevância para o entendimento acerca da família homoparental. Esses pesquisadores examinam as lutas travadas pela população de diversidade sexual e de gênero, e aprofundam a discussão sobre as implicações dessas lutas nas políticas públicas, utilizando uma abordagem que leva em consideração tanto uma perspectiva histórica quanto uma análise sociopolítica.

No campo jurídico, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ou Lei n.º 8.069/1990, e as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), como a ADI 4277 e a ADPF 132 que abordam o reconhecimento da união estável entre pessoas homoafetivas como entidade familiar, são os principais destaques no eixo teórico central da cartilha. As resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também são notáveis, principalmente a Resolução n.º

175/2013, que assegura o casamento civil para casais homoafetivos, e a Resolução n.º 532/2023, que luta contra a discriminação em processos de adoção, guarda e tutela (Brasil, 1990, 2011a; 2011b; Conselho Nacional de Justiça, 2013; 2023b).

Este ordenamento jurídico, juntamente com as demais normas do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), assegura a possibilidade de adoção por indivíduos LGBTQIAPN+, independentemente de serem casados, estarem em união estável ou serem solteiros. Nesse aspecto, a legislação atual embasa o direito das diferentes configurações familiares de adotar em igualdade de condições.

Embora a lei brasileira permita a adoção por pessoas que não se identificam com a heterossexualidade, há uma grande lacuna na comunicação institucional. Em outras palavras, os órgãos judiciais e socioassistenciais fornecem orientações gerais, porém, raramente elaboram materiais específicos para famílias homoafetivas, levando em conta suas particularidades, questionamentos e vulnerabilidades.

Diante disso, essa carência de informações e orientações acentua as desigualdades simbólicas, uma vez que dificulta a compreensão dos direitos, alimenta os medos originados de experiências discriminatórias e desestimula a inclusão dessas pessoas no sistema. Assim, a cartilha ora elaborada preenche uma necessidade de informação especializada, acessível e atenta às demandas da comunidade LGBTQIAPN+, promovendo sua cidadania e contribuindo para práticas institucionais mais justas.

Outrossim, mesmo com os progressos legais e o reconhecimento judicial das uniões homoafetivas, a adoção na diversidade ainda enfrenta preconceitos, desinformação, inseguranças e barreiras simbólicas. Esses desafios estão ligados às ideologias promovidas pelo patriarcalismo ao longo dos séculos, cujas marcas ainda podem ser vistas na sociedade e nas instituições atuais (Ribeiro; Granato, 2021; Romanhol, 2013; Tognon; Hamparlam, 2013; Tombolato; Maia; Santos, 2019).

Nessa conjuntura, a pesquisa-intervenção realizada mostrou que poucos casais homoafetivos conhecem as etapas formais do processo de adoção e seus direitos à habilitação, além do trauma que eles carregam diante de enfrentar obstáculos culturais em ambientes institucionais. Além do mais, constatou-se a falta de materiais pedagógicos claros e específicos a respeito da adoção por casais homoafetivos e pessoas LGBTQIAPN+, o que torna o acesso à informação mais difícil e, como resultado, afasta potenciais adotantes.

Simultaneamente, informações do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) indicam que há muitas crianças e adolescentes em instituições que são elegíveis para adoção e aguardam a chance de serem acolhidos por uma família adotiva. Muitos desses acolhidos ficam

excluídos do processo de adoção em razão dos perfis restritivos definidos pelos adotantes, que estão relacionados à faixa etária, à condição de saúde ou ao fato de serem parte de grupos de irmãos (Gurgel, 2016; Porta *et al.*, 2019; Schwochow; Frizzo, 2021; Silva, 2021; Sousa, 2019). Assim, ao facilitar o processo de adoção para pessoas que não se identificam com a heterossexualidade, se amplia a garantia do direito de crianças e adolescentes de conviverem com suas famílias e comunidades. Nesse sentido, a elaboração de uma cartilha digital gratuita, replicável, que pode ser disseminada por meio de sites e redes de organizações LGBTQIAPN+ revela-se de grande importância social. Este material tem, portanto, como objetivo facilitar o acesso à informação, combater preconceitos, reforçar políticas de acolhimento e promover a inclusão, contribuindo para o crescimento do número de adoções de crianças e adolescentes na sociedade.

Em suma, a presente cartilha cumpre os requisitos de impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade definidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Por fim, a leitura do conteúdo do material proporcionará aos leitores uma perspectiva prática e inovadora para estimular a adoção de crianças e adolescentes no contexto da diversidade familiar. Espera-se, portanto, que esse material se torne uma ferramenta prática e de fácil uso no âmbito LGBTQIAPN+, auxiliando no progresso significativo das áreas discutidas.

6.1 Objetivos do produto técnico

O produto técnico (cartilha) elaborado, tem por objetivo geral orientar e informar casais homoafetivos e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ sobre o processo de adoção no Brasil, promovendo acesso adequado à informação, fortalecendo a cidadania e incentivando práticas inclusivas no contexto da adoção. A cartilha, nesse contexto, tem os seguintes objetivos específicos: informar sobre as bases legais que asseguram o direito à adoção por casais e indivíduos LGBTQIAPN+; destacar as etapas oficiais e o passo a passo do processo adotivo; e encorajar a participação dos pretendentes em programas de adoção.

Para atingir esses objetivos, a metodologia utilizada baseou-se em uma pesquisa qualitativa, que se apoia na revisão bibliográfica e consultas à legislação brasileira vigente, além da análise de protocolos de adoção, possibilitando fundamentar o conteúdo apresentado neste material técnico. A proposta da cartilha é, sobretudo, esclarecer cada um dos temas abordados de forma simples, clara e objetiva, com orientações práticas que estimulem os interessados em cada etapa do processo de adoção.

Dessa maneira, este produto técnico reúne conteúdo acessível e gratuito, que pode ser amplamente divulgado na comunidade, especialmente por meio de redes digitais, organizações da sociedade civil e órgãos públicos. Com efeito, é possível fomentar e incentivar a participação de casais homoafetivos e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ em programas de adoção de crianças e adolescentes.

Destarte, a cartilha busca contribuir para o fortalecimento de práticas inclusivas no âmbito da adoção, sensibilizando os profissionais que atuam nas áreas jurídica, psicossocial e socioassistencial para a diversidade de arranjos familiares. Sob essa ótica, iniciativas dessa natureza costumam incentivar uma prática profissional que esteja em consonância com os direitos humanos, a igualdade e a proteção integral de crianças e adolescentes.

6.2 Estrutura da cartilha

A elaboração do produto técnico se baseia nos fundamentos da fenomenologia existencial, proposta por Merleau-Ponty (1908-1961). Essa proposta metodológica contribui na compreensão da adoção não como um conceito abstrato, mas como uma experiência vivida e corporificada por potenciais adotantes LGBTQIAPN+. Dessa forma, procurou-se desmistificar no conteúdo da cartilha, estigmas, mitos e preconceitos ligados à homoparentalidade adotiva, ao passo que se fomenta a disseminação de informações claras, embasadas e socialmente aceitas sobre o processo de adoção.

Neste contexto, a cartilha foi desenvolvida de forma didática e gradual, empregando uma linguagem acessível e organizada em seções temáticas, o que facilita a leitura e a compreensão para diferentes públicos. Inicialmente, o material fornece uma contextualização sobre a diversidade familiar, seguida pela exposição dos principais fundamentos legais que asseguram esse direito no ordenamento jurídico brasileiro.

Em seguida, foi feita uma descrição sobre a possibilidade de adoção por todas as pessoas, englobando tanto indivíduos heterossexuais quanto aqueles que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+, desde que atendam aos requisitos exigidos, salientando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ademais, destacou-se o Decreto nº 8.727/16, a Resolução CNJ nº 270/18, atualizada pela Resolução CNJ nº 625/25, assim como o Provimento CNJ nº 149/23, os quais garantem o direito ao uso do nome social, mesmo que o pretendente que busca a adoção não tenha efetuado a retificação completa de sua documentação civil (Brasil, 1990; 2016; Conselho Nacional de Justiça, 2018; 2023a; 2025).

Continuando a organização da cartilha, foi abordado o procedimento a ser seguido para a obtenção da habilitação para adoção, ressaltando-se dicas e recomendações imprescindíveis. As orientações enfatizaram aspectos relevantes para a avaliação psicossocial, preparando os candidatos para lidar com questionamentos de cunho preconceituoso e para a visita domiciliar. Além disso, a cartilha destaca de maneira ilustrativa os mitos e verdades acerca da avaliação psicossocial, evidenciando que o processo de adoção pode ser vivenciado com serenidade e segurança.

Nessa perspectiva, o material elaborado contemplou a fila de espera no SNA, evidenciando que o sistema prioriza a permanência da criança ou adolescente em sua região de origem, ampliando o alcance das buscas em todo o território nacional para assegurar que o direito à convivência familiar seja concretizado o mais breve possível. Também, destacou-se as plataformas de busca ativa na internet, como sendo uma estratégia do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) direcionada aos acolhidos que permanecem por um período prolongado à espera de uma família, geralmente crianças ou adolescentes mais velhos, ou que fazem parte de grupos de irmãos ou apresentam deficiências e condições especiais de saúde.

Ainda sobre a estrutura do produto técnico, abordou-se o tema da ansiedade na espera, ressaltando recomendações para atravessar a espera pela adoção com equilíbrio, no intuito de evitar desestabilizações emocionais desnecessárias. A cartilha, finaliza com a relação da documentação exigida para o início do processo de habilitação à adoção, destacando contatos úteis, dicas de filmes, leituras e redes sociais onde os pretendentes poderão obter apoio e orientações adicionais.

Efetivamente, a cartilha possui um considerável potencial de uso em variados contextos, graças à sua linguagem compreensível e formato reproduzível. Ela pode ser empregada por organizações LGBTQIAPN+, serviços de assistência social, equipes técnicas dos Tribunais de Justiça, grupos de apoio à adoção e instituições de ensino. Além do mais, a divulgação em sites e redes sociais ajudará a expandir o alcance das informações, incentivando uma cidadania informada e reforçando a cultura da adoção no Brasil.

Outrossim, a cartilha pode ser utilizada como fundamento para a capacitação de profissionais que trabalham com famílias adotivas, principalmente no que diz respeito à variedade de configurações familiares. Além disso, poderá ser atualizada de acordo com alterações na legislação ou nas diretrizes do SNA, assegurando sua permanência como um instrumento útil e de importância social. Em síntese, o material elaborado é um produto técnico que não só orienta, mas também ajuda a combater estigmas, aumentar o acesso à informação e

promover a igualdade de direitos, reforçando práticas institucionais mais inclusivas e que respeitam os direitos humanos.

6.3 Processo de construção da cartilha

A elaboração da cartilha é justificada pela necessidade de criar um recurso técnico-científico que se comunique diretamente com as necessidades de casais homoafetivos e pessoas LGBTQIAPN+ interessadas em adoção, levando em conta os obstáculos simbólicos, informacionais e institucionais que ainda existem nesse processo no Brasil. Apesar de o ordenamento jurídico garantir formalmente o direito à adoção em igualdade de condições, ainda existem lacunas no acesso à informação qualificada, além da falta de materiais específicos que abordem as particularidades da população que não se identifica com a heterossexualidade. Assim, o produto técnico se apresenta como uma resposta técnica e socialmente embasada, objetivando democratizar o conhecimento, promover a cidadania e combater as desigualdades historicamente estabelecidas.

Nesse contexto, a cartilha elaborada adere de maneira consistente à linha de pesquisa Práticas Sociais, Organizações e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado Profissional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). A convergência se torna evidente à medida que a cartilha conecta a produção de conhecimento científico com a intervenção social direta e com o objetivo de transformar realidades que foram marginalizadas ao longo da história.

Dessa forma, ao se propor informar e guiar casais homoafetivos e a comunidade LGBTQIAPN+ sobre o processo de adoção no Brasil, o material vai além da simples divulgação de informações técnicas, por se tornar uma ferramenta de fortalecimento da cidadania e de combate a obstáculos culturais e institucionais. Em outras palavras, a cartilha reflete o compromisso da linha de pesquisa em realizar uma análise crítica das práticas sociais, democratizando o acesso à informação e estimulando práticas inclusivas que visam garantir o direito à convivência familiar sob uma ótica de equidade e respeito à diversidade.

Nesse viés, o material produzido vai além da sistematização teórica, convertendo conteúdos acadêmicos e normativos em diretrizes práticas, acessíveis e aplicáveis, reforçando a conexão entre a universidade, instituições públicas e sociedade civil. Ou seja, ao tratar da adoção na diversidade sob uma ótica interseccional, o conteúdo auxilia na defesa dos direitos humanos, na valorização das diferentes configurações familiares e na proteção integral de crianças e adolescentes.

Quanto ao impacto, alcance e replicabilidade, a cartilha tem um grande potencial de disseminação, pois foi elaborada para ser distribuída gratuitamente em formato digital, o que possibilita sua ampla circulação entre organizações LGBTQIAPN+, entidades do Sistema de Justiça, serviços socioassistenciais (CRAS/CREAS), Grupos de Apoio à Adoção (GAAs) e instituições de ensino. Essa abrangência potencial revela uma notável possibilidade de expansão, visto que a metodologia de elaboração permite a transposição do conteúdo para campanhas institucionais ou políticas públicas de acolhimento em diferentes estados brasileiros. A aderência e pertinência da cartilha em relação às áreas de atuação do programa se estabelecem na conversão de conceitos teóricos da Psicologia em estratégias práticas de mediação social. A complexidade do produto está na integração de conhecimentos jurídicos, psicossociais e educacionais, que se articulam de forma coesa, garantindo que o rigor acadêmico se mantenha sem perder uma linguagem acessível e acolhedora.

No que tange à inovação e ao avanço tecnológico, a cartilha se diferencia, não apenas pela sua digitalização, mas também pela curadoria técnica e dicas práticas que preenchem uma falta de informação crônica na jornada de adoção homoafetiva. Trata-se, portanto, de um dispositivo que otimiza o acesso ao direito, utilizando o design instrucional como tecnologia social para democratizar o conhecimento especializado e promover o enfrentamento de vieses discriminatórios no percurso da adoção de crianças e adolescentes.

Metodologicamente, a elaboração da cartilha adotou uma abordagem qualitativa, baseada em um processo sistemático de análise. De fato, primeiramente, foi realizada uma revisão da literatura e da legislação, incluindo trabalhos acadêmicos sobre famílias homoafetivas, adoção, políticas públicas e direitos LGBTQIAPN+, além da legislação em vigor, resoluções do Conselho Nacional de Justiça e decisões dos tribunais superiores pertinentes ao assunto. Esse estudo possibilitou a fundamentação teórica e jurídica do conteúdo da cartilha.

Em um segundo momento, foram realizados o levantamento e a análise de materiais institucionais disponíveis, como cartilhas, guias e manuais sobre adoção produzidos por Tribunais de Justiça, Conselhos de Direitos e serviços de acolhimento. Essa etapa destacou a prevalência de materiais generalistas e a falta de produções direcionadas especificamente ao público LGBTQIAPN+, enfatizando a importância e a singularidade do produto técnico sugerido.

A etapa seguinte envolveu a organização dos conteúdos considerados fundamentais com base na pesquisa-intervenção e na interação com a literatura especializada. Com efeito, a última etapa da elaboração da cartilha priorizou uma linguagem pedagógica, receptiva e inclusiva,

garantindo a clareza das informações, a credibilidade dos conteúdos fornecidos e o fortalecimento da autonomia e cidadania dos casais homoafetivos e pessoas LGBTQIAPN+.

Por último, é importante ressaltar que, após a elaboração do conteúdo da cartilha, houve uma notável preocupação com a parte visual, especialmente no que diz respeito às ilustrações. Esse cuidado teve como principal objetivo tornar a cartilha ainda mais cativante por meio do uso de imagens vibrantes e coloridas, que permitem ao leitor adentrar de forma mais profunda no universo da adoção no contexto da diversidade.

Dessa maneira, buscou-se não apenas orientar e informar, mas também evitar que o público experimente sensações de cansaço ou desinteresse durante a leitura. Em resposta a essa situação, um renomado artista visual, Wanderson Petrova Cavalcanti, originário da região do Cariri, no Estado do Ceará, desenvolveu uma série de imagens que estão em perfeita harmonia e sintonia com os temas e conteúdos presentes no produto técnico.

6.4 Implicações e desdobramentos da cartilha

A criação da cartilha destacou elementos importantes da interação entre o produto técnico e os referenciais teóricos que embasaram o estudo. Em primeiro lugar, constatou-se que, apesar de o processo de adoção ser regulamentado em nível nacional, sua experiência ainda é desigual para casais homoafetivos e pessoas LGBTQIAPN+.

À luz das teorias de gênero, entende-se que preconceitos enraizados, mesmo que não sejam oficialmente reconhecidos, permeiam práticas institucionais e relações sociais (Louro, 2008; Scott; Louro; Silva, 1995). Diante disso, a cartilha serve como uma ferramenta para combater essas desigualdades, fornecendo informações claras e reafirmando os direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como pelas decisões do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Outro resultado importante diz respeito ao ciclo de desestímulo causado pela ausência de informação. Com efeito, acreditando que terão mais obstáculos no processo de adoção, muitos casais homoafetivos e pessoas LGBTQIAPN+, acabam adiando ou desistindo da iniciativa, o que contribui para que eles não apareçam nas estatísticas oficiais. Nesse sentido, ao expor de maneira clara o processo adotivo, a cartilha ajuda a quebrar esse ciclo, promovendo uma participação mais ativa dessas pessoas no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento.

Destarte, constatou-se que a elaboração da cartilha permitiu a integração dos saberes jurídicos, psicossociais e educacionais, convertendo normas e procedimentos complexos em diretrizes práticas e compreensíveis para o público em geral. Essa proposta se alinha às

perspectivas sobre a democratização do conhecimento, ao conectar os cidadãos com as instituições e os direitos que lhes são garantidos.

Por fim, a iniciativa de elaborar uma cartilha voltada para casais homoafetivos e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, contribuirá para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas, que considerem a diversidade familiar e estejam em sintonia com as mudanças sociais atuais. Essas práticas levarão em consideração a diversidade das famílias contemporâneas, estando em harmonia com as transformações sociais atuais.

6.5 Produto técnico

A Cartilha *Emoções e Sentimentos no Caminho da Adoção: Guia para Pretendentes LGBTQIAPN+*, será apresentada em formato digital. Abaixo temos a capa da cartilha, sendo que seu conteúdo completo se encontra disponível no Apêndice C.



Emoções e Sentimentos no Caminho da Adoção: Guia para Pretendentes LGBTQIAPN+

Liduína Salviano de Matos
Eduardo Steindorf Saraiva

 **UNISC**
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

 **Programa de
Pós-Graduação
em Psicologia**
Mestrado Profissional

7 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou compreender as emoções e sentimentos vivenciados por casais homoafetivos durante as etapas processuais de habilitação e inserção no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), que englobam o período de espera da adoção. Nesse contexto, o estudo teve como inspiração uma pesquisa realizada em 2021 pelas pesquisadoras Monique Souza Schwochow e Giana Bitencourt Frizzo, intitulada “Mulheres em Espera pela Adoção: Sentimentos Apresentados nas Diferentes Etapas Desse Processo”. Diante disso, verificou-se a existência de uma escassez de estudos científicos voltados para esta temática, e com isso, surgiu a motivação de buscar novos aportes no intuito de entender como esse fenômeno se apresenta no âmbito da adoção por casais do mesmo sexo.

Efetivamente, a partir da perspectiva de Merleau-Ponty, foi possível alcançar os objetivos da pesquisa, que por sua vez possibilitaram compreender o fenômeno investigado. Em primeiro lugar, considera-se que o contato com os participantes, as entrevistas e a intervenção permitiram descrever as experiências afetivas dos casais ao longo do percurso adotivo. Em segundo lugar, a fenomenologia merleau-pontyana permitiu entender como os casais percebem os fenômenos emocionais que surgem durante a espera pela adoção. E, em terceiro lugar, o estudo proporcionou a criação de uma cartilha informativa destinada à orientação da população LGBTQIAPN+ no processo de habilitação para adoção.

No que tange às escolhas teórico-metodológicas que sustentaram esta pesquisa, cumpre destacar que a distinção conceitual entre emoções e sentimentos não se configurou como um mero formalismo abstrato, mas como uma ferramenta analítica fulcral para a decodificação dos dados empíricos. De fato, a análise das emoções capturou as reações dos casais diante das vicissitudes do processo adotivo, como o impacto da espera ou o sobressalto diante de uma mudança de posição na fila do SNA. Essas manifestações, viscerais por natureza, abriram o acesso à espontaneidade do vivido pelos participantes.

Por outro lado, a categoria dos sentimentos viabilizou a compreensão de como essas experiências de espera pela adoção foram progressivamente significadas, elaboradas e historicizadas pelos casais ao longo do tempo. Nessa conjuntura, a distinção permitiu compreender que, embora a morosidade do sistema disparasse instantaneamente diferentes emoções, os sentimentos que se consolidavam na dinâmica do par eram de resiliência, de reafirmação do projeto parental e de legitimação de suas configurações familiares frente ao contexto social. Com efeito, diferenciar esses dois planos da afetividade foi o que possibilitou a esta pesquisa não apenas descrever os afetos que emergem na fila de espera da adoção, mas

compreender a profundidade das transformações subjetivas que ocorrem na transição para a homoparentalidade adotiva.

Destarte, a compreensão do fenômeno investigado validou e aprofundou as descobertas do estudo, especialmente no que se refere às diferentes afetividades que emergem da experiência vivida e da relação corpo-mundo. Essa perspectiva oportunizou o entendimento de que a experiência da espera pela adoção evidencia três eixos fundamentais: a temporalidade vivida, onde a espera reconfigura diferentes emoções e sentimentos; a intersubjetividade, no encontro dos casais com múltiplos outros que validam ou tensionam o projeto adotivo; e a corporeidade situada, que materializa o desejo num contexto de possibilidades e limites.

Outrossim, a análise fenomenológica possibilitou responder à problemática central que norteou a pesquisa, formulada na pergunta: como os casais homoafetivos vivenciam suas emoções e sentimentos durante o período de espera da adoção? Nesse cenário, os achados sugerem que a espera pelo filho desejado é vivida com intensidade, sendo comum a eclosão de um misto de afetividades, positivas e negativas, que se repetem ao longo da etapa da habilitação, indicando ser este o período mais estressante do processo. Essa evidência se justifica pelo fato de a habilitação mobilizar os casais diante de diferentes demandas.

Nesse sentido, ficou claro que as vulnerabilidades emocionais decorrentes do período de habilitação demandam maior atenção da equipe técnica, a fim de evitar que os pretendentes passem por angústias psíquicas relacionadas a emoções e sentimentos que podem desestabilizá-los. Tal entendimento exige um cuidado adicional da equipe, devendo o psicólogo ou o assistente social direcionar os candidatos para participarem de grupos pré-adoção desde o início do processo e, quando necessário, encaminhá-los para a psicoterapia. Esse cuidado é essencial para que a espera pela adoção seja vivenciada com tranquilidade, confiança e manejo adequado das afetividades que emergem durante essa etapa, evitando sofrimentos desnecessários.

No que diz respeito às experiências dos pretendentes durante a etapa do SNA, compreendeu-se que, nessa fase, as emoções e sentimentos emergem de forma mais branda, gradual e predominantemente positiva, ao contrário do que ocorre no período de habilitação. Isso se deve em grande parte ao fato de os casais estarem legalmente habilitados, terem o acompanhamento e o apoio contínuo da equipe técnica e participarem de grupos de preparação para adoção, os quais são espaços que favorecem a escuta, a troca de experiências e a elaboração de expectativas.

Somado a isso, esses coletivos, conhecidos como Grupos de Apoio à Adoção, contribuem para a redução da ansiedade, permitindo que os pretendentes vivenciem a espera de maneira mais consciente e tranquila. Dessa maneira, foi possível entender que o fortalecimento

emocional e a ressignificação do projeto parental, advindos dos grupos de apoio, levam os futuros pais e mães a continuarem suas histórias de vida enquanto aguardam a chegada do filho desejado, de forma madura, resiliente e alinhada à realidade da adoção.

Ressalta-se que, devido à natureza imprevisível da chegada da criança, verificou-se que a gestação adotiva se transforma em uma experiência com aspectos afetivos carregados de emoções e sentimentos que transcendem os experienciados em uma gestação biológica. Esse achado demonstrou convergência significativa com pesquisas qualitativas anteriores que tratam do mesmo tema, realizadas com mulheres e com outras metodologias. Efetivamente, essa ressonância intermetodológica contribui para uma compreensão mais robusta e transversal da essência do fenômeno investigado.

Adicionalmente, as descobertas sugerem que os casais são atravessados por discursos e normas que ditam como devem experienciar a espera ou o desejo pelo filho idealizado. Esse fato revelou que, no horizonte da espera pela adoção, as emoções e os sentimentos são moldados pelo contexto histórico e sociocultural. Além disso, observou-se que, à medida que o processo avança, os afetos tendem a se tornar mais discretos, transformando-se em uma resiliência reflexiva que corrobora o caráter dinâmico do sentir. Isso sugere que o significado atribuído à demora na fila de espera do SNA é o elemento central que define a experiência fenomenológica de cada participante.

Cabe mencionar um fato que chamou atenção dentre as afetividades emergidas na pesquisa: o sentimento de segurança, experienciado por todos os casais durante a pesquisa-intervenção. Efetivamente, constatou-se que esse sentimento está relacionado à atuação da equipe técnica do Judiciário na trajetória dos participantes, mencionada positivamente por todos em vários momentos das entrevistas.

Em vista disso, foi possível constatar que os profissionais das Varas da Infância e Juventude onde a investigação foi realizada se encontram preparados para lidar com a homoparentalidade na adoção, sem preconceitos e sem distinções em relação aos casais homoafetivos e pessoas LGBTQIAPN+. No entanto, pelo fato de tais profissionais atuarem no Tribunal de Justiça de Pernambuco e se limitarem a três comarcas onde a pesquisa foi realizada, não se sabe se esse perfil abrange a maioria das equipes que atuam no Estado ou até mesmo as que atuam em outros tribunais brasileiros.

No âmbito das contribuições práticas, destacou-se a elaboração de uma cartilha informativa direcionada a casais homoafetivos e à comunidade LGBTQIAPN+ que buscam a adoção. Esta iniciativa teve como objetivo mitigar lacunas de informação e promover uma comunicação horizontal, combatendo o ciclo de desestímulo gerado pela desinformação.

Nesse contexto, os achados revelaram que, embora a adoção seja regulamentada nacionalmente, a experiência prática permanece desigual, na qual preconceitos enraizados, ainda que velados, permeiam as instituições e as relações sociais. Esse cenário de insegurança faz com que muitos pretendentes à adoção, antecipando obstáculos discriminatórios, acabem adiando ou desistindo da via legal.

Importa destacar que esta pesquisa expandiu as discussões sobre a adoção de crianças e adolescentes ao promover o diálogo interdisciplinar entre o Direito, a Psicologia e a Filosofia. Metodologicamente, as entrevistas fenomenológicas realizadas com os participantes revelaram-se ferramentas de alto impacto para compreender a essência das suas vivências parentais, permitindo que as emoções e sentimentos atribuídos à espera pela adoção emergissem para além das formalidades jurídicas ou descrições puramente técnicas.

Adicionalmente, cumpre mapear os desafios éticos e metodológicos inerentes à dupla posição assumida nesta investigação, na qual a autora atuou simultaneamente como pesquisadora e interventora. Na prática, sob a égide da pesquisa-intervenção e da pesquisa participante, o maior obstáculo metodológico residiu em manejar a própria implicação no campo. Diferente de uma postura de neutralidade contemplativa, a inserção participante exigiu a abertura constante para afetar e ser afetada pelas narrativas dos casais, sem que a proximidade afetiva eclipsasse a distância crítica necessária para o exercício analítico posterior. Dessa maneira, foi preciso sustentar uma postura de constante vigilância epistemológica para discernir onde terminava a escuta da interventora e onde começava o registro fenomenológico da pesquisadora.

No plano ético, os desafios concentraram-se na assimetria latente que habita a relação entre quem intervém e quem participa. Não obstante, por se tratar de um espaço de acolhimento e partilha subjetiva com casais em situação de espera institucional, zelou-se rigorosamente para que a intervenção não assumisse um caráter de avaliação ou julgamento de capacidades parentais, receio este comum a pretendentes à adoção que transitam pelo Judiciário. A ética, portanto, configurou-se como um compromisso de alteridade, garantindo que o dispositivo de intervenção permanecesse como um espaço seguro de construção de sentidos, onde a presença ativa e a escuta qualificada da pesquisadora atuaram como catalisadoras da fala, e não como instâncias de validação ou controle.

Somado a todo esse desafio, reconhece-se como limitação do presente estudo o número circunscrito de casais participantes, bem como o fato de a coleta de dados ter se restringido a apenas três comarcas de um único estado, o que impede a generalização estatística dos resultados. No entanto, tais condicionantes não comprometeram o alcance dos objetivos, uma

vez que esta pesquisa se pautou na perspectiva qualitativo-fenomenológica. Sob esse enfoque, a prioridade não reside na amplitude amostral, mas na profundidade da compreensão das emoções e sentimentos experienciados por casais homoafetivos durante a espera pela adoção, revelando nuances da subjetividade e da intercorporeidade que configuram esse fenômeno em sua essência vivida.

Recomenda-se, assim, a realização de novos estudos com metodologias diferentes que permitam a análise de amostras maiores, e como desdobramento, que futuras pesquisas explorem o impacto das redes de apoio institucional e dos grupos de preparação para a adoção na ressignificação da espera por casais homoafetivos. Além disso, estudos longitudinais poderiam investigar as transformações dessas emoções e sentimentos após a efetivação da adoção, analisando a transição do filho idealizado para a convivência cotidiana com a criança ou adolescente real.

Em suma, os achados deste estudo oferecem contribuições consistentes para a Psicologia Jurídica ao visibilizar as especificidades das vivências de casais homoafetivos na fila de espera pela adoção. Para além do rigor teórico, esta pesquisa revelou que a compreensão das parentalidades diversas é imperativa para qualificar as avaliações psicossociais no âmbito do Judiciário, superando preconceitos estruturais que ainda permeiam o imaginário social sobre a capacidade cuidadora dessas famílias.

Como psicóloga, integrante de uma das equipes técnicas do Tribunal de Justiça de Pernambuco, é importante ressaltar que o impacto deste estudo reside na urgência de um olhar sensível às nuances da afetividade e do pertencimento dos casais homoafetivos. Esses elementos são fundamentais para assegurar o direito à convivência familiar de crianças e adolescentes disponíveis para adoção. Portanto, torna-se imprescindível que os profissionais que operam no sistema de garantia de direitos estejam devidamente preparados e engajados em uma prática ativa, ética e atualizada, capaz de acolher a pluralidade das configurações familiares contemporâneas com a dignidade que o processo adotivo exige.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Diego Candido; SILVEIRA, Fernanda Vieira da Rocha. Afeto, emoções e sentimentos: uma revisão do estado da arte. *The ESPECIALIST*, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 566-586, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2318-7115.2025v46i1e68100>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- ARMOND, Lorena Silveira Rezende; SANTOS, Kamilla Victoria da Silva; ALMEIDA, Naamá Magalhães Miranda de. Sistema de adoção brasileiro e as consequências na vida das crianças e adolescentes. *Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas*, v. 14, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revista.fadipa.br/index.php/cjuridicas/article/view/574>. Acesso em: 28 set. 2024.
- AYOUC, Thamy. Merleau-Ponty e a psicanálise: da fenomenologia da afetividade à figurabilidade do afeto. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 45, n. 83, p. 173-190, dez. 2012. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-01003823>. Acesso em: 25 jan. 2026.
- BASTOS, Carmen Célia Barradas Correia. Pesquisa qualitativa de base fenomenológica e a análise da estrutura do fenômeno situado: algumas contribuições. *Revista Pesquisa Qualitativa*, [s. l.], v. 5, n. 9, p. 442-451, 2017. Disponível em: <https://scholar.google.com/?hl=pt-BR>. Acesso em: 12 fev. 2026.
- BERRES, F.; GOMIDE, F.; AZEVÊDO, C. A experiência de adoção entre casais homoafetivos e heteroafetivos: aproximações e distanciamentos. *Revista Consinter*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 102-118, 2023. Disponível em: <https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/article/view/417>. Acesso em: 11 fev. 2026.
- BERTOCCHI, Federica. The state of studies and research on the homosexual parent family in Italy. *Italian Sociological Review*, v. 7, n. 3, p. 275-300, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.13136/isr.v7i3.192>.
- BOCK, A. M. B.; TEIXEIRA, M. L.; FURTADO, O. *Psicologias – uma introdução ao estudo de psicologia*. 16. ed. São Paulo: Editora SaraivaUni, 2023.
- BORGES, Camila Aparecida Peres; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. As adoções necessárias no contexto brasileiro: características, desafios e visibilidade. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 25, p. 307-320, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/ttBGWcRFHm4kN3hBL4kLksn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2026.
- BORTOLATTO, Mariana de Oliveira; LOOS, Victória Niebuhr; DELVAN, Josiane da Silva. Grupos de estudo e apoio à adoção e o sucesso das adoções. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 48, p. 205-233, 2016. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/barbaroi/article/view/8319>. Acesso: 19 fev 2026.
- BOSISIO, R.; RONFANI, P. *Le Famiglie omogenitoriale*. Responsabilità, regole e diritti. Torino: Carocci Editore, 2015. Disponível em: <https://iris.unito.it/handle/2318/1531474>. Acesso em: 12 out. 2024

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Relatório do Grupo de Trabalho de Produção Técnica*. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf#:~:text=RELAT%C3%93RIO%20DE%20GRUPO%20DE%20TRABALHO,download%20gratuito%20no%20formato%20PDF>. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *eduCAPES*: repositório de objetos educacionais. Brasília, DF: CAPES, [2026]. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 8 set. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/ADPF-132.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 4 ago. 2024.

BRASIL. *Lei 12.010, de 13 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560 de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 de agosto de 2009. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l2010.htm. Acesso em: 4 ago. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017*. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015/2018/2017/lei/l13509.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277*. Requerente: Procurador Geral da República (CF 103, 0VI). Requerido: Presidente da República, Congresso Nacional. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, DF, 14 de outubro de 2011a. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADI&numProcesso=4277>. Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132*. Requerente: Governador do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, DF, 5 de maio de 2011. Diário da Justiça Eletrônico, n. 198, divulgado em 13

out. 2011b. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2561502>. Acesso em: 26 mar. 2026.

CABRAL, Cristiano Apolucena; BUREMA, Luana da Cruz; PASSOS, Luiz Augusto. Por uma Educação Fenomenológica do Sentir e da Emoção: de uma Vida de Sentido para uma Vida de Aprendizagem. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU), 2021, Cuiabá. *Anais [...]*. Porto Alegre: SBC, 2021. p. 2700-2713. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu/article/view/21558>. Acesso em: 15 fev. 2026.

CAPUTTI, Leslieane. *Família contemporânea: uma instituição de difícil definição*. Franca: Unesp Franca, 2011. Disponível em: https://franca.unesp.br/Home/stae/eixo5_009.pdf. Acesso em: 02 set. 2024.

CECÍLIO, Mariana Silva; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Avaliação de candidatos pretendentes no processo de habilitação para adoção: revisão da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 23, n. 3, p. 497-511, jul./set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230309>.

CEZAR, Adieliton Tavares; JUCÁ-VASCONCELOS, Helena Pinheiro. Diferenciando sensações, sentimentos e emoções: uma articulação com a abordagem gestáltica. *IGT na Rede*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 4-14, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1807-25262016000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 18 jan. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Resolução CFP 001/99 de 22 de março de 1999*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 5 set. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Grupos de Apoio à Adoção são importantes aliados na formação de novas famílias*. Brasília, DF: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/grupos-de-apoio-a-adocao-sao-importantes-aliados-na-formacao-de-novas-familias/>. Acesso em: 16 fev. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Corregedoria Nacional de Justiça. *Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023*. Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), que consolida as normas relativas aos serviços notariais e de registro. Brasília, DF: CNJ, 2023a. Seção V, art. 505. Disponível em: <https://direitohomoafetivo.com.br/wp-content/uploads/2024/08/2023-CNJ-Provimento-149-regula-servicos-notariais.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Resolução nº 175 de 14 de maio de 2013*. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília, DF: CNJ, 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em 28 mar. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Resolução nº 270, de 11 de dezembro de 2018*. Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos

tribunais e conselhos, e dá outras providências. Brasília, DF: CNJ, 2018. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_270_11122018_12122018112523.pdf. Acesso em: 18 nov. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Resolução nº 532 de 16 de novembro de 2023*. Determina aos tribunais e magistrados(as) o dever de zelar pelo combate a qualquer forma de discriminação à orientação sexual e à identidade de gênero, ficando vedadas, nos processos de habilitação de pretendentes e nos de adoção de crianças e adolescentes, guarda e tutela, manifestações contrárias aos pedidos pelo fundamento de se tratar de casal ou família monoparental, homoafetivo ou transgênero, e dá outras providências. Brasília, DF: CNJ, 2023b. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5342>. Acesso em: 16 set. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Resolução nº 625, de 6 de junho de 2025*. Altera a Resolução CNJ nº 270/2018, que dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros. Brasília, DF: CNJ, 2025. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original13582920250612684add058a3c3.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. A observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, Lisboa, v. 13, n. 2, p. 30-36, 2009. Disponível em: <https://pensarenfermagem.enfermagem.ulisboa.pt/index.php/esel/article/view/32>. Acesso: 5 fev. 2026.

COSTA, Luana Tainá Mesquita; KEMMELMEIER, Verônica Suzuki. O olhar de futuros pais sobre o processo de adoção. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 31, n. 72, 2013. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Costa+e+Kemmelmeir%2C+2013&btnG= Acesso em: 22 jan. 2026.

DANCE, Cherilyn; FARMER, Elaine. Changing lives and changing minds: the experiences of adoptive parents from application to approval. *Adoption & Fostering*, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 101-114, 2014. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Dance+and+Farmer%2C+2014&btnG=. Acesso em: 8 jan. 2026.

DEPRAZ, Natalie. Délimitation de l'émotion. *Alter: Revue de Phénoménologie*, Paris, n. 7, p. 121-148, 1999. Disponível em: evue-alter.org/alt7.htm. Acesso em: 22 fev. 2026.

DIAS, Cláudia; CRUZ, José Fernando; FONSECA, António Manuel. Emoções: passado, presente e futuro. *Psicologia*, Lisboa, v. 22, n. 2, p. 11-31, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v22i2.344>. Acesso em: 8 jan. 2026.

DIAS, Maria Berenice. *União homossexual: o preconceito e a justiça*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

ERIKSSON, Pia K. Losing control in pre-adoption services: finnish prospective adoptive parentes emotional experiences of vulnerability. *Social & Society*, [s. l.], v. 14, n. 1, 2016. Disponível em: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:urn:nbr:de:hbz:464-sws 991>. Acesso em: 29 jul. 2024.

FARIAS, Christine Zogbi; BECKER, Fabiane B. S. *O novo sistema nacional de adoção e acolhimento (SNA) como instrumento para a garantia do direito à convivência familiar da criança e do adolescente*. Belo Horizonte: IBDFAN, 2020. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.artigos/>. Acesso em: 29 set. 2024.

FONSECA, K.; LOMANDO, E. Parentalidade e adoção: um estudo comparativo de orientação sexual e práticas parentais. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 56-71, 2019. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/294. Acesso em: 25 jan. 2026.

GAMA, Guilherme. *Em 5 anos, Brasil tem aumento 240% em adoções por casais gays, aponta CNJ*. São Paulo: CNN Brasil, ago. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/em-5-anos-brasil-tem-aumento-240-em-adocoes-por-casais-gays-aponta-cnj/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

GOMES, William B. A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente. *Psicologia Usp*, São Paulo, v. 8, p. 305-336, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65641997000200015>. Acesso em: 17 fev. 2026.

GOTO, Tommy Akira; TELLES, Thabata Castelo Branco; PAULA, Yuri Amaral de. A questão dos afetos na fenomenologia de Edmund Husserl: um estudo preliminar. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 30-50, abr. 2016. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/26>. Acesso em: 12 jan. 2026.

GREGORY, Alice Pinto; MOURA, Analice Schaefer. O perfil ideal: a preferência seletiva de características de crianças e adolescentes no processo de adoção brasileiro. *Revista de Direito*, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 22-44, 2023. Disponível em: <https://revista.domalberto.edu.br/index.php/revistadedireitodomalberto/article/view/935>. Acesso em: 28 set. 2024.

GROGER, R.; BHAGWAN, R. Adoptive parentes experiences of support from social workers and informal networks during the adoption process. *Social Work / Maatskaplike Werk* [s. l.], v. 59, n. 4, p. 304-323, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15270/59-4-1169>.

GUIMARÃES, Michel Rodrigues. *A experiência de adoção por casais homoafetivos no Brasil: Expectativas, impacto emocional e representações sociais do processo de adoção*. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/35522>. Acesso: 15 jan. 2026.

GURGEL, Karina M. R. *A realidade sobre a espera pela adoção: a diferença entre o perfil desejado pelos pais adotantes e o perfil das crianças disponíveis para adoção*. Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, 2016. Disponível em: <http://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/textos-e-artigos>. Acesso em: 19 jul. 2024.

KOHN-WILLBRIDGE, C. *et al.* ‘Look after me too’: a qualitative exploration of the transition into adoptive motherhood. *Adoption & Fostering*, [s. l.], v. 45, n. 3, p. 300-315, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/030857592110059943>.

LACERDA, Victoria Leticia Bezerra; PASSOS, Leonilla Maria Meneses Mendonça. A atuação das equipes multidisciplinares nos processos inerentes a adoção. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: SICEUNI AESGA-FACIGA, 2024. *Anais [...]*. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em:

<https://www.aesga.edu.br/files/bf8890062d6c0a510357e9a29fdb5d1e.pdf#page=34>. Acesso em: 23 set. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.

LEVIZON, G. K.; LISONDO, A. *Adoção: desafios da contemporaneidade*. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-posições*, São Paulo, v. 19, p. 17-23, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>. Acesso: 14 mar. 2026.

MARCON, Gilberto Hoffmann; FURLAN, Reinaldo. Afeto e subjetividade nos primeiros trabalhos de Merleau-Ponty. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, Belo Horizonte, v. 29, p. 208-232, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6478>. Acesso em: 25 jan. 2026.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. *A pesquisa qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Moraes; EDUC, 1989.

MARTINS, Joel; BOEMER, Magali Roseira; FERRAZ, Clarice Aparecida. A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa algumas considerações. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 139-147, 1990. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/wfHN6qH33k7WK5nBfYgTtYy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 21 fev. 2026.

MATOS, Liduina S. Devolução na adoção tardia e suas repercussões na saúde mental da criança. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM PSICOLOGIA, 3., 2024, Salvador. *Anais [...]*. Caxias do Sul: EDUCS Pesquisa, 2025. Disponível em: <https://do.novsu.ru/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

MATOS, Liduina Salviano de; SARAIVA, Eduardo Steindorf. Adoção por casais homoafetivos no Brasil sob a perspectiva do melhor interesse da criança. *Cadernos Cajuína*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e944, 2025. DOI: 10.52641/cadcajv10i2.944.

MELO, M. R. A. L. de; CAMARGO, M. E. *Adoção tardia: Desafios, Consequências, preconceitos e aceitação no processo seletivo de adoção no Brasil*. São Paulo: Arché, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18948>. Acesso em: 12 mar. 2026.

MELETTI, Alexandre Trevisani; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 37-49, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia>.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

MIGUEL, Fabiano Koich. Psicologia das emoções: uma proposta integrativa para compreender a expressão emocional. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 20, n. 1, p. 153- 162, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712015200114>. Acesso em: 15 jan. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 416 p.

OGAKI, H.; PICCININI, C. As funções parentais em casais homossexuais masculinos com bebês. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 28, e53215, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/53215>. Acesso em: 14 jan. 2026.

OLIVEIRA, Guilherme Saramago; CUNHA, Ana Maria de Oliveira. Breves considerações a respeito da fenomenologia e do método fenomenológico. *Cadernos da FUCAMP*, Monte Carmelo, v. 20, n. 47, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2533>. Acesso em: 22 set. 2024.

ORRICO, Ivana; MARTINS, Sheila Cunha; SIQUEIRA, Thiago dos Santos. As dificuldades e obstáculos no processo de adoção no Brasil: um estudo da lei da adoção e seus aspectos práticos. *Revista Formadores*, Cachoeira, v. 21, n. 1, 2024. Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/2084>. Acesso em: 28 set. 2024.

PARDELHA, Irene Pinto. La magie émotionnelle: aperçu d'une phénoménologie des émotions chez Merleau-Ponty. *Chiasmi International: publication trilingue autour de la pensée de Merleau-Ponty*, Milano, n. 13, p. 429-439, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5840/chiasmi20111325>. Acesso em: 15 fev. 2026.

PAULA, Cristiane Cardoso de *et al.* Modos de condução da entrevista em pesquisa fenomenológica: relato de experiência. *Revista Brasileira de Enfermagem*, São Paulo, v. 67, n. 3, p. 468-472, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0034-7167.20140063>. Acesso em: 17 fev. 2026.

PATIAS, Naiana D.; HOHENDORFF, Jean Von. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 24, p. 1-14, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v24io.43536>.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. *Programa Acolher*. Recife: TJPE, [2026]. Disponível em: <https://portal.tjpe.jus.br/web/infancia-e-juventude/coordenadoria/projetos/programa-acolher>. Acesso em: 26 fev. 2026.

PORTA, Daniele Dalla *et al.* Vivências e expectativas de mulheres solteiras habilitadas para adotar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. espe, e35nspe10, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35nspe10>.

RALÓN, Graciela. Esbozo de la fenomenología de la afectividad en Merleau-Ponty. *Tópicos del Seminario*, Puebla, n. 48, p. 37-47, dez. 2022. Disponível em:

https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-12002022000200037&script=sci_arttext. Acesso em: 23 jan. 2026.

RIBEIRO, Letícia Jóia; GRANATO, Tania Mara Marques. Preconceito e parentalidade? experiências de casais homoafetivos. *Vínculo-Revista do NESME*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-11, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3246/issn.19982-1492v18nesp.p228-245>.

ROAZZI, Antonio *et al.* O que é emoção? Em busca da organização estrutural do conceito de emoção em crianças. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 51-61, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722011000100007>. Acesso em: 8 jan. 2026.

RODRIGUES, Daniela Amorim. *Emoções e sentimentos acadêmicos em estudantes de ensino superior*. 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Évora, Évora, 2020. Disponível em: https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/27694/1/Mestrado-Psicologia_pdf. Acesso em: 2 set. 2024.

ROMANHOL, Ana Gabrielle Guterres. *O processo de decisão sobre a adoção de uma criança por um casal homossexual masculino*. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.angaad.org.br/portal/mdocs-posts/o-processo-de-decisao-sobre-a-adocao-de-uma-crianca-por-um-casal-homossexual-masculino-por-ana-g-guterres-romanhol/>. Acesso em: 12 set. 2024.

ROMÃO, Lucas Rodrigues. *O desafio invisível da adoção tardia*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2025. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/2320/O+Desafio+Invisivel+da+Adocao+Tardia>. Acesso em: 19 fev. 2026.

ROSA, J.; PESSÔA, L. Homoparentalidade masculina e os sistemas de cuidados parentais. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 31, e54847, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/54847>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SANTOS, Robério Gomes *et al.* Adoção no Brasil: da roda dos expostos à adoção homoafetiva. *Brazilian Applied Science Review*, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 3487-3506, 2020. DOI: <https://doi.org.br/10.34115/basrv4n6-017>.

SCHETTINI FILHO, Luiz. *Compreendendo o filho adotivo*. Recife: Bagaço, 2012.

SCHWOCHOW, M. S.; FRIZZO, G. B. Mulheres em espera pela adoção: sentimentos apresentados nas diferentes etapas dos processos adotivos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 41, nespe, e201165, p. 1-15, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/19823703003201165>.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. *Educação & realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 12 mar. 2026.

SILVA, Caio Monteiro; NEVES, Beatriz Sernache de Castro. Modificações na família contemporânea: revisão do que é dito sobre família entre 2010 e 2019. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, v. 13, n. 1, p. 94-114, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/rb6bka30>.

SILVA, Maria da Penha O. Adoção: tempo de espera e mudança de perfil dos habilitados. In: LEVIZON, G. K.; LISONDO, A. D. *Adoção: desafios da contemporaneidade*. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2021. p. 117-131.

SILVA, Patricia Santos da *et al.* Diferentes configurações familiares de candidatos à adoção: implicações para os processos de habilitação. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 22, n. 4, out./dez. 2017, p. 412-421, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/195650/001091733.pdf?sequence>. Acesso em: 22 set. 2024.

SILVA, Patricia Santos da *et al.* Critérios para habilitação à adoção segundo técnicos judiciários. *Psico-USF*, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 603-612, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/LqG9HDZ7cjSzfLGwNfbbDJR/>. Acesso em: 24 set. 2024.

SILVA, R.; SOUSA, P.; FERNANDES-ELOI, T. Homoparentalidade no contexto da adoção e das práticas parentais. *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 45-60, 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n2/v21n2a06.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2026.

SILVA, Wênnya Moraes; MACEDO, Edilson Barros. A importância da avaliação psicológica em processos de adoção: uma revisão de literatura. *Facit Business and Technology Journal*, Araguaína, v. 1, n. 38, 2022. Disponível em: <https://revistas.faculadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1732>. Acesso em: 24 set. 2024.

SILVA FILHO, Artur M. Adoção. *Aspectos jurídicos e sociais. Adoção e homoafetividade*. São Paulo: Tribunal de Justiça de São Paulo, [ca. 2020]. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/ObrasJuridicas/cc43.pdf?d=636808166395003082>. Acesso em: 24 set. 2024.

SOUSA, Walter G. de. *O novo SNA: avanços, desafios e frustrações*. Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, 2019. Disponível em: <http://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/textos-e-artigos>. Acesso em: 1 jun. 2024.

SOUZA, Cássia K. R. de; CRUZ, Vanessa C. B. C. A sublimação como parte da espera pela adoção: vivências de adotantes em grupos de apoio a adoção no interior cearense. *Vínculo – Revista do NESME*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-13, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p325-346>.

ŠVEC, Ondřej. Emotional Conducts: A Phenomenological Account. *Journal of the British Society for Phenomenology*, [s. l.], v. 54, n. 2, p. 146-168, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00071773.2023.2171801>. Acesso em: 20 jan. 2026.

TAKÁCS, Judit; SZALMA, Ivett; BARTUS, Tamás. Social attitudes toward adoption by same-sex couples in Europe. *Archives of sexual behavior*, v. 45, p. 1787-1798, 2016. DOI: <http://10.1007/s10508-016-0691-9>.

TANNURI, João Guilherme de Carvalho Gattás; SILVA, Marilda. Família homoparental: enfrentando a vitalidade do patriarcado. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 256-271, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984723820432019256>.

TOGNON, Alencar Venâncio Silva; HAMPARIAM, Carol Godoi. O paradoxo da família contemporânea: a função paterna no discurso homoparental e tradicional. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, CONGRESSO DE PROFESSORES E CONGRESSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2017. *Anais [...]*. [S. l.: s. n.], 2017. p. 375-376. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>. Acesso em: 17 set 2024.

TOMBOLATO, Mário Augusto; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; SANTOS, Manoel Antônio dos. A trajetória de adoção de uma criança por um casal de lésbicas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, São Paulo, v. 35, e3546, 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3546>.

UZIEL, Anna Paula. *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VAUCHER, Rodrigo Arejano; MARCA, Stephanie. Adoção homoafetiva: dificuldades e preconceitos enfrentados. *Anais do Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais*, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <https://themaetscientia.fag.edu.br/index.php/ASSCCS/article/view/196>. Acesso em: 10 set. 2024.

VISCOTT, David S. *A linguagem dos sentimentos*. 18. ed. São Paulo: Summus, 1982.

WASEN, Jésika E.; PARIZOTTO Patrícia Alvez V. Anseios vivenciados pela indeterminação do tempo na espera pelo filho adotivo no município de Joaçaba, SC. *Pesquisa em Psicologia - Anais Eletrônicos*, Joaçaba, p. 25-36, 2017. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar87ABA%2C+SC&btnG=>. Acesso em: 30 set. 2024.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada 1 (individual)

Roteiro de entrevista semiestruturada 1 - Individual

1. TEMA: MOTIVAÇÃO

- a) Como foi iniciado o seu projeto adotivo? A ideia de adotar uma criança ou adolescente partiu de você ou do/a seu/sua cônjuge?
- b) Você buscou alguma informação antes de dar entrada no processo? Que tipo de informação você buscou, e onde?
- c) Quais foram as reações / opiniões dos seus familiares e amigos ao saberem que você e seu/sua cônjuge estão inscritos para adoção? Tais reações te influenciaram positivamente ou negativamente?

2. TEMA: PRECONCEITOS

- a) Você sofreu algum preconceito vindo de familiares ou pessoas amigas, diante da ideia de adotar uma criança ou adolescente? Quais?
- b) Como você e o seu/sua cônjuge foram recebidos na Vara da Infância e Juventude? Algum profissional da técnica dificultou o atendimento? Você percebeu algum preconceito?
- c) Como você planeja lidar com os preconceitos da sociedade após a adoção

3. TEMA: IMPACTOS EMOCIONAIS / EXPECTATIVAS

- a) Você enfrentou alguma dificuldade ou insegurança durante a etapa da habilitação? Se sim, que tipo de dificuldade ou insegurança, como se sentiu, e como lidou com isso?
- b) Há quanto tempo você e o/ seu/sua cônjuge se encontram na fila do SNA, e o que você sente e pensa em relação ao tempo de espera?
- c) Quais as suas expectativas em relação ao filho/a que você espera? Você tem preparado alguma coisa para receber esse filho e quais os planos para o futuro?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada 2 (casal)

Roteiro de entrevista semiestruturada 2 - Casal

1. TEMA: ESCOLHA DO PERFIL DA CRIANÇA

- a) Vocês conversaram antes de escolher o perfil do/a filho/a que vocês esperam? Foi difícil decidir, houve divergências de opiniões, quais?
- b) Vocês pediram opinião de familiares ou de amigos para definirem a escolha do perfil?
- c) Vocês chegaram a modificar o perfil da criança ou adolescente em alguma das etapas do processo?

2. TEMA: PREPARAÇÃO PSICOSSOCIAL E JURÍDICA

- a) Quais foram as primeiras orientações que vocês receberam na Vara da Infância e Juventude, e como foi a receptividade da equipe interprofissional? Foi difícil para vocês providenciarem toda a documentação exigida?
- b) Como vocês se sentiram durante o período da avaliação psicossocial e como você avalia a postura dos profissionais (psicólogo/a, assistente social, pedagogo)?
- c) Como vocês avaliam o Curso Preparatório? Vocês se sentiram contemplados diante dos temas trabalhados? Vocês estão participando de algum grupo de apoio pré-adoção?

3. TEMA: TEMPO DE ESPERA

- a) Costumam acessar o SNA para saber em qual posição da fila de espera vocês se encontram?
- b) Vocês têm procurado a equipe interprofissional ou grupo de apoio para conversar sobre os sentimentos e anseios vivenciados no tempo de tempo de espera?
- c) A equipe interprofissional tem se mostrado disponível a atendê-los, orientá-los e tirar dúvidas?

APÊNDICE C – Produto técnico: cartilha



Emoções e Sentimentos no Caminho da Adoção: Guia para Pretendentes LGBTQIAPN+

Liduína Salviano de Matos
Eduardo Steindorf Saraiva

 **UNISC**
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL



Programa de
Pós-Graduação
em Psicologia
Mestrado Profissional

**FICHA TÉCNICA:****Autoria e redação:**

Liduina Salviano de Matos e
Eduardo Steindorf Saraiva

Capa e Ilustrações:

Wanderson Petrova Cavalcanti.

Projeto Gráfico e Diagramação:

Roberto Matos Amorim.

Realização:

Universidade de Santa Cruz do Sul
/ Programa de Pós-Graduação em
Psicologia / Mestrado Profissional
em Psicologia.

Local e Ano:

Santa Cruz do Sul, 2026.



+ + + + +

CIP - Catalogação na Publicação

Matos, Liduina Salviano de

Emoções e Sentimentos no Caminho da Adoção : Guia para Pretendentes LGBTQIAPN+ / Liduina Salviano de Matos, Eduardo Steindorf Saraiva. – 2026.

33f. : il. ; 30 cm.

Produto Técnico.

1. Processo adotivo. 2. Adoção de crianças e adolescentes. 3. Identidade de gênero. 4. Habilitação para adoção. 5. Adoção LGBTQIAPN+. I. Saraiva, Eduardo Steindorf. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Este material é um produto técnico derivado do Trabalho final de curso intitulado Entre emoções e sentimentos: a espera pela adoção por casais homoafetivos, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado Profissional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).



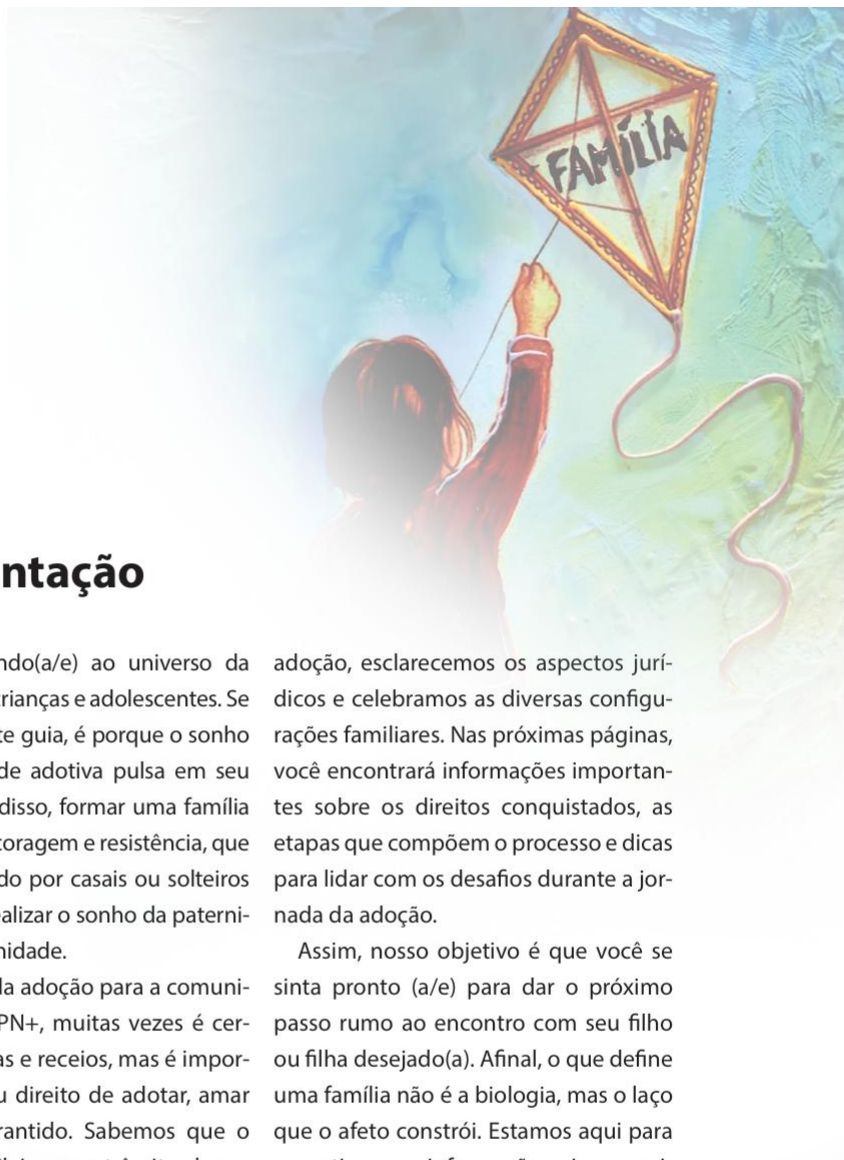
SUMÁRIO

Caminhos do Afeto

Apresentação.....	7
O que é família plural.....	8
O que diz a lei	9
Quem pode adotar	10
Identidade de gênero no processo.....	11
Passo a passo do processo de adoção	12
Mitos e verdades para acalmar o coração	15
A fila de espera no SNA	17
A busca ativa na internet.....	17
Lidando com a ansiedade da espera	18
Dicas para atravessar a espera com equilíbrio.....	19
Para finalizar	20
Documentação necessária.....	22
Contatos úteis.....	24
Plataformas oficiais de Busca Ativa.....	27
Dicas de livros, filmes e redes sociais	28
Fontes consultadas	30

+ + + + +





Apresentação

S seja bem-vindo(a) ao universo da adoção de crianças e adolescentes. Se você segura este guia, é porque o sonho da parentalidade adotiva pulsa em seu coração. Além disso, formar uma família é ato de amor, coragem e resistência, que pode ser trilhado por casais ou solteiros que desejam realizar o sonho da paternidade ou maternidade.

O caminho da adoção para a comunidade LGBTQIAPN+, muitas vezes é cercado de dúvidas e receios, mas é importante dizer: seu direito de adotar, amar e cuidar é garantido. Sabemos que o Judiciário brasileiro e os trâmites burocráticos podem parecer intimidadores, especialmente quando cruzados pelas vivências homoafetivas. No entanto, o que poucos sabem é que independentemente da configuração familiar, a justiça busca uma família amorosa para as crianças e adolescentes que se encontram disponíveis para adoção.

Aqui, desmistificamos o processo de

adoção, esclarecemos os aspectos jurídicos e celebramos as diversas configurações familiares. Nas próximas páginas, você encontrará informações importantes sobre os direitos conquistados, as etapas que compõem o processo e dicas para lidar com os desafios durante a jornada da adoção.

Assim, nosso objetivo é que você se sinta pronto (a/e) para dar o próximo passo rumo ao encontro com seu filho ou filha desejado(a). Afinal, o que define uma família não é a biologia, mas o laço que o afeto constrói. Estamos aqui para garantir que a informação seja o caminho mais curto entre você e a sua nova família.

Você não está só nesta jornada.

Liduína Salviano

Psicóloga Judiciária / Mestra em Psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul.



O que é família plural

Nos tempos atuais, diferentes configurações familiares se fazem presentes na sociedade, rompendo padrões machistas oriundos do patriarcado. Essa realidade, presente no mundo inteiro, desde o final do século XX e início do século XXI, decorre de inúmeras lutas e reivindicações enfrentadas por comunidades LGBTQIAPN+ e movimentos feministas. Tais reivindicações implicaram numa maior visibilidade e conquistas de direitos, dentre eles, o direito da adoção de crianças e adolescentes (DE MATOS; SARAIVA, 2025).

Diante disso, novos modelos de família passaram a ser estudados por pesquisadores, a exemplo de Bosisio & Ronfani (2015), que destacam na esfera da homoparentalidade uma pluralidade de arranjos, tais como:

1

Famílias compostas por casais homoafetivos, gays ou lésbicas, com filhos biológicos de um dos parceiros, frutos de antigo relacionamento heterossexual;

2

Famílias de casais homoafetivos com filhos biológicos decorrentes de inseminação artificial ou autoinseminação para mulheres e gestação de suporte para homens;

3

Famílias compostas por duas unidades familiares e seus filhos, ou seja, famílias de três pais composta por um homem gay que fez acordo com um casal de lésbicas e vice-versa, ou famílias de quatro pais compostas por um casal gay que tem um acordo com um casal de lésbicas;

4

Famílias multiparentais, compostas por casais do mesmo sexo, com filhos nascidos através de novas tecnologias de reprodução, que compartilham a parentalidade de diferentes maneiras e variados graus de envolvimento com aqueles que contribuíram para o nascimento da criança através da doação de óvulos ou sêmen e/ou da continuação da gravidez;

5

Famílias compostas por casais do mesmo sexo ou solteiros (as/es) LGBTQIAPN+ com filhos adotivos.



O que diz a lei

No Brasil, o direito da adoção de crianças e adolescentes decorre de uma trajetória de longas reivindicações, tendo como marco inicial o reconhecimento legal da união homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011, que equiparou a união estável de casais do mesmo sexo aos casamentos heterossexuais.

Posteriormente, em 2020, o Deputado Bacelar, apresentou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3.435/2020, ainda em tramitação no regime de prioridade, solicitando alterações no artigo 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ou Lei 8.069/1990, sugerindo que podem adotar maiores de 18 anos independentemente do estado civil e que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável.

Nesse contexto, somente no ano 2023, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) anunciou a aprovação da Resolução 532/2023, originada de um ofício de autoria do Senador Fabiano Contarato. Com efeito, na data da publicação, em 16/11/2023, o presidente do CNJ e do STF, destacou que “O Poder Judiciário brasileiro tem uma firme posição contra todo tipo de discriminação em relação às pessoas homoafetivas”.





Quem pode adotar

Conforme o artigo 42 do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) ou Lei 8.069/90, podem adotar pessoas com idade superior a dezoito anos, podendo ser solteiros ou casais casados civilmente ou em união estável. A Lei determina que os pretendentes sejam dezesseis anos mais velhos que as crianças ou adolescentes a serem adotados.





Identidade de gênero no processo

O Decreto nº 8.727/2016, a Resolução CNJ nº 270/2018 atualizada pela Resolução CNJ nº 625/2025 e o Provimento CNJ nº 149/2023, deixam claro o direito da utilização do nome social, mesmo que a pessoa, pretendente à adoção, ainda não tenha realizado a retificação total da sua documentação civil.

Além disso, o Conselho Nacional de Justiça determina que os tribunais devem exibir o nome social na identificação dos processos judiciais, inclusive no Cadastro Nacional de Adoção. Diante disso, servidores do Judiciário e equipes técnicas devem obrigatoriamente referir-se à pessoa pelo nome com o qual ela se identifica, sob risco de configurar violação de direitos fundamentais.



Passo a passo do processo de adoção

O sonho da adoção é iniciado com a habilitação, devendo primeiramente o/a pretendente realizar o preenchimento de um pré-cadastro online, agilizando o atendimento na Vara da Infância e Juventude. Para isso, é necessário acessar na internet o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), que é a plataforma oficial que centraliza as informações de pretendentes e crianças e adolescentes aptos para adoção em todo o Brasil.

Veja como realizar esse procedimento partindo da sua conta gov.br.

1 Acesso ao sistema

O primeiro passo é acessar o portal oficial do SNA através do endereço sna.cnj.jus.br. Na página inicial, você encontrará a opção “Pré-cadastro de pretendente”. Ao clicar, o sistema solicitará o login através do gov.br.

Nota importante: É essencial que você possua uma conta gov.br com nível de segurança prata ou ouro. Isso garante a autenticidade dos seus dados e a segurança das informações fornecidas ao Judiciário.

2 Identificação e dados pessoais

Após o login, você iniciará o preenchimento dos formulários.

1. Dados cadastrais: Preencha com atenção seu nome (respeitando o uso do nome social, se aplicável), CPF, RG, estado civil e profissão.

2. Endereço e contato: Informe seu endereço atualizado e meios de contato (telefone e e-mail). Esses dados são cruciais para que a equipe técnica do Judiciário possa agendar as entrevistas futuras.



3 Definição do perfil da criança ou adolescente

Esta é uma das partes mais sensíveis do pré-cadastro. Aqui, você indicará suas preferências e disponibilidades para a adoção. O sistema permite selecionar: Faixa etária (idade mínima e máxima); Gênero; Grupos de irmãos (se aceita adotar mais de uma criança simultaneamente); Aceitação de crianças com problemas de saúde ou deficiências.

Dica: Lembre-se que o pré-cadastro é uma intenção inicial. O perfil definitivo será discutido e amadurecido durante o curso de preparação e a avaliação psicossocial.

4 Finalização e protocolo

Após conferir todas as informações, clique em “Concluir”. O sistema gerará um número de protocolo e um formulário em PDF. Não esqueça de salvar este documento, pois ele é a prova de que sua intenção de adotar foi registrada no sistema nacional.

Lembre-se: O pré-cadastro online é apenas o início. Para que o processo de habilitação avance, você deve se dirigir à Vara da Infância e Juventude do Fórum da sua cidade, para prosseguir com a etapa presencial.

5 Etapa presencial

Primeiramente, ao chegar na Vara da Infância e Juventude, você deve apresentar o número do protocolo do pré-cadastro preenchido no SNA e a documentação física exigida por lei. No final desta cartilha você irá encontrar a relação dos documentos exigidos pelo Judiciário. Após a entrega da documentação, os (as/es) pretendentes devem aguardar a convocação para o curso preparatório e a avaliação psicossocial.

Lembre-se: Durante todo o preenchimento do pré-cadastro no SNA e nas etapas presenciais, o respeito à sua identidade de gênero e nome social é garantido por lei e por resoluções do CNJ. O sistema foi dese-

nhado para ser inclusivo e focado no bem-estar da criança e do adolescente e na construção de novas famílias.

6 O curso preparatório para pretendentes à adoção

O curso preparatório, organizado pelos Tribunais de Justiça estaduais, não tem carga horária padronizada. Geralmente, o curso é oferecido na modalidade ensino à distância (EAD), mas algumas comarcas realizam na modalidade presencial, a depender do entendimento da equipe técnica, responsável pela inscrição de todos os pretendentes que entregaram a documentação exigida.

De acordo com a CIJ/TJPE (2023), os objetivos do curso preparatório são: preparação psicológica; orientação e estímulo a adoção de diferentes perfis de crianças e adolescentes no contexto da adoção interracial, idade e questões de saúde; preparação para questões jurídicas e estímulo a adoção legal. Nesse contexto, durante o curso, os (as/es) pretendentes são estimulados a participar dos grupos de apoio à adoção (GAAS) existentes no estado.

7 O estudo psicossocial

O estudo ou avaliação psicossocial é realizado após o (a/e) pretendente entregar na Vara da Infância e Juventude a cópia do certificado de participação no curso preparatório. O estudo é feito pelos profissionais da equipe técnica (psicólogo, assistente social ou pedagogo), que procedem com entrevistas, visitas domiciliares e estudo de caso. Nesse contexto, são abordados temas referentes à motivação, informações pessoais, história de vida, relacionamentos familiares, sociais, dentre outros.

Nota: A orientação de algumas equipes do Judiciário é que os pretendentes concluam o curso preparatório logo após o pré-cadastro. Assim, a documentação deve ser entregue na Vara da Infância já acompanhada do certificado. Esse procedimento marca o início da habilitação para adoção, seguida pela etapa de avaliação psicossocial e finalizada com a sentença de deferimento.



Mentiras e verdades para acalmar o coração

Mentira	Verdade
O psicólogo vai tentar me “converter”.	O papel do técnico é avaliar a capacidade de cuidado e o afeto, não a orientação sexual.
Casais homoafetivos ficam no final da fila do SNA.	A fila de adoção é única e cronológica. Não existe prioridade por configuração familiar.
Pessoas trans não podem adotar.	A identidade de gênero não é impeditivo legal para a adoção no Brasil.



Cada processo de adoção LGBTQIAPN+ carrega consigo a força de quem escolheu amar sem limites. É uma jornada de esperança e coragem que desafia o óbvio e nos ensina que o verdadeiro sentido do amor reside na capacidade de transformar o mundo através do cuidado e da entrega profunda.

Liduina Salviano





A fila de espera no SNA

Concluída a etapa de habilitação, os pretendentes passam a figurar na fila do SNA. O sistema busca a compatibilidade entre o perfil da família e o das crianças ou adolescentes acolhidos. Esse processo de cruzamento de perfis determina o tempo de espera: quanto mais abrangente for o perfil aceito pela família pretendente, maior a agilidade na identificação de uma criança ou adolescente disponível. No Brasil, como já sabemos, a diversidade das famílias é protegida por lei, e a construção de laços afetivos seguros é o principal objetivo desse cruzamento de perfis.

É importante ressaltar que, no SNA, a família pretendente compõe, primeiramente, a fila de espera da comarca onde o processo foi iniciado. Caso não haja compatibilidade imediata, a busca expande-se para a fila estadual e, em seguida, para a fila nacional. Sendo assim, a espera funciona de forma escalonada: o sistema prioriza a manutenção da criança ou adolescente em sua região de origem, mas amplia o alcance das buscas por todo o país para garantir que o direito à convivência familiar seja efetivado o quanto antes.

A busca ativa na internet

Existem redes sociais e plataformas oficiais de busca ativa que apresentam crianças e adolescentes disponíveis para adoção. Essa estratégia é voltada àqueles que aguardam há mais tempo por uma família, geralmente crianças mais velhas, adolescentes, grupos de irmãos ou crianças com deficiências e condições específicas de saúde. De fato, muitas adoções bem-sucedidas têm ocorrido graças à divulgação desses perfis pelos órgãos da infância dos Tribunais de Justiça.

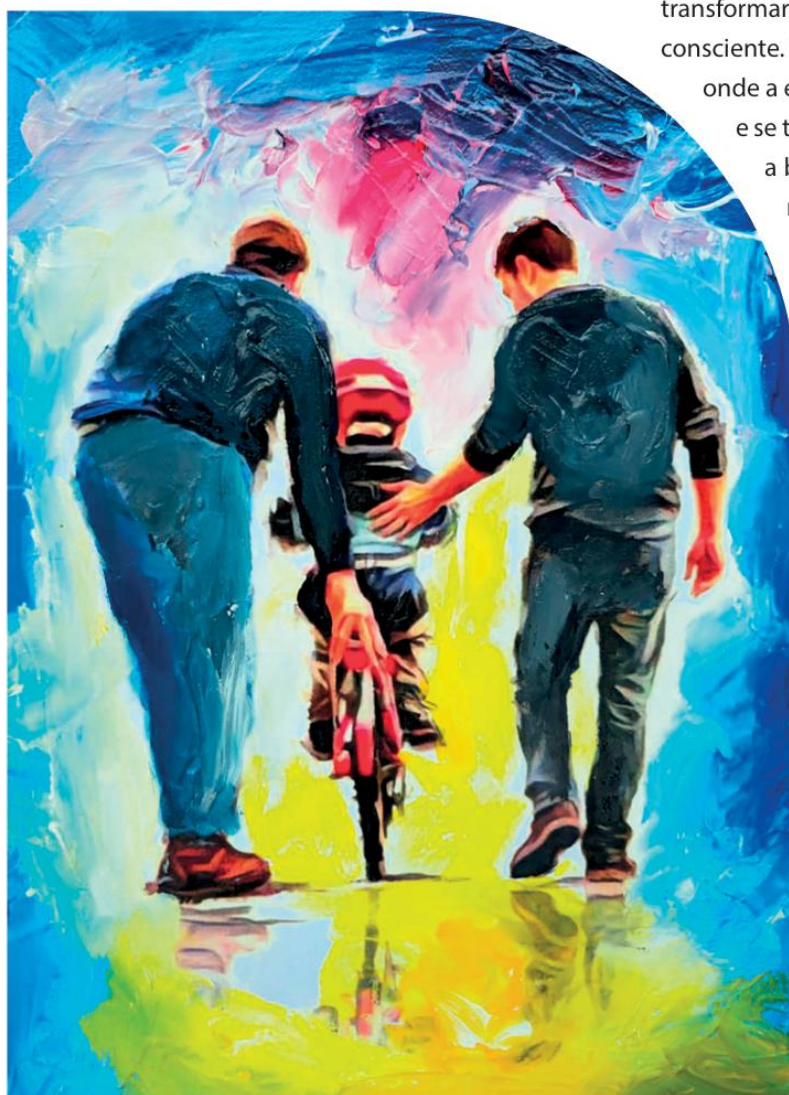
Dica: ao final desta cartilha, você encontrará os endereços oficiais e plataformas autorizadas para busca ativa.

Lidando com a ansiedade da espera

O tempo da adoção não é apenas uma contagem cronológica; é um tempo de gestação no coração. No universo das famílias LGBTQIAPN+, essa espera pode ser intensificada por expectativas e pelo desejo profundo de consolidar um so-

nho que, muitas vezes, foi adiado ou questionado pela sociedade.

A ansiedade é uma companheira comum nessa jornada, mas ela não precisa ser protagonista. Entender que o processo jurídico e psicossocial tem um ritmo próprio é o primeiro passo para transformar a angústia em preparação consciente. É um período de maturação, onde a espera deixa de ser um vazio e se torna o espaço para construir a base emocional que receberá o seu filho ou filha.





Dicas para atravessar a espera com equilíbrio

- **Busque grupos de apoio (GAAs):**

Conectar-se com outras pessoas e casais LGBTQIAPN+ que já adotaram ou estão na fila ajuda a normalizar sentimentos e trocar experiências valiosas sobre a convivência familiar.

- **Foque no autocuidado:**

Use o tempo disponível para cuidar da sua saúde mental, dos seus hobbies e do seu relacionamento. Estar bem emocionalmente é o melhor presente que você poderá dar à criança que virá.

- **Prepare o ambiente e o saber:**

Aproveite para ler sobre desenvolvimento infantil, educação antirracista e educação para a diversidade. Assistir filmes e documentários sobre adoção também é sugerido. Estar bem-informado gera confiança e diminui a sensação de descontrole.

- **Evite comparações:**

Cada processo é único. O tempo de espera varia conforme o perfil escolhido e a dinâmica das comarcas. O caminho de outra família não determina o seu.

- **Celebre pequenas conquistas:**

Cada etapa concluída, do curso preparatório à sentença da habilitação, é um degrau a menos. Comemore esses avanços como vitórias reais da sua futura família.



A espera não é uma pausa na vida, mas sim o início da história que vocês estão escrevendo juntos, mesmo antes do primeiro encontro.



Para finalizar...

Sua jornada para a adoção não termina com a habilitação. Em algum momento desse tempo de espera, você receberá o tão aguardado contato da equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude informando sobre a existência de uma criança ou adolescente com o perfil compatível com o seu.

A partir daí, inicia-se o momento da aproximação, onde vocês se conhecerão em um ambiente protegido. Se essa conexão florescer, inicia-se o estágio de convivência, um período determinado pelo juiz em que a criança ou adolescente passa a residir com a família. Durante essa etapa, vocês serão acompanhados por profissionais do Tribunal de Justiça (psicólogos e assistentes sociais), que oferecerão suporte e observarão a construção dos novos vínculos.

Ao final do estágio de convivência, a equipe técnica emitirá um relatório. Com o parecer favorável, o juiz proferirá a sentença de adoção. Com ela, um mandado é enviado ao Cartório de Registro Civil para a emissão de uma nova certidão de nascimento, nela constando os nomes dos adotantes como pais ou mães, sem qualquer distinção de origem. A partir desse momento, o vínculo de filiação é definitivo, garantindo à criança ou adolescente os mesmos direitos e deveres de um filho biológico.

+ + + + +

Nunca esqueça: a adoção é irreversível, pois o amor que nasce dessa escolha não é um teste, mas um compromisso para a vida toda. É o nascimento de uma família que, embora não compartilhe o DNA, compartilha o destino, a proteção e o pertencimento absoluto.

+ + + + +



Que a sua jornada de espera seja breve e o seu encontro seja eterno.



Documentação necessária

A lista dos documentos, embora possa parecer extensa à primeira vista, encare-a como o primeiro gesto de cuidado com o seu futuro filho ou filha. Reunir esses documentos é uma forma de demonstrar prontidão e compromisso com o projeto parental que se inicia.

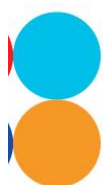
- *Formulário de cadastro fornecido pelo Fórum (preenchido);*
- *Certificado do curso preparatório para pretendentes à adoção;*
- *Cópia da certidão de casamento ou da certidão de nascimento (de acordo com o estado civil dos pretendentes);*
- *Cópia da carteira de identidade;*
- *Cópia do CPF;*
- *Comprovante de rendimentos;*
- *Comprovante de residência;*
- *Atestado de sanidade física e mental;*
- *Certidão negativa cível e criminal;*
- *Certidão de antecedentes criminais federal.*

+ + + + +

Lembre-se: Em caso de adoção conjunta, apresentar documentação dos dois pretendentes.



+ + + + +



Contatos úteis

A jornada para o encontro com seu filho ou filha ganha mais força quando compartilhada. Conheça as instituições e grupos que podem caminhar ao seu lado, oferecendo a segurança e o apoio que sua futura família merece.



- **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA):** Site oficial do CNJ, onde deve ser preenchido o pré-cadastro, e onde é possível acompanhar o fluxo do processo nacional. Site: <https://www.cnj.jus.br>
- **Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD):** No site, o(a/e) pretendente encontra o grupo de apoio mais próximo de sua cidade. Site: <https://www.angaad.org.br>
- **Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+:** Coordena as políticas públicas federais, articula ações com outros ministérios e promove campanhas de cidadania. Site: <https://lgbtqia.mdh.gov.br/>
- **Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+):** Órgão paritário (governo e sociedade civil) que delibera e fiscaliza as políticas voltadas à população LGBTQIA+. Site: <https://gov.br/mdh/pt-br/conselho-nacional-lgbtqia>
- **Disque 100 (Disque Direitos Humanos):** Canal gratuito para denúncias de violência e violações de direitos humanos, disponível 24h. Como acessar: Disque 100 ou pelo WhatsApp (61) 99656-5008.
- **Aliança Nacional LGBTI+:** Atua no advocacy (defesa de direitos junto aos poderes) e possui núcleos em todo o país para suporte jurídico e social. Site: <https://aliancagbti.org.br>
- **Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA):** Referência nacional no mapeamento de dados e defesa específica da população trans e travesti. Site: <https://antrabrasil.org>
- **Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH):** Entidade fundamental na promoção e defesa dos direitos das famílias homotrasafetivas



no Brasil. Site: <https://www.abrafh.org.br/>

- **Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT):** Uma das maiores redes de ONGs da América Latina, focada em direitos civis e políticas de saúde. Site: <https://abglt.org>

Nota: O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) garantem o direito à adoção por casais homoafetivos em igualdade de condições. Caso sinta qualquer resistência baseada em orientação sexual durante o processo, procure o Ministério Público (Promotoria da Infância) ou o GAAPA (Grupo de Apoio à Adoção de Pernambuco).







Plataformas oficiais de Busca Ativa

Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD):

Vários grupos de apoio à adoção (GAAs) facilitam a busca ativa e orienta pretendentes à adoção em parceria com os tribunais de justiça dos estados. Site: <https://www.angaad.org.br>

A.DOT SNA: Ferramenta de Busca Ativa Nacional.

O acesso é restrito para pretendentes habilitados. Permite visualizar fotos e vídeos de crianças maiores e adolescentes, e de crianças com doenças ou deficiências, ou de grupo de irmãos. Acesso: via gov.br ou App A.DOT, após a sentença da habilitação.

Adote um Boa Noite (TJSP):

Apresenta crianças mais velhas e adolescentes disponíveis para adoção no estado de São Paulo. Site: tjsp.jus.br/adoteumboanoite.

O Amor Não Tem Tamanho (MPBA):

Iniciativa do Ministério Público do estado da Bahia para visibilizar a adoção crianças e adolescentes aptos à adoção. Site: oamornaotemtamanho.mpba.mp.br.

Aplicativo A.DOT:

Iniciativa do TJPR em parceria com o grupo de apoio à adoção Acalanto Curitiba. Se encontra disponível para pretendentes brasileiros habilitados. Acesso: Pode ser baixado através do Play Store.

Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA-PE):

Órgão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que viabiliza a busca ativa de crianças e adolescentes com perfil de difícil colocação (grupos de irmãos, adolescentes ou com deficiência). Pretendentes de todo o Brasil pode visualizar as fotos e entrar em contato, no caso de interesse na adoção. Instagram: @ceja_pe.



Adoção é um ato de amor que não conhece preconceitos. Informe-se, busque seus direitos e ajude a construir novas histórias de família.

Dicas de livros, filmes e redes sociais

Aprender através da arte é uma forma poderosa de se preparar para a chegada de um filho. Confira nossa seleção de referências culturais sobre adoção e famílias diversas que você precisa conhecer.

1. Para assistir

Minhas mães e meu pai (2010):

Um filme que mostra com muita naturalidade a rotina de uma família formada por duas mães e seus filhos adolescentes. É excelente para observar a dinâmica familiar e o cotidiano, desmistificando preconceitos. Disponível para alugar ou comprar no Prime Vídeo (Amazon).

We are dad (2005):

Este documentário mostra dois homens gays que cuidam de crianças HIV positivas e enfrentam barreiras legais para adotar, abordando diretamente temas de homoparentalidade e adoção. Disponível para alugar ou comprar no Prime Vídeo (Amazon).

Meus dois pais (2020):

Este documentário foi produzido para desmistificar a paternidade por casais gays, focando no cotidiano e no amor envolvido na criação dos filhos. Disponível no YouTube, Canal DNA LGBT.

Laços de afeto (2017):

Um documentário que explora diferentes configurações familiares e histórias de adoção, incluindo a perspectiva homoafetiva e a transição de crianças de instituições para seus novos lares. Disponível no YouTube, Canal Alexandre Kieling.

Adoção homoafetiva:

Um encontro de amor! (2021): Fred Tognin compartilha neste vídeo uma palestra sobre sua experiência como pai gay e dados sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento no Brasil. Disponível no YouTube, Canal TED x Talks.

Casal homoafetivo compartilha todos os detalhes da adoção de irmãos bioló-

gicos (2023): Entrevista realizada por MarianaKupfer com o casal Paulo e Tiago do @familiapessoatardivo no Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+. Disponível no YouTube, Canal AMAR por Mariana Kupfer.

2. Para ler

Adoção por casais homoafetivos: nova concepção de família (Editora Dialética, 2023): Um livro que explica a adoção homoafetiva sob o ponto de vista social, familiar e jurídico, com linguagem direta e acessível para quem está começando a se informar sobre o tema.

Adoção de crianças por casais homoafetivos (Editora Lumem Juris, 2019): Apesar de ter um viés um pouco mais técnico, este livro é escrito de forma clara e reflexiva e pode ser uma boa leitura para quem quer entender melhor como a legislação e o reconhecimento social influenciam famílias LGBTQ+ no Brasil.

Adoção por pares homoafetivos: a construção familiar advinda do vínculo (Juruá Editora, 2020): O livro trata da adoção por casais do mesmo sexo com uma abordagem um pouco mais ampla, incluindo aspectos psicológicos e sociais.

Filhos do afeto (Editora JusPODIVM, 2025): O livro discute a parentalidade baseada no afeto, no qual a autora defende explicitamente as famílias homoafetivas, ajudando a fortalecer a segurança emocional dos futuros pais e mães por adoção.

3. Para seguir no instagram:

@2maesporai;
@2maesde3;
@familiademamaes;
@2maeseosgemeos;
@2paisdaantonella;
@2paisdecaetano;
@2paiseaurora;

@2amoresdepais;
@somos2pais;
@2pais@bes;
@2paisdeanaeliza;
@2paisdemeninos;
@2paisdefamilia;
@familiapessoatardivo.

Que essas histórias inspirem a construção da sua própria história de família.

Fontes Consultadas

Legislação e Normas Técnicas

Lei nº 8.069/1990:

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dispõe sobre a proteção integral e os direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

Decreto nº 8.727/2016:

Regulamenta o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm

Projeto de Lei nº 3.435/2020:

Proposta legislativa que visa atualizar o ECA para garantir explicitamente o direito de casais homoafetivos à adoção. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2255780&fichaAmigavel=nao>

Resoluções e Provimentos (CNJ)

Provimento nº 149/2023:

Código Nacional de Normas do Foro Extrajudicial. Consolida as regras para cartórios sobre alteração de nome/gênero e registro de uniões homoafetivas. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado1806222023111665565a1e0fc83.pdf>

Resolução nº 270/2018:

Dispõe sobre o uso do nome social e o respeito à identidade de gênero para magistrados, servidores, advogados e partes no Poder Judiciário. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_270_11122018_12122018112523.pdf

Resolução nº 532/2023:

Estabelece diretrizes para combater a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero em processos de adoção e guarda. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original14424320231120655b70631588d.pdf>



Resolução nº 625/2025:

Atualiza os protocolos do Judiciário, garantindo a primazia do nome social em todos os registros e sistemas de justiça. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original13582920250612684add058a3c3.pdf>

Decisões Judiciais e Materiais Informativos

STF - Reconhecimento de União Homoafetiva (2011):

Notícia da Agência Senado sobre o julgamento histórico da ADI 4277 e da ADPF 132 pelo Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/05/05/stf-reconhece-uniao-entre-casais-de-mesmo-sexo>

Passo a passo para a habilitação à adoção (2019):

Guia prático produzido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) com orientações sobre o processo jurídico de adoção. Disponível em: <https://portal.tjpe.jus.br/web/infancia-e-juventude/adocao-nacional>

Artigos Científicos e Acadêmicos

Adoção por casais homoafetivos no Brasil sob a perspectiva do melhor interesse da criança (2025):

Artigo que analisa o cenário atual da adoção. Disponível em: <https://v3.cadernos-cajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/944/838>

Le famiglie omogenitoriali (2015):

Artigo estrangeiro que discute as dinâmicas e configurações das famílias formadas por pais ou mães do mesmo sexo. Disponível em: <https://iris.unito.it/handle/2318/1531474>



Liduina Salviano de Matos é mestra em Psicologia na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e pesquisadora na área da adoção de crianças e adolescentes, com publicações em revistas brasileiras. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco, e especialização em Saúde Mental pela Universidade Federal de Pernambuco, especialização em Direito Penal e Criminologia pela Universidade Regional do Cariri e especialização em Direito das Famílias pela Universidade Regional do Cariri. É servidora pública, atua no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) como Analista Judiciária / Psicóloga desde 2013. Trabalha com assuntos relacionados à infância e juventude no âmbito da adoção, guarda, tutela, alienação parental, crianças e adolescentes em conflito com a lei, dentre outros.



Eduardo Steindorf Saraiva possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998), doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007), pós-doutorado em Psicologia Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2020). Professor adjunto na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), atuando no ensino de graduação e no Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Psicologia. Coordena o Laboratório de Práticas Sociais (LAPS/UNISC) e o Ambulatório Multiprofissional de Atenção à Saúde da População LGBTQIA+ (AMBITRANS/UNISC). Possui experiência em Psicologia, Psicanálise e suas articulações com Antropologia e Educação. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Subjetividades e Instituições em Dobras, do Grupo de Pesquisa Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades e do Grupo de Pesquisa Peabiru: Educação Ameríndia e Interculturalidade.



+++++



ANEXO A – Formulário do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento



NOVO PEDIDO DE HABILITAÇÃO PARA ADOÇÃO

Todos os campos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório.

CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA			
Perfil da família: * ☐ Casal (casamento civil) ☐ Casal (união estável)			
Valor mensal da renda familiar: *			
Descreva abaixo quantos filhos vocês possuem hoje (quantidade total de filhos do casamento atual)			
Filhos biológicos: * ☐ Não possui		Filhos adotivos: * ☐ Não possui	
De que forma foram feitas as adoções de seus filhos? * (preencher somente se tiver filho adotivo)			
Endereço principal da família (onde a criança irá morar)			
CEP: *		Endereço: *	
Nº: *	Complemento:		Bairro: *
Município: *			Estado: *
Situação habitacional: * ☐ Próprio ☐ Alugado ☐ Financiados ☐ Cedido		Quem mora nessa residência?: * ☐ Eu ☐ Meu companheiro(a) ☐ Meus pais/sogros ☐ Meus filhos/enteados ☐ Outros	

SEUS DADOS	
Nome registral (que consta na Certidão de nascimento ou Casamento): *	
Nome social:	
Sexo de nascimento: * ☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Intersexo	Identidade de gênero (como você se identifica): * ☐ Feminina ☐ Masculina ☐ Não binária ☐ Outra
Raça/Cor: * ☐ Amarela ☐ Branca ☐ Parda ☐ Preta ☐ Indígena	Estado Civil: * ☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ União estável ☐ Divorciado (a) ☐ Viúvo(a)

De que forma foram feitas as adoções de seus filhos? * (preencher somente se tiver filho adotivo)

DADOS DE SEU COMPANHEIRO(A)

Nome registral (que consta na Certidão de nascimento ou Casamento): *

Nome social:

Sexo de nascimento: *

☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Intersexo

Identidade de gênero (como você se identifica): *

☐ Feminina ☐ Masculina ☐ Não binária ☐ Outra

Raça/Cor: *

☐ Amarela ☐ Branca ☐ Parda ☐ Preta
☐ Indígena

Estado Civil: *

☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ União estável
☐ Divorciado (a) ☐ Viúvo(a)

Data de nascimento: *

CPF: *

RG ou RNE/CRNM (estrangeiros): *

Data de emissão do RG/RNE/CRNM: *

Órgão emissor do RG/RNE/CRNM: *

País de origem: *

UF/Distrito: *

Naturalidade: *

Profissão: *

Escolaridade: *

☐ Sem escolaridade ☐ Ensino fundamental incompleto ☐ Ensino fundamental completo
☐ Ensino médio incompleto ☐ Ensino médio completo ☐ Ensino superior incompleto
☐ Ensino superior completo ☐ Especialização incompleta ☐ Especialização completa
☐ Mestrado incompleto ☐ Mestrado completo ☐ Doutorado incompleto
☐ Doutorado completo

Filiação 1 (nome da mãe ou pai): *

☐ Não registrado

Filiação 2 (nome da mãe ou pai): *

☐ Não registrado

Endereço residencial (onde mora atualmente)

Caso não resida atualmente no endereço em que a criança irá morar, informe o endereço atual abaixo

CEP: *

Endereço: *

Nº: *

Complemento:

Bairro: *

Município: *

Estado: *

Dados de contato		
Após a finalização desse cadastro, os contatos serão feitos através dos dados informados abaixo, com isso é importante que o número de telefone informado aceite ligações.		
Tel residencial 1:	Celular 1: *	Tel comercial 1:
Tel residencial 2:	Celular 2:	Tel comercial 2:
E-mail pessoal: *		
Forma de contato preferencial: * ☐ Telefone residencial ☐ Telefone celular ☐ Telefone comercial ☐ E-mail		
Descreva abaixo quantos filhos seu companheiro(a) possui de relacionamentos anteriores		
Filhos biológicos: * ☐ Não possui filhos biológicos de outro casamento		Filhos adotivos: * ☐ Não possui filhos adotivos de outro casamento
De que forma foram feitas as adoções de seus filhos? * (preencher somente se tiver filho adotivo)		

CONTATO PREFERENCIAL
Informe o contato preferencial para receber ligações, e-mails e outras informações relacionadas a este cadastro.
☐ Sem preferência ☐ Pretendente 1 ☐ Pretendente 2

CARACTERÍSTICAS DA(S) CRIANÇA(S)/ADOLESCENTE(S)
É possível escolher de onde pretende adotar a(s) criança(s)/adolescente(s), podendo ser uma das opções abaixo: Municipal: Aceita adotar apenas em seu município, e nos municípios que abrangem sua comarca. Mesmo que apareça uma criança dentro do seu perfil em outro município qualquer, este pretendente não entrará na fila para aquela criança. Estadual: Aceita adotar em seu município e também em todos os outros municípios de seu estado. Neste caso, se aparecer uma criança disponível à adoção em outro estado, mesmo com perfil compatível, este pretendente não entrará na fila para aquela criança. Nacional: Aceita adotar em seu município, em todos os outros municípios de seu estado e também em outros estados, podendo ser em todos os estados do país ou somente alguns, à sua escolha. Neste caso, se o pretendente reside, por exemplo, na cidade de São Paulo e escolheu o perfil Nacional, selecionado também os estados do Paraná e Minas Gerais, e uma criança compatível com seu perfil fica disponível para adoção no estado do Espírito Santo, este pretendente não entrará na fila para aquela criança. Ressaltamos que no processo adotivo é necessário a aproximação com a criança/adolescente a ser adotado, podendo exigir, de acordo com as características da criança/adolescente, algumas visitas à criança bem como idas a audiências na cidade da mesma. Assim, pode ser necessário alguns deslocamentos e até pernoites em outras cidades, caso se trate de adoção fora de seu município.

Área de adoção: * ☐ Somente meu Município e Municípios que abrangem sua comarca ☐ Somente meu Estado ☐ Todo o Brasil ☐ Especificar Estados		
Caso tenha marcado Especificar Estados, informe os estados desejados abaixo:		
☐ Acre	☐ Espírito Santo	☐ Paraíba
☐ Alagoas	☐ Goiás	☐ Paraná
☐ Amapá	☐ Maranhão	☐ Pernambuco
☐ Amazonas	☐ Mato Grosso	☐ Piauí
☐ Bahia	☐ Mato Grosso do Sul	☐ Rio de Janeiro
☐ Ceará	☐ Minas Gerais	☐ Rio Grande do Norte
☐ Distrito Federal	☐ Pará	☐ Rio Grande do Sul
☐ Rondônia	☐ Roraima	☐ Santa Catarina
☐ São Paulo	☐ Sergipe	☐ Tocantins
Quantidade de criança(s)/adolescente(s) que deseja adotar nesta habilitação:	Idade mínima:	Idade máxima:
Sexo de nascimento da(s) criança(s)/adolescente(s): ☐ Sem preferência ☐ Feminino ☐ Masculino		
Raça/Cor da(s) criança(s)/adolescente(s): ☐ Sem preferência ☐ Amarela ☐ Branca ☐ Parda ☐ Preta ☐ Indígena		

ANEXO B – Carta de autorização da instituição



AUTORIZAÇÃO Nº 2913954 - TJPE-1111111111/PRESIDENCIA-1000000000/GAB DA PRESIDENCIA-1250000000/ASSESSORIA TECNICA -1250200000

CARTA DE ANUÊNCIA

(SEI 00041362-42.2024.8.17.8017)

Declaramos, para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora LIDUINA SALVIANO DE MATOS, Analista Judiciário/Psicóloga deste Tribunal de Justiça, a desenvolver o seu projeto de pesquisa de dissertação do Mestrado em Psicologia, intitulado: *"Emoções e sentimentos no tempo de espera pela adoção por casais homoafetivos"*, sob a coordenação e orientação do Professor Doutor Eduardo Steindorf Saraiva, e como objetivo geral: *"compreender as emoções e sentimentos vivenciados por casais homoafetivos durante as etapas processuais (habilitação e Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento), que compreendem o tempo de espera pela adoção"*.

Na aludida pesquisa, conforme explanado pela pesquisadora em comento, *"A coleta de dados será realizada por meio de consulta aos formulários e cadastros de inscrição dos pretendentes e entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas em áudio digital e posteriormente transcritas. A consulta aos formulários de inscrição e cadastros dos pretendentes será feita na plataforma do SNA, no objetivo de obter informações que irão compor as caracterizações sociodemográficas dos sujeitos da pesquisa. (...) As entrevistas ocorrerão em dois momentos: individual e casal. No primeiro momento, a entrevista individual se faz necessária para cada pretendente ser ouvido sem a interferência do parceiro, tendo em vista a experiência da autora enquanto integrante de equipe técnica indicar que nas entrevistas realizadas com casal existe a tendência de um falar pelo outro ou um falar mais que o outro. A entrevista com o casal será realizada num segundo momento, em que serão colhidas informações complementares. Vale ressaltar que, os sujeitos serão entrevistados nos seus domicílios ou nas salas do setor psicossocial dos Fóruns das comarcas onde residem, após agendamento prévio via contato telefônico, respeitando a disponibilidade de cada um. Antes das entrevistas será feito o rapport, momento em que será assegurado a confidencialidade dos dados e o sigilo das identidades, seguido da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que poderá ser retirada no caso de arrependimento."* (ID nº 2869495).

Tudo devendo ocorrer em conformidade com os dispositivos legais da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assim como da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), tendo recebido parecer favorável do Comitê Gestor de Proteção de Dados do TJPE. (ID nº 2913876)

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, a qual se compromete a utilizar os dados coletados no decorrer da pesquisa, mediante autorização por meio de Termo de Compromisso e Confidencialidade, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Importa destacar que é garantido a este Tribunal o direito de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa, que não haverá a assunção de qualquer despesa decorrente da participação, e, ainda, que devem ser apresentados, posteriormente, os achados/resultados.

No caso do não cumprimento das premissas ora estabelecidas, este Tribunal tem a liberdade de retirar a anuência concedida, a qualquer momento da pesquisa, sem penalização alguma.

Recife, drs

Des. Ricardo Paes Barreto
Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Em 02 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO**, **DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TJPE**, em 03/12/2024, às 09:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **2913954** e o código CRC **0F7E770A**.

ANEXO C – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) senhor(a),

Você está sendo convidado/a para participar como voluntário da pesquisa intitulada **“EMOÇÕES E SENTIMENTOS NO TEMPO DE ESPERA PELA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS”**, que pretende Compreender as emoções e sentimentos vivenciados por casais homoafetivos durante as etapas processuais (habilitação e Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento), que englobam o tempo de espera pela adoção, vinculado ao **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA** da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. O pesquisador responsável por esta pesquisa é **Liduina Salviano de Matos**, que poderá ser contatado a qualquer tempo através do número (88) 98803 0955 e do e-mail liduina.psic@gmail.com.

Sua participação é possível pois você atende aos critérios de inclusão previstos na pesquisa, os quais são casais homoafetivos casados ou em união estável, habilitados e inseridos no SNA até fevereiro de 2025, que irão adotar pela primeira vez, com ou sem filhos biológicos, sem preferência de idade, sexo, gênero, classe social, escolaridade e tempo processual. Tais sujeitos residem nas comarcas que compõem as regiões do Sertão e do Agreste do Estado de Pernambuco, com processos em trâmite nas comarcas onde foram inscritos.

Sua participação consiste em participar de duas entrevistas semi-estruturadas e realizadas em dias diferentes, sendo que a primeira será individual, e a segunda será o casal (você e o seu cônjuge), em datas diferentes previamente combinadas e agendadas entre os meses de março, abril ou maio de 2025. O tempo para cada entrevista irá variar, entre uma e duas horas. O local para realizar as entrevistas será na sala do Setor Psicossocial da sua comarca ou, se preferir, na sua residência.

Nessa condição, é possível que alguns desconfortos aconteçam, como constrangimentos; quebra de sigilo dos dados; estresse; teor de discriminação e estigma; e desconforto quanto ao local de realização da entrevista. Os riscos/desconfortos, se ocorrerem, serão minimizados da seguinte forma: acolhimento e empatia; interesse e atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto; garantia de confidencialidade e controle do acesso à informação do material coletado; ausência de julgamentos, evitando intimidar, generalizar, usar de rótulos e fazer julgamentos de valor; apoiar e não anular a fala dos participantes; e realizar a entrevista em ambiente acolhedor e privativo.

Por outro lado, a sua participação trará benefícios, como : contribuir para a Psicologia Jurídica, ampliando o conhecimento dos profissionais das equipes técnicas que trabalham nas Varas da Infância e Juventude; incentivar a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos ou pessoas LGBT; favorecer uma maior compreensão sobre as famílias homoparentais; promover a quebra de preconceitos e estigmas diante da adoção por famílias homoparentais; repensar técnicas de avaliação psicossocial de pretendentes homoafetivos; e desenvolvimento de produto técnico voltado para as equipes técnicas do Tribunal de Justiça de Pernambuco e profissionais da rede socioassistencial que atuam em processos adotivos.

Para sua participação nessa pesquisa você não terá nenhuma despesa com transporte, alimentação, exames, materiais a serem utilizados ou despesas de qualquer natureza. Ao final da pesquisa você terá acesso aos resultados através do Produto Técnico do tipo cartilha digital que será produzida e enviada a todos os participantes via e-mail.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____ RG ou CPF _____ declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado/a, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados. Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização de minha imagem e voz de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que eu não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado/a:

- a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- b) da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- c) da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- d) do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo; ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- e) da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa; e,
- f) de que se existirem gastos para minha participação nessa pesquisa, esses serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do seguinte endereço: Av. Independência, 2293, Bloco 13 - Sala 1306; ou pelo telefone (51) 3717-7680; ou pelo e-mail cep@unisc.br

Local:

Data:

Nome e assinatura do voluntário

Nome e assinatura do responsável pela
apresentação desse Termo de Consentimento
Livre e Esclarecido

ANEXO D – Termo de confidencialidade para uso de dados



TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA USO DE DADOS

Ao
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Sr. Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa
Prof. Renato Nunes

EU Liduina Salviano de Matos, através deste documento, único e devidamente assinado, comprometo-me a utilizar de forma ética e sigilosa os dados a serem fornecidos pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), bem como, assumo toda e qualquer responsabilidade pelo uso de tais dados.

Outrossim, informo que os dados a serem colhidos são de importância capital para o desenvolvimento da pesquisa intitulada EMOÇÕES E SENTIMENTOS NO TEMPO DE ESPERA PELA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS sob a orientação do Sr. Prof. Dr. Eduardo Steindorf Saraiva do Programa de Pós-Graduação e Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC.

Documento assinado digitalmente
gov.br LIDUINA SALVIANO DE MATOS
Data: 12/11/2024 11:18:04-9300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Liduina Salviano de Matos
Nome do Pesquisador

799.444.694-91
CPF do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

Eduardo Steindorf Saraiva
Nome do Orientador

631.932.720-00
CPF do Orientador

Assinatura do Orientador

Santa Cruz do Sul, 16 de novembro de 2024.



CamScanner

ANEXO E – Parecer consubstanciado da CEP – UNISC

UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: EMOÇÕES E SENTIMENTOS NO TEMPO DE ESPERA PELA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS

Pesquisador: LIDUINA SALVIANO DE MATOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 85319824.4.0000.5343

Instituição Proponente: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.400.219

Apresentação do Projeto:

Trata-se da apresentação do projeto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Psicologia intitulado EMOÇÕES E SENTIMENTOS NO TEMPO DE ESPERA PELA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS cujo/a pesquisador/a responsável é LIDUINA SALVIANO DE MATOS, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Steindorf Saraiva.

As informações foram retiradas do arquivo (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2470304.pdf 10/12/2024)

Objetivo da Pesquisa:**OBJETIVO PRIMÁRIO:**

Compreender as emoções e sentimentos vivenciados por casais homoafetivos durante as etapas processuais (habilitação e Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento), que englobam o tempo de espera pela adoção.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS:

- 1) Promover o reconhecimento da família homoparental no contexto da adoção e do superior interesse da criança;
- 2) Analisar como as equipes técnicas vêm conduzindo a preparação psicossocial e jurídica de casais homoafetivos durante as etapas dos processos adotivos, que compreendem a

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitário

CEP: 96.815-900

UF: RS

Município: SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL



Continuação do Parecer: 7.400.219

habilitação e o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA;

3) Identificar as vivências afetivas e emocionais relativas ao tempo de espera pela adoção por casais homoafetivos.

As informações foram retiradas do arquivo (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2470304.pdf 10/12/2024)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS:

A pesquisa em questão apresenta os seguintes riscos aos participantes: constrangimentos; quebra de sigilo dos dados; estresse; teor de discriminação e estigma; e desconforto quanto ao local de realização da entrevista.

BENEFÍCIOS:

Os benefícios da pesquisa a ser realizada serão os seguintes: contribuir para a Psicologia Jurídica, ampliando o conhecimento dos profissionais das equipes técnicas que trabalham nas Varas da Infância e Juventude; incentivar a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos ou pessoas LGBT; favorecer uma maior compreensão sobre as famílias homoparentais; promover a quebra de preconceitos e estigmas diante da adoção por famílias homoparentais; repensar técnicas de avaliação psicossocial de pretendentes homoafetivos; e desenvolvimento de produto técnico voltado para as equipes técnicas do Tribunal de Justiça de Pernambuco e profissionais da rede socioassistencial que atuam em processos adotivos

As informações foram retiradas do arquivo (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2470304.pdf 10/12/2024)

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta é realizar uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, fundamentada no referencial teórico da abordagem fenomenológica. Para compor a amostragem, do tipo não probabilística devido à tipicidade, participarão da pesquisa quatro casais homoafetivos indicados pelos profissionais das equipes técnicas das comarcas do Sertão e do Agreste do Estado de Pernambuco. A coleta de dados será realizada por meio de consulta aos formulários e cadastros de inscrição dos pretendentes e entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas em áudio digital e posteriormente transcritas. A consulta aos formulários de inscrição e cadastros dos pretendentes será feita na plataforma do SNA, no objetivo de obter informações que irão compor as caracterizações sociodemográficas dos participantes da pesquisa. As entrevistas semiestruturadas, elaboradas com base nos temas convergentes com o objetivo

Endereço: Av. Independência, nº 2293 - Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitário

CEP: 96.815-900

UF: RS

Município: SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

UNISC - UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL



Continuação do Parecer: 7.400.219

da pesquisa, serão conduzidas por meio das observações direta e participante, com o propósito de compreender os comportamentos ou fenômenos através do registro de tudo o que for considerado importante. As entrevistas serão previamente testadas num casal homoafetivo que já passou pela experiência da adoção, e abordarão os seguintes temas: motivação, escolha do perfil do adotando, preconceitos, discriminação, impactos emocionais e expectativas. As entrevistas ocorrerão em dois momentos: individual e casal. No primeiro momento, a entrevista individual se faz necessária para cada pretendente ser ouvido sem a interferência do parceiro, tendo em vista a experiência da autora enquanto integrante de equipe técnica indicar que nas entrevistas realizadas com casal existe a tendência de um falar pelo outro ou um falar mais que o outro. A entrevista com o casal será realizada num segundo momento, em que serão colhidas informações complementares. Vale ressaltar que, os participantes serão entrevistados no Setor Psicossocial da comarca onde residem, ou no seus domicílios, após agendamento prévio via contato telefônico, respeitando a disponibilidade de cada um. Antes das entrevistas será feito o rapport, por considerarmos ser um momento importante para esclarecimentos de possíveis dúvidas que possam surgir. Antes da realização das entrevistas, será assegurada a todos os participantes a confidencialidade dos dados e o sigilo das identidades, seguido da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que poderá ser retirada no caso de arrependimento. O TCLE, elaborado de acordo com as resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) garante a proteção do participante da pesquisa.

As informações foram retiradas do arquivo (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2470304.pdf 10/12/2024)

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente nº 7.281.857 emitido pelo CEP em 10/12/2024:

1) solicita-se adequar os critérios de exclusão, pois estes não devem ser a negação dos critérios de inclusão. A pergunta que se deve fazer é: Dentre os sujeitos incluídos, quais não teriam condições de participar da pesquisa?

Situação: ATENDIDA

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitario

CEP: 96.815-900

UF: RS

Município: SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

**UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL**



Continuação do Parecer: 7.400.219

Resposta do pesquisador: Não poderão participar da pesquisa casais homoafetivos que possuem filho(s) adotivo (os), nem casais homoafetivos que não residem no estado de Pernambuco, e nem casais homoafetivos que não se encontram habilitados, nem inscritos no cadastro do SNA.

Projeto APROVADO e em condições de ser executado conforme documentos anexados à Plataforma Brasil e validados pelo CEP-UNISC.

Considerações Finais a critério do CEP:

PROTOCOLO APROVADO e em condições de ser executado conforme documentos anexados à Plataforma Brasil e validados pelo CEP-UNISC.

Alerta-se o pesquisador responsável para a necessidade de realizar e encaminhar ao CEP-UNISC, via Plataforma Brasil, os Relatórios Parciais de Acompanhamento da Pesquisa e o Relatório Final de Acompanhamento da Pesquisa. Os formulários para os relatórios estão disponíveis no link do CEP-UNISC (<https://www.unisc.br/pt/pesquisa/comite-de-etica>), aba Documentação, Arquivo Modelo de Relatório Parcial ou Final de Pesquisa. É o mesmo formulário para ambos os relatórios (as marcações no próprio formulário é que diferem, a depender da natureza do projeto).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2470304.pdf	10/12/2024 17:26:04		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecido_.pdf	10/12/2024 17:24:58	LIDUINA SALVIANO DE MATOS	Aceito
Outros	ORCAMENTO.pdf	05/12/2024 10:47:01	LIDUINA SALVIANO DE MATOS	Aceito
Outros	CRONOGRAMA.pdf	05/12/2024 10:42:36	LIDUINA SALVIANO DE MATOS	Aceito
Outros	CURRICULOLATTES.pdf	05/12/2024 10:41:18	LIDUINA SALVIANO DE MATOS	Aceito

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitário **CEP:** 96.815-900

UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

**UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL**



Continuação do Parecer: 7.400.219

Outros	TERMODECONFIDENCIALIDADE.pdf	05/12/2024 10:38:58	LIDUINA SALVIANO DE MATOS	Aceito
Outros	CARTEACEITE.pdf	05/12/2024 10:37:03	LIDUINA SALVIANO DE MATOS	Aceito
Outros	CARTEAPRESENTACAO.pdf	05/12/2024 10:36:07	LIDUINA SALVIANO DE MATOS	Aceito
Outros	FORMULARIOSNA.pdf	05/12/2024 10:35:08	LIDUINA SALVIANO DE MATOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA.pdf	05/12/2024 10:33:51	LIDUINA SALVIANO DE MATOS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	05/12/2024 09:17:17	LIDUINA SALVIANO DE MATOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA CRUZ DO SUL, 20 de Fevereiro de 2025

**Assinado por:
Renato Nunes
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitário

CEP: 96.815-900

UF: RS

Município: SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

ANEXO F – Atestado de horas complementares

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

FÓRUM CORNÉLIO DE BARROS MUNIZ E SÁ

Rua Manoel Francisco Santiago, 300, Bairro Augusto Alencar Sampaio
Salgueiro-PE. Fone (87) 3871 8789.



ATESTADO

Atestamos para os devidos fins, que a mestrand **Liduína Salviano de Matos** realizou a sua pesquisa de **intervenção** junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco perfazendo um total de 160 (cento e sessenta) horas. Nesta carga horária estão incluídas atividades realizadas nas comarcas de Salgueiro, Pesqueira e Jupi:

- Planejamento das temáticas a serem abordadas;
- Organização de material para leitura (artigos, pesquisas, legislação etc.);
- Pesquisa em sites da internet e redes sociais que tratam da temática da adoção;
- Explicação, orientação e transmissão de informações, bem como promoção de reflexões sobre os temas junto aos participantes da pesquisa.

Dentre as principais intervenções realizadas, destacam-se:

1. Orientações jurídicas e processuais

- Funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e etapas do trâmite processual;
- Diferenças entre adoção legal e adoção ilegal;
- Atuação da equipe técnica e importância do estudo psicossocial;
- Aspectos da regulamentação da adoção no âmbito LGBTQIAPN+;
- Entraves processuais e possibilidades de busca ativa nas redes sociais.

2. Aspectos relacionados ao perfil da criança

- Escolha do perfil e possibilidades de alteração;
- Adoção de grupos de irmãos, crianças mais velhas, adolescentes e portadores de doenças tratáveis ou não tratáveis;
- Crianças acolhidas e destituição do poder familiar.

3. Acompanhamento emocional e psicossocial

- Estratégias para manejo das emoções e sentimentos durante a espera pela adoção;

Fórum Cornélio de Barros Muniz de Sá, Rua Manoel Francisco Santiago, 300, Bairro Augusto Alencar Sampaio, Salgueiro – PE.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

FÓRUM CORNÉLIO DE BARROS MUNIZ E SÁ

**Rua Manoel Francisco Santiago, 300, Bairro Augusto Alencar Sampaio
Salgueiro-PE. Fone (87) 3871 8789.**



TJPE

- Enfrentamento de preconceitos e estigmas contra casais homoafetivos;
- Orientações sobre o tempo de espera (gestação adotiva) e formas de lidar com a ansiedade;
- Importância da participação nos Grupos de Apoio à Adoção (GAAs) e nos cursos preparatórios;
- Fortalecimento das relações sociais e familiares durante o processo.

4. Informações específicas sobre a realidade local e programas de apoio

- Panorama da adoção por casais homoafetivos no Estado de Pernambuco.
- Programa Acolher no Estado de Pernambuco.
- Relevância do desenvolvimento psicossocial infantil no contexto da adoção.

Este atestado é emitido a pedido da interessada para fins de comprovação de atividades complementares de intervenção perante o Mestrado Profissional em Psicologia da instituição de ensino Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC à qual está vinculada.

Salgueiro-PE, 01 de outubro de 2025.



Prof. Dr. Eduardo Steindorf Saraiva

Orientador

TICIANA RAFAEL
XENOFONTE
PEIXOTO DE
OLIVEIRA:1878085

Assinado de forma digital por
TICIANA RAFAEL XENOFONTE
PEIXOTO DE
OLIVEIRA:1878085
Data: 2025.10.02 08:18:43
40392

Ticiania Rafael Xenofonte Peixoto de Oliveira

Juíza de Direito

ANEXO G – Comprovante de submissão do artigo

27/02/2026, 18:40

Gmail - ENC: A new submission needs an editor to be assigned: Emoções e sentimentos no tempo de espera pela adoção po...



LIDUINA SALVIANO DE MATOS <liduina.psic@gmail.com>

ENC: A new submission needs an editor to be assigned: Emoções e sentimentos no tempo de espera pela adoção por casais homoafetivos

1 mensagem

Carolina Barreto de Andrade <nucc-carolinaandrade@bahiana.edu.br>

27 de fevereiro de 2026 às 16:15

Para: "liduina.psic@gmail.com" <liduina.psic@gmail.com>

Cc: EMELEN KETELN CRUZ MACHADO <nucc-emelenmachado@bahiana.edu.br>

Prezado autor,

Esse é o e-mail que confirma a sua submissão. Não emitimos declaração de submissão de artigo.

Atenciosamente,

Carolina Barreto

Editora Executiva

BAHIANA Journals

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública

<http://journals.bahiana.edu.br>

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade e compromisso com o MEIO AMBIENTE.

De: BAHIANA Journals <notificacoesrevistacientifica@bahiana.edu.br>

Enviado: sexta-feira, 2 de janeiro de 2026 12:56

Para: Carolina Barreto de Andrade <nucc-carolinaandrade@bahiana.edu.br>

Assunto: A new submission needs an editor to be assigned: Emoções e sentimentos no tempo de espera pela adoção por casais homoafetivos

Dear Carolina Barreto,

The following submission has been submitted and there is no editor assigned.

[Emoções e sentimentos no tempo de espera pela adoção por casais homoafetivos](#)

LIDUINA SALVIANO DE MATOS, Eduardo Steinfort Saraiva

Abstract

No percurso da adoção, candidatos a pais e mães enfrentam desafios nas etapas do processo adotivo. Sob esse prisma, o tempo de espera mobiliza os aspectos emocionais dos pretendentes advindos de diferentes configurações familiares. **OBJETIVO:** Compreender as emoções e sentimentos vivenciados por casais homoafetivos durante as etapas da habilitação e SNA, que englobam a espera pela adoção. **METODOLOGIA:** A pesquisa utilizou a abordagem fenomenológica com foco nos pressupostos de Merleau-Ponty, envolvendo quatro casais homoafetivos sem filhos, com idades entre 32 e 44 anos, habilitados e inscritos no SNA. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os achados indicam que os casais geralmente experimentam diferentes afetividades ao longo do processo adotivo. Ou seja, do começo ao fim da sentença da habilitação, houve uma predominância de emoções e sentimentos, em sua maioria negativos, em contraste com o período de espera no SNA, sugerindo que a gestação adotiva envolve aspectos emocionais que vão além dos experimentados em uma gestação biológica. **CONCLUSÃO:** A fenomenologia de Merleau-Ponty permitiu compreender que as emoções e sentimentos típicos da espera pela adoção surgem da experiência vivida e da relação corpo-mundo. Esse fato indica que a temporalidade vivida, a intersubjetividade e a corporeidade situada formam a base da experiência dos futuros pais e mães enquanto esperam pela chegada do filho desejado. Tais descobertas demonstram uma significativa convergência com pesquisas qualitativas anteriores relacionadas ao mesmo tema, conduzidas com mulheres e utilizando diferentes

27/02/2026, 18:40 Gmail - ENC: A new submission needs an editor to be assigned: Emoções e sentimentos no tempo de espera pela adoção po... metodologias. Este fato contribui para uma compreensão mais robusta e transversal da essência do fenômeno estudado.

Please assign an editor who will be responsible for the submission by clicking the title above and assigning an editor under the Participants section.

This is an automated email from [Revista Psicologia, Diversidade e Saúde](#).

AVISO LEGAL: Mensagem destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é(são) dirigida(s), podendo conter informação confidencial e legalmente protegida. Se você não for destinatário desta mensagem, fica notificado, desde já, de abster-se de divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar as informações aqui contidas, por ser ilegal. Caso tenha recebido esta mensagem por engano, solicitamos, se possível, o envio de resposta relatando o ocorrido.

ANEXO H – Comprovante de submissão do artigo pós ajustes

